

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

MABELLE BANDOLI DIAS

**A Extrema–Esquerda no Brasil: As Organizações Partidárias Marxistas e Suas
Definições Programáticas nos Anos 1950.**

Curitiba, maio de 2013

MABELLE BANDOLI DIAS

**A Extrema–Esquerda No Brasil: As Organizações Partidárias Marxistas e Suas
Definições Programáticas Nos Anos 1950**

**Dissertação de Mestrado Programa de Pós-
Graduação em Ciência Política como
requisito parcial à obtenção do grau de
mestre em Ciência Política.**

Orientador: Prof Dr. Adriano Codato

Banca examinadora:

Pedro Floriano Ribeiro

Emerson Urizzi Cervi

Adriano Nervo Codato (orientador)

Curitiba, maio de 2013

Catálogo na publicação
Cristiane Rodrigues da Silva – CRB 9/1746
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR

Dias, Mabelle Bandoli

A Extrema-Esquerda no Brasil: as organizações partidárias marxistas e suas definições pragmáticas nos anos 1950 / Mabelle Bandoli Dias – Curitiba, 2013.
154 f.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Codato.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná.

1. Partido político. 2. Marxismo. 3. Ideologia Política. I. Título.

CDD 306.26

Agradecimentos

À CAPES pela concessão de bolsa de estudo, fundamental para realização deste trabalho. A toda equipe de funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth-Unicamp, pela atenção e presteza que me dedicaram em um dos momentos mais importantes e delicados deste (e de todo) trabalho científico: a produção da pesquisa empírica.

Ao meu professor, orientador e verdadeiro “parteiro” deste trabalho, Adriano Nervo Codato. Por ter oferecido boa parte dos alicerces da minha formação profissional e teórica, construídos ao longo dos últimos onze anos. Pela constante atenção à evolução do processo desta pesquisa, no qual não me faltaram críticas precisas, sugestões fecundas e principalmente, incentivo para seguir adiante nos (muitos) momentos críticos. Pela confiança em mim depositada. Pela disponibilidade e solidariedade incansáveis. E pela incrível paciência!

Aos demais professores do PPGCP / UFPR que colaboraram muitíssimo para minha formação, principalmente aos profs. Renato Monseff Perissinotto e Emerson Urizzi Cervi por suas contribuições nas disciplinas e na qualificação. E novamente ao Emerson e ao Prof. Dr. Pedro Floriano Ribeiro (UFSCar) por aceitarem o convite para nossa banca de defesa de dissertação. Aos colegas que dividiram comigo o curto e rico período deste curso.

Aos professores e ex-militantes das organizações que são objeto dessa análise: Prof. Ruy Fausto, Prof. Tullo Vigevani e Prof. Michael Löwy. Pela disponibilidade em elucidar minhas dúvidas tão prontamente e com tanta riqueza de detalhes. Pela sua reconhecida contribuição à produção acadêmica brasileira. Principalmente, pelo exemplo histórico de dedicação à construção de uma sociedade mais humana, democrática e igualitária.

Aos amigos que se mantiveram firmes ao meu lado durante os longos períodos de isolamento que marcaram esse processo. Ao João Maurício, que segue firme na luta para me resgatar para a “vida boêmia”; ao Júlio César, sempre munido das reflexões mais ponderadas, com quem compartilho ideais e projetos acadêmicos à queridíssima e indispensável Milena, por tudo aquilo que caracteriza uma verdadeira amizade.

À minha família que viveu junto comigo cada expectativa, ansiedade e aprendizado gerados nesse processo, se envolvendo de corpo e alma no meu trabalho.

Ao Tomás, pelos inenarráveis vídeos no youtube, pelas madrugadas de insônia, filmes e guloseimas na cozinha da nossa casa, pelos debates, pelas dicas, pela troca de experiências, pelo aprendizado a cada história de pesquisa e militância. À tia Nea, pela generosidade, pelo acolhimento e o carinho de sempre. Ao Prof. Dr. Sérgio Costa, tio, acadêmico e numerólogo esmerado, pela revisão do texto e pelo carinho. À Prof. Dra Silvana Bandoli Vargas, pela revisão, pelas sugestões, pelos conselhos de tia-mãe-exemplo. Por me levar às aulas do seu curso de História na UFF quando eu tinha apenas sete anos; pelo exemplo de amor e dedicação ao magistério e à investigação social; pelo aprendizado de uma vida inteira. Ao Cris e à Bia Bandoli, que, além das gargalhadas, das madrugadas de conversas sem fim, das férias sempre inesquecíveis, me deram os maiores presentes que poderia imaginar: meu afilhado Theo e minha afilhada emprestadinha Isadora. A vocês, devo boa parte da beleza do meu mundo. À tia-mãe Lúcia, por todos os livrinhos, por toda poesia, por toda afinidade de almas. Pela comunicação que supera as palavras.

À minha irmã Isabella, por trazer de novo seu sorriso para a minha vida.

À minha irmã Alexandra, por me ensinar todos os dias a beleza e a necessidade de lutar por uma vida melhor e mais bonita.

À minha mãe Margot, por estar ao meu lado incondicionalmente. Pela cumplicidade, pelo cuidado, pela parceria. Pelos sonhos alimentados e transformados em projetos. Pelo aprendizado de luta e coragem. A você, dedico cada um dos passos dados em direção aos meus sonhos. Obrigada pelo exemplo de luta e autodeterminação.

Madrugada

Do fundo de meu quarto, do fundo
de meu corpo
clandestino
ouço (não vejo) ouço
crescer no osso e no músculo da
noite
a noite
a noite ocidental obscenamente
acesa
sobre meu país dividido em classes

Ferreira Gullar

RESUMO:

Esta dissertação analisa os programas para o desenvolvimento nacional produzidos pelos partidos da extrema esquerda no Brasil durante a década de 1950. São discutidas as formulações programáticas do Partido Comunista do Brasil (PCB), do Partido Operário Revolucionário (POR) e da Liga Socialista Independente (LSI). Esses partidos, apesar de discordarem em pontos cruciais de sua política, tinham em comum o fato de reivindicarem o marxismo como base teórica fundamental de sua identidade organizativa. Investigamos os projetos político-ideológicos dessas organizações para a concretização do seu ideal comum - a Revolução Brasileira - tratando-os como ideologias organizativas (PANEBIANCO, 2005), ou seja: como sistemas de objetivos forjados pelos partidos que, além de cumprir outras funções, lhes conferem sua identidade organizativa (idem). Tais programas são comparados entre si em função da sua maior ou menor adesão ao ideário desenvolvimentista, mais especificamente ao conjunto de proposições que ficou conhecido como “modelo democrático-burguês” (MANTEGA, 1984). Concluimos que além de se remeterem às divergências entre as vertentes ideológicas às quais cada um deles se filiava, tais variações programáticas e ideológicas eram fortemente ligadas à própria organização dos partidos, correspondendo aos seus graus específicos de institucionalização partidária. As variáveis utilizadas para essa mensuração dos diferentes graus de institucionalização foram: i) os níveis de *disciplina/democracia interna* – que resultavam da maior padronização dos processos decisórios, bem como da maior distribuição do poder organizativo entre seus membros; ii) os níveis de *autonomia organizativa*, em relação a outras instituições partidárias, de dentro e de fora do Brasil. As conclusões a que chegamos se confirmaram quando comparamos tais variáveis com os respectivos graus de adesão ao “modelo democrático burguês”, encontrando fortes correlações. A questão da centralização do poder decisório dentro dos partidos de orientação marxista figurou como nó górdio de querelas que se desenvolveram ao ponto de fundar tradições de pensamento muito distintas entre si. Entre as tradições mais significativas nos anos 1950 encontravam-se o stalinismo, o trotskismo e o luxemburguismo, que guiaram, respectivamente, a fundação e os passos do PCB, do POR e da LSI. Os resultados aqui obtidos foram construídos a partir da comparação das diretrizes organizativas e ideológicas dos partidos, garimpadas nos discursos presentes em jornais e programas partidários, bem como entrevistas realizadas com alguns de seus mais importantes membros.

Palavras-chave: Partidos de esquerda no Brasil; Desenvolvimentismo e marxismo; Organizações partidárias e ideologia.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the programs to national development produced by the parties of the extreme left in Brazil during the 1950s. We discuss the programmatic formulations of the Communist Party of Brazil (PCB), the Revolutionary Workers Party (POR) and the Independent Socialist League (LSI). These parties, although they disagree on crucial points of his policy, had in common the fact claim Marxism as the theoretical basis of their fundamental organizational identity. We investigate the political- ideological these organizations to achieve their common goal - the Brazilian Revolution - treating them as organizational ideologies (Panebianco , 2005), i.e. as systems objectives forged by parties that , in addition to fulfilling other functions , impart their organizational identity (idem) . Such programs are compared on the basis of their degree of adherence to the developmentalist ideology, more specifically to the set of propositions that became known as “bourgeois- democratic model” (MANTEGA, 1984). The variables used to measure. We conclude that in addition to remitting the ideological differences between the strands to which each of them to become affiliated, such programmatic and ideological variations were strongly linked to the very organization of parties, corresponding to their specific degree of party institutionalization. The variables used for this measurement of different cranes institutionalization were : i) the levels of discipline / internal democracy - which resulted from greater standardization of decision processes, as well as the largest distribution of power among organizational members , ii) the degree of autonomy organization , in relation to other party institutions , inside and outside Brazil . The conclusions reached were confirmed when comparing these variables with the respective degrees of adherence to the “bourgeois democratic model”, finding strong correlations. The issue of power centralization within the Marxist parties figured as Gordian knot of quarrels that have developed to the point of founding traditions of thought very different from each other . Among the most significant traditions in the 1950s were Stalinism, Trotskyism and Luxemburgism who guided, respectively, the foundation and the steps of the PCB, the POR and LSI. The results obtained here were constructed from the comparison of organizational guidelines and ideological parties, mined in the discourses present in newspapers and party programs as well as interviews with some of its most important members.

Keywords: Leftist in Brazil; Developmentalism and Marxism; Party organizations and ideology.

Lista de Siglas

BLA- Bureau Latino Americano da IV Internacional.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

LSI - Liga Socialista Independente.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

PCB – Partido Comunista do Brasil/ Partido Comunista Brasileiro.

PCUS – Partido Comunista da União Soviética.

POR- Partido Operário Revolucionário.

PSR- Partido Socialista Revolucionário.

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade.

PSTU- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

PT – Partido dos Trabalhadores.

ORM -POLOP – Partido da Organização Revolucionária Marxista Política Operária.

SI- Secretariado Internacional da IV Internacional.

SLATO- Secretariado Latino-Americano do Trotskismo Ortodoxo da IV Internacional.

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	5
<i>Lista De Siglas</i>	10
<i>Introdução</i>	13
Justificativa	18
Hipóteses	19
Quadro 1 – Programa Versus Autonomia Organizativa:	20
Quadro 2 – Programa Versus Democracia Partidária.	21
<i>Capítulo I: desafios teóricos e metodológicos para a pesquisa de partidos clandestinos no Brasil</i>	28
1.1 - Apontamentos Teóricos.	28
1.2 - Estratégias de Pesquisa e Metodologia.	39
<i>Capítulo II: o PCB e o desenvolvimentismo: o “modelo democrático-burguês”</i>	44
2.1 De volta à clandestinidade: o PCB e o abandono das “grandes ilusões reformistas”.	44
2.2 - A Resolução Política do IV Congresso e o “começo do fim” da fase “revolucionária.”	48
2.3 - A “Declaração de Março de 1958”: guinada política para enfrentar a crise.	54
2.4 - O V Congresso do PCB: a consolidação do poder da coalizão dirigente e da sua “nova linha política”.	63
2.5 - O PCB como organização: elementos de base, articulação e centralismo.	66
2.6- Algumas considerações.	72
<i>Capítulo III: o trotskismo invulgar do POR.</i>	76
3.1 - A fundação do Partido Operário Revolucionário (POR): o surgimento de um “trotskismo sui generis” no Brasil.	77
3.2 – O POR como organização: legitimação externa, democracia interna e autonomia organizativa.	81
3.3 Programas, metas e objetivos do POR: entre a obediência ao BLA e a desconstrução do PCB.	88
3.4 - Algumas considerações sobre os traços organizativos e ideológicos do POR.	102
<i>Capítulo IV: o “socialismo democrático” da LSI.</i>	104
4.1 – A origem na “contracorrente”: os desdobramentos da aspiração à independência.	104
4.2 – Socialismo com Democracia: princípios programáticos para a ação política.	107

4.3 Características organizativas.	124
4.4 – Considerações sobre os concretos êxitos programáticos e organizativos da Liga.	129

Conclusão..... 134

Quadro 3. Resultados: Programa versus Autonomia Organizativa.....	139
Quadro 4. Resultados: Programa versus Democracia Partidária.....	140

Anexos..... 144

Frente Operária, nº 2. Dezembro de 1952. Capa.	144
Frente Operária, nº2. Dezembro de 1952. Págs. 2 e 3	145
Frente Operária, nº18. Maio de 1956. Capa.	146
Frente Operária, nº31. Setembro de 1959, s/p.	147
Frente Operária, nº31. Setembro de 1959, s/p	147
Ação Socialista. Nº1, dezembro de 1958. Capa.	148
Ação Socialista, nº2. Fevereiro de 1959. Capa.	149
Ação Socialista, nº2. Fevereiro de 1959. Capa.	150
Ação Socialista , nº 2. Fevereiro de 1959. Pág. 2	151

Referências..... 152

Bibliografia.	152
Documentos Partidários.	154
Depoimentos	155
Periódicos.	155

Introdução

Desde a ascensão do PT ao governo federal, um dos temas que mais têm despertado debates acalorados entre seus antigos e atuais apoiadores (e opositores) de esquerda é o das políticas de desenvolvimento. Defendido por alguns como um corpo de políticas que está redundando o País com base na ampliação da renda, do mercado de consumo e da igualdade social e condenado por outros como “uma grosseira apologia da ordem” (Sampaio Jr., 2012), o chamado “neodesenvolvimentismo” pretende reciclar alguns elementos inaugurados pelo ideário desenvolvimentista formulado em órgãos como a CEPAL e o ISEB e colocados em prática por governos da década de 1950.

Os pontos de convergência entre as políticas adotadas hoje e aquelas propostas de meados do século passado são muitos. Na época, o objetivo fundamental das políticas de governo era incrementar a industrialização nacional através da intervenção estatal, “ferindo o mínimo possível os interesses econômicos das oligarquias agroexportadoras” (Mantega, 1984), ainda que essas oligarquias se mantivessem alinhadas, no plano teórico, ao liberalismo neoclássico. Em uma nota técnica intitulada “Principais Aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento”, o DIEESE salienta algumas metas anunciadas pelo governo federal quando divulgou o PAC, em 2007:

(...) a retomada da capacidade orientadora do Estado na questão do crescimento econômico do país, através do incremento da taxa de investimento público e privado em áreas consideradas estratégicas. Dessa forma, o governo busca ter papel de destaque no processo de crescimento, através da indução e do direcionamento dos investimentos e da economia do país. Tais medidas podem significar uma mudança qualitativa no papel a ser desempenhado pelo Estado na sociedade brasileira, através do distanciamento em relação ao discurso liberal das “vantagens do livre mercado” na alocação dos investimentos. (DIEESE, 2007, pág. 2).

Mas o investimento em infraestrutura para aumentar a capacidade produtiva da indústria, a tomada de medidas para aquecer o mercado interno através de concessão de linhas de crédito para habitação, por exemplo, não chegam a ameaçar os pontos-chave da política neoliberal:

Como se salientou no início desta nota, o principal aspecto positivo do PAC é a retomada do papel do Estado enquanto promotor e indutor do crescimento econômico, através de investimentos estratégicos, tanto na infra-estrutura econômica como social. Na avaliação da efetividade dos resultados propostos, é preciso destacar que se torna preocupante

a manutenção das variáveis macroeconômicas que estruturam e dão consistência ao modelo econômico vigente, mantendo-se o sistema de metas de inflação e condicionando a taxa de juros à sua evolução. (idem, pág. 9).

A política da busca pela conciliação entre os interesses das atuais elites econômicas e os “interesses gerais pelo desenvolvimento da nação” nos governos petistas causou incômodos em parte da esquerda brasileira que se aglutinava em torno do PT. A estranheza e a frustração dos setores militantes e intelectuais que acompanharam a formação do Partido e seu crescimento na oposição às políticas neoliberais de desmonte do Estado causou cisões, debates e alguma desorientação nos programas daqueles que se identificam como a atual esquerda radical o país. Entre suas afirmações mais correntes, está a de que o neodesenvolvimentismo petista estabelece metas de crescimento econômico, aumenta o financiamento estatal na indústria através de isenções tributárias e desenvolve programas de assistência social, mas implementa políticas neoliberais como a defesa da manutenção do superávit primário, a independência do Banco Central, a privatização de importantes setores da economia e empresas públicas e a reforma da previdência do funcionalismo público.

Guardadas as óbvias especificidades entre um momento histórico e outro, acreditamos que não seria exagerado identificar paralelos entre as questões colocadas para os partidos de esquerda do período tratado nesta pesquisa e o momento atual. Ainda que a ascensão do PT ao governo seja um fato de inegável originalidade e que inaugure rupturas significativas para a política e para a sociedade brasileiras, a identificação de um grande partido de origem anticapitalista com um ideário comprometido com o progresso industrializante e o crescimento econômico não é exatamente uma novidade. Assim como o “novo desenvolvimentismo de conciliação”, o desenvolvimentismo adotado pelos governos da década de 1950 – principalmente no governo Juscelino Kubitschek – contou com a adesão de boa parte da esquerda marxista da época. A industrialização se tornou a meta comum entre governos e boa parte da esquerda, e essa comunhão chegou a possibilitar acordos e alianças políticas entre partidos ligados à burguesia industrial urbana e partidos de ideologia anticapitalista.

Esta pesquisa analisa os projetos de desenvolvimento nacional dos partidos da extrema esquerda no Brasil durante a década de 1950. Serão discutidas as formulações programáticas do **Partido Comunista do Brasil (PCB)**, do **Partido Operário**

Revolucionário (POR) e da **Liga Socialista Independente (LSI)** – partidos que, apesar de discordarem em pontos cruciais de sua política, tinham em comum o fato de reivindicar o marxismo como base teórica fundamental de sua identidade organizativa. Essas organizações foram selecionadas para este trabalho porque, apesar de buscarem realizar no Brasil um projeto revolucionário - tal como as linhas gerais da teoria marxista - se fundaram sobre vertentes politicamente opostas no movimento socialista internacional: o comunismo orientado pelas diretrizes da política stalinista, o trotskismo do POR e o anti-bolchevismo da LSI, que se inspirava nos textos de Rosa Luxemburgo¹.

Dessa forma, a questão fundamental desta pesquisa está ligada às variações programáticas das organizações marxistas em torno do desenvolvimentismo: além de se remeterem às divergências entre as vertentes ideológicas às quais cada um deles se filiava, tais variações parecem fortemente ligadas à própria organização dos partidos. A definição dos seus traços institucionais foi uma questão que permeou grande parte do debate que realizavam na época e que permanece presente na produção bibliográfica que tem se dedicado a discuti-los². Em ambos os casos, encontramos uma forte tendência a vincular a formulação dos programas à definição organizacional de cada partido. A verificação desse vínculo é o objetivo central desse trabalho.

Nossa atenção se volta aos programas do PCB, do POR e da LSI para o desenvolvimento nacional. Investigamos os projetos dessas organizações para a concretização do seu ideal comum - a Revolução Brasileira - tratando-os como *ideologias organizativas* (Panebianco, 2005), ou seja: como sistemas de objetivos forjados pelos partidos que, além de cumprir outras funções, lhes confere sua *identidade organizativa* (Idem). Tais programas serão comparados entre si em função da sua maior ou menor adesão ao *modelo democrático-burguês* (Mantega, 1984), levando em conta os limites do nível de institucionalização de cada partido sob as restrições impostas pela condição de clandestinidade.

¹ A identidade e os traços fundamentais dessas vertentes serão devidamente explicados nos capítulos destinados a cada um dos partidos.

² Para falarmos da produção mais recente, podemos citar algumas das obras aqui trabalhadas. Ferreira & Reis, 2007; Reis & Ridenti, 2007; (Segatto, 1995) ; (Segatto, 1989); (Lagoa, 2004);(Mazzeo and Lagoa, 2008).

O período ao qual nos referimos foi especialmente marcado pela intensa propagação do projeto desenvolvimentista, que vinha se fortalecendo no continente desde a década de 1940, com a publicação das teses da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). O alcance do ideário cepalino se concretizou no Brasil nos anos 1950, tanto no plano teórico, quanto na esfera das medidas concretas dos planos de governo. Em 1955, as teses desenvolvimentistas ganham novos contornos no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão do governo Juscelino Kubistchek para a elaboração das suas principais políticas econômicas e planejamento da intervenção estatal no processo de industrialização.

A total assimilação da necessidade de promover o *progresso social* pelo imperativo de *progresso econômico* ganhou então significados políticos importantes, uma vez que a manutenção da ordem foi propagada como base para a construção de uma nova nação – moderna, industrial, capitalista. Sendo assim, nos parece importante problematizar a adesão de partidos de orientação marxista – que se fundam, em princípio, sob o projeto de superação da ordem capitalista – à visão então hegemônica, centrada no que se pode chamar de “ideologia do progresso” (Dupas, 2006).

Essa adesão pode ser explicada por uma série de fatores. Há que se levar em conta que o cenário do Brasil dos anos 1950 favoreceu a propagação, no campo político e ideológico da esquerda, de uma versão do marxismo mais apegada à noção de progresso tecnológico e econômico que redimiria as mazelas sociais da nossa sociedade. Essa vertente produtivista (Löwy and Bensaïd, 2000) encontrou aqui muitos interlocutores entusiasmados pela proposta do pleno estabelecimento dos princípios econômicos, sociais e políticos do capitalismo industrial. Para se modernizar, o país deveria aderir de vez ao rol das nações industrializadas e superar a especialização agro-exportadora, sob pena de padecer sob o jugo do “atraso” e da miséria.

No grupo de defensores dessa plataforma geral, estavam componentes dos “novos segmentos sociais vinculados à acumulação industrial, cujas idéias ganhavam novo terreno no cenário nacional” (Mantega, 1984): empresários, membros do governo e boa parte da intelectualidade brasileira que se opunha à corrente que defendia a “vocação agrária” do país, baseada em uma visão ligada ao liberalismo econômico e aos interesses agroexportadores. Ainda que guardassem importantes discordâncias, as várias correntes que se identificavam com a ideologia desenvolvimentista defendiam,

em maior ou menor grau, a intervenção do Estado para fomentar a produção industrial e estabelecê-la de vez como a principal atividade da nossa economia.

Entre os mais afeitos à visão estatizante, encontramos um campo político liderado por um grupo de intelectuais (o chamado “grupo de Itatiaia”) que em 1955 se transformaria no ISEB, órgão do governo Kubistchek. Mais à esquerda, se localizavam os comunistas do PCB, cujas teses e proposições principais também desembocavam na industrialização como meta prioritária para a situação brasileira naquele momento. O conjunto dessas proposições foi denominado por Mantega de “Modelo Democrático-Burguês”:

Disputando as preferências da esquerda com o pensamento de [Celso] Furtado e seus seguidores, toma corpo uma corrente gestada pelos intelectuais ligados ao PCB, que pretende formular uma abordagem marxista da realidade brasileira. Com base nas análises de Lênin sobre a Rússia czarista e em sua proposta de revolução democrático-burguesa, formulada em 1905, o PCB procurava aplicar no Brasil as teses da III Internacional para os países coloniais e atrasados, ressaltando o caráter semifeudal da agricultura brasileira, voltada para a exportação de produtos primários coloniais, que impedia a expansão das forças produtivas industriais. Daí a importância atribuída ao imperialismo enquanto principal inimigo do desenvolvimento da nação e aliado das forças mais retrógradas na manutenção do *status quo* semicolonial, e a necessidade da revolução democrático-burguesa. (Mantega, 1984 pág. 13).

Partidos e organizações que reivindicavam a revolução socialista no Brasil passaram a privilegiar a tarefa de promover a implementação do pleno estabelecimento das relações capitalistas de produção. A versão pecebista da revolução democrático-burguesa incluía um esforço comum das “forças progressistas da sociedade”(PCB, 1958) para superar os obstáculos políticos e sociais que impediam o desenvolvimento capitalista das forças produtivas no Brasil. “Remover os restos feudais”, “libertar a nação do jugo do imperialismo” e “promover os avanços democráticos” eram prioridades que deviam ser compartilhadas com setores como a “burguesia nacional-progressista” (idem), já que para os comunistas consistiam em tarefas da “atual etapa” da jornada brasileira rumo ao socialismo.

O programa comunista para o desenvolvimento nacional consolida, para (Mantega, 1984), uma forma relativamente original de interpretar a realidade brasileira – ainda que identificada com os princípios gerais do desenvolvimentismo. Sua especificidade consistiria na ênfase dada às questões políticas na elaboração das

estratégias de industrialização, o que o distinguia do Modelo de Substituição de Importações, por exemplo.

Tais características gerais do “modelo democrático-burguês” nos apontam questões interessantes e que instigam a ampliação da análise para os programas de outros partidos de orientação marxista. Por esse motivo, decidimos compará-las às formulações dos partidos pertencentes à chamada “oposição de esquerda”³ – os trotskistas do Partido Operário Revolucionário e os luxemburgistas da Liga Socialista Independente. O objetivo fundamental dessa pesquisa consiste em perceber o nível de adesão desses partidos ao modelo pecebista e sua versão do ideário desenvolvimentista. Dessa forma, o PCB fornecerá os termos de comparação para as outras organizações aqui discutidas. Para além da importância historicamente inegável e exaustivamente salientada pela (imensa) bibliografia disponível, essa escolha se justifica pelo próprio papel desenvolvido pelo partido no campo da esquerda: ainda que procurassem construir alternativas ao Partidão, era ele quem determinava, em ampla medida, os termos e referências do debate, circunscrevendo os limites do campo.

Justificativa

A discussão sobre a influência da ideologia desenvolvimentista nos partidos marxistas dos anos 50 - 60 nos parece essencial para a compreensão da história dos partidos de esquerda no Brasil. Esse ideário desempenhou uma influência tão forte na construção da visão de mundo desses partidos, que, a nosso ver, se mantém presente em larga medida em suas estratégias práticas e tentativas teóricas de compreensão da realidade política, econômica e social do país.

O contexto histórico ao qual nos referimos se apresenta como um momento singular para as tentativas de apreensão do significado e da dimensão das tensões inerentes ao nosso objeto. Além de abarcar o fim da era Vargas, o auge das políticas de governo orientadas para a promoção do progresso industrial pelo Estado, o período foi marcado pela crise generalizada do movimento comunista internacional organizado em

³ A “Oposição de Esquerda” foi um movimento internacional criado em outubro de 1923 por dissidentes do PCUS – entre eles Trotsky – para se contrapor à política stalinista, sem abdicar da herança da Revolução Russa de 1917.

torno da figura de Stálin. Ruíam as bases do Comintern (extinto em 1956), causando o colapso do chamado “marxismo-leninismo” no Brasil.

Os militantes marxistas se debatiam entre as intensas transformações políticas vividas no país e a reorientação política geral da sua maior organização política, o PCB. Encontramos, portanto, as condições privilegiadas de observação das contradições que buscamos discutir e, em especial, o momento em que estas contradições e tensionamentos se apresentam mais claramente aos atores envolvidos.

Hipóteses

A hipótese central que norteou a pesquisa considerou, nos casos analisados, a significativa correlação entre o grau de afastamento programático de cada partido em relação ao modelo pecebista e os níveis de consolidação organizativa que atingiram. Colocando a questão nos termos propostos por Panebianco (2005), apontamos que existiu uma ligação entre a capacidade dos partidos da oposição de esquerda de formar, naquele contexto, sua *identidade ideológica* com a eficiência de sua *institucionalização*. Para validar tal hipótese, buscamos mensurar, em cada caso, as seguintes variáveis: 1) nível de *autonomia partidária*, especialmente no que diz respeito à relação com instituições patrocinadoras e organizações partidárias do Brasil e do exterior e a clareza dos limites organizativos de cada um dos grupos estudados; 2) níveis de *centralização*, *disciplina* e *democracia interna*, ou seja: investigamos a forma de distribuição e exercício do poder decisório interno e as normas que delimitavam a atuação dos militantes nas diferentes instâncias de decisão dos partidos. É importante ressaltar que levamos em consideração, para a investigação dessa variável, a existência de mecanismos estáveis, em toda a estrutura partidária, que permitissem a participação constante e ativa dos militantes, em diferentes níveis, na definição dos rumos políticos e ideológicos dos partidos. Assim, tão importantes como os procedimentos para a escolha de lideranças internas (já que a seleção de candidatos a cargos eletivos, se não inexistente, era muito fortuita), é a possibilidade de participar dos círculos mais altos da decisão da agenda política, bem como de organizar, internamente, grupos de oposição e concorrência a tais espaços, mantendo-se um nível mínimo da estabilidade partidária.

Inicialmente, algumas das fontes bibliográficas que abordam a história das organizações aqui discutidas nos apresentavam indícios de que os programas políticos

mais definidos eram justamente aqueles que pertenciam a organizações menos dependentes de instituições externas ou menos levadas a se adaptar ao ambiente. As chances de autonomia político-ideológica de cada organização em relação a um ambiente hegemônico pelo desenvolvimentismo - e, no caso do campo da esquerda, hegemônico pelo “desenvolvimentismo pecebista”, aparecem aumentadas à medida que desenvolvem limites definidos o suficiente para garantir proteção ao partido em relação às inúmeras hostilidades impostas pela ilegalidade e, ao mesmo tempo, oferecer bases mais sólidas nas trocas políticas com o que Panebianco (2005) chama de *instituições patrocinadoras*.

A conexão entre as variáveis “ideologia” e “autonomia organizativa” se apresenta, portanto, de um modo específico em cada uma das organizações, que mais adiante serão localizadas em uma representação gráfica, tal como a que segue no Quadro 1. Nele, buscamos estabelecer as correlações entre a variação programática dos partidos analisados (de um extremo mais desenvolvimentista a outro menos desenvolvimentista) e a sua autonomia organizativa (de um extremo mais autônomo a menos autônomo).

Quadro 1 - Programa versus Autonomia Organizativa:

		Variação Programática		
		Menos Desenvolvimentista	Intermediária	Mais Desenvolvimentista.
Autonomia Organizativa	Mais Autonomia			
	Intermediária			
	Menos Autonomia			

Outra correlação que se fez notar na leitura das fontes é a que diz respeito à adesão ao ideário desenvolvimentista e o nível de democracia interna dos partidos. Do modelo de partido leninista (em sua versão stalinista) adotado pelo PCB até o modelo luxemburguista da LSI, passando pelo trotskismo do POR, há um acréscimo significativo de princípios democráticos e participativos de organização. A coincidência

dessa “progressão democrática” com a presença de propostas críticas ao desenvolvimentismo dos programas e textos dos partidos nos levou a investigar as possíveis ligações entre as variáveis.

No quadro 2, é feita a representação da localização de cada partido de acordo com o cruzamento entre as variáveis “variação programática” e “democracia interna”. Seguindo o mesmo raciocínio do quadro 1, em um eixo temos um extremo mais desenvolvimentista e outro menos desenvolvimentista e em outro, passamos de um extremo mais democrático e outro menos democrático.

Quadro 2 – Programa versus Democracia Partidária.

Varição Programática

		Menos Desenvolvimentista	Intermediária	Mais Desenvolvimentista
Democracia Interna	Mais Democracia			
	Intermediária			
	Menos Democracia			

Para melhor justificar nossas hipóteses, é importante que façamos uma breve descrição dos traços específicos de cada partido. Ressaltamos que a exposição de suas trajetórias e características organizativas, bem como uma análise mais detalhada dos seus programas e estratégias, se encontra nos capítulos seguintes desta dissertação, oferecendo os critérios necessários para a comprovação das hipóteses mencionadas.

Entre os casos aqui analisados, o PCB é sem dúvidas o partido com o maior nível de institucionalização: tinha uma estrutura fortemente centralizada, cargos e tarefas oficialmente delimitados, uma dinâmica interna bastante regular para os padrões de um partido clandestino (embora muitas vezes essa dinâmica se restringisse a reuniões entre os membros da direção) e com limites institucionais bem definidos, apresentando uma organização inspirada no “modelo leninista”⁴. Viveu dois anos na legalidade

⁴ A apropriação que os partidos comunistas fizeram dos escritos de Lênin é alvo de inúmeras polêmicas, principalmente no que diz respeito à organização e à democracia partidária. Pelos limites deste trabalho, não nos aprofundaremos no debate sobre as possíveis distorções das orientações leninistas. Adotaremos o termo que é de uso corrente na literatura para designar o modelo seguido pelos comunistas.

(1945-1947), o que ampliou a sua já significativa relevância no cenário político nacional – em 1946, o número de militantes ativos beirou os 200 mil (Segatto, 1989). Sua conturbada relação com o regime democrático contou com momentos importantes de conciliação, como no episódio da Assembléia Constituinte de 1946, na qual o Partidão compunha a quarta maior força política representada, contando com 14 deputados e um senador (Braga, 1997).

Esse pacto só se rompe novamente com a cassação do registro legal do PCB em 1948, durante o governo Dutra. É nesse ano que se inaugura um período de profundo descrédito dos seus militantes em relação ao regime democrático-burguês, alimentado pela reestruturação da Internacional Comunista (ou Terceira Internacional) na forma de Cominform⁵.

A partir de então, o Partido vive uma série de transformações em sua linha política, que vai se redesenhando até o V Congresso, em 1960. Como veremos, as redefinições programáticas pecebistas foram, por um lado, influenciadas pelas oscilações em sua relação com o regime político: é possível apontar os reflexos das alianças com o Partido Trabalhista e da ampliação das suas possibilidades de participar de coalizões. Por outro lado, elas seguiam as diretrizes do stalinismo, que, além de aproximar teoricamente os comunistas das teses desenvolvimentistas, determinavam que o partido se mantivesse fiel à direção soviética. Não por acaso, a sua guinada política é iniciada pelo impacto das Resoluções do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e da dissolução do Cominform, em 1956.

O trotskista POR foi fundado em 1952 e resistiu até o ano de 1990. Sua origem remonta ao III Congresso da IV Internacional⁶, realizado em 1951 em Paris (Coggiola, 1984); (Neto, 2004). Na ocasião, decidiu-se pela construção de um Bureau Latino Americano (BLA), sediado em Montevideú e tendo o argentino J. Posadas como

Suas características mais relevantes para a nossa discussão serão apontadas no capítulo destinado ao PCB.

⁵ O Cominform – ou Agência de Informação dos Partidos Comunistas - foi fundado em 1947 por Stálin para coordenar as ações dos partidos comunistas sob a orientação soviética.

⁶ A Quarta Internacional é uma organização comunista internacional fundada na França em 1938, por Trotsky e seus seguidores. O objetivo era criar uma organização de oposição ao movimento centralizado em Stálin, mas mantendo o vínculo com a tradição bolchevique.

secretário. O novo organismo dedicou-se a organizar a IV Internacional na América Latina, enviando um representante ao Brasil para impulsionar a criação do novo partido.

Sob orientação do BLA, o POR assume a política que ficou conhecida como *entrismo*: seus militantes deviam ingressar no PCB, na tentativa de influenciar sua política e ganhar quadros para as suas próprias fileiras (Neto, 2005). A atividade dupla criou uma situação particularmente desconfortável para os militantes do partido: além de todas as dificuldades impostas pelo cenário político inóspito, tinham a excepcional tarefa de fazer frente à hostilidade dos comunistas e vencê-los em seu próprio território. Minoritário e aparentemente frágil organizativamente, acaba a reboque do “Partidão”, aproximando-se de muitas de suas teses.

As fontes que acessamos não apresentaram sinais de que o POR tenha produzido análises significativamente alternativas ao “modelo democrático-burguês”. Há indicações de tímidas variações em relação às estratégias que o PCB propunha em sua fase mais radicalizada. No geral seus textos apresentaram conclusões muito próximas às comunistas. A maior aproximação do partido com as teses pecebistas talvez residia em suas avaliações sobre as “formas arcaicas e semifeudais de produção” que gerariam “massas rurais bestializadas”, propensas à identificação de Vargas como seu líder máximo - em uma analogia às proposições de Marx em “O 18 Brumário de Louis Bonaparte” (Ferreira, 2005) sobre a relação entre o campesinato parcelar e o bonapartismo. No que diz respeito à noção de uma “burguesia progressista e antiimperialista”, o POR, durante o governo de Juscelino Kubitschek, se afasta relativamente dos comunistas, realizando uma crítica maior às suas alianças políticas (Neto, 2004).

A LSI, fundada em 1956 por militantes rompidos com a IV Internacional, propunha uma crítica radical ao modelo organizativo bolchevique. Defendia a formação de organizações partidárias menos centralizadas no que diz respeito à possibilidade de formulação e tomada de decisões, traço característico das teses de Rosa Luxemburgo (Ferreira, 2005). O partido definiu em estatuto espaços para livre contestação e organização de tendências baseadas na discordância política, pressupondo que qualquer militante poderia e deveria influenciar a linha política a ser adotada. A LSI propunha que se ampliasse a participação dos seus militantes em diversos espaços decisórios, acreditando que essas formas de ação também permitiam aprimorar sua educação política e consciência de classe.

No *corpus* documental analisado, é nos textos da LSI que encontramos maior número de propostas alternativas às presentes nos documentos do PCB. Na sua “Proposta de Programa” pouco se aborda o tema da industrialização, por exemplo. Nele há um espaço substancial dedicado à questão agrária (tratada de forma muito distinta da visão pecebista), à questão da educação e da maximização dos espaços de atuação e decisão política dos trabalhadores em sindicatos, conselhos, órgãos de gestão estatal, etc. Além disso, o programa apresenta um projeto de Estado Socialista, com definição de poderes e instâncias públicas de decisão política (Assembléia Geral, Poder Judiciário, etc). Importante ressaltar que o projeto é datado de 1956 – ano do XX Congresso do PCUS – e já apresenta forte crítica à visão que gerou a reorientação política do PCB em 1958.

No capítulo II, buscamos apresentar os conceitos e proposições teóricas gerais que orientaram este trabalho, de forma articulada às estratégias de pesquisa que adotamos. O objetivo é informar ao leitor das questões de fundo que estiveram presentes em toda pesquisa, seja como fio condutor da análise, seja como uma espécie de *lentes* que permitem - se usadas no momento certo e no ajuste preciso - perceber e representar melhor os detalhes e ângulos de um objeto tão complexo. Além disso, procuramos expor algumas das tensões conceituais e dos desafios metodológicos com as quais nos defrontamos ao longo do trabalho, bem como expor as saídas encontradas em cada um desses momentos.

No capítulo II, dedicado ao PCB, expusemos os resultados obtidos na investigação dos documentos mais importantes para as definições das metas ideológicas comunistas no período. Esses textos foram relacionados a alguns outros importantes documentos partidários e aos acontecimentos da conjuntura política da época, além das disputas internas à organização. Foram analisados: a Resolução Política do IV Congresso do Partido Comunista do Brasil, aprovada em novembro de 1954; a “Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil” (ou “Declaração de Março de 1958”, como ficou conhecida) que foi a primeira resposta oficial do partido à crise aberta pelos “Relatórios Krushev” e assumiu o papel de carta de princípios de sua “nova linha política” e a Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista do Brasil, aprovada em 1960 (Reis, 2002). Para contextualizar a análise desses documentos e melhor compreender as transformações programáticas que o PCB vivia no período, debateram-se alguns apontamentos presentes no “Manifesto de 1950”. Ainda que esse

documento não tenha o peso de uma resolução congressual, sua presença nesse debate se justifica por que seu texto traz um retrato de um período em que o partido se afastou significativamente do regime político, endurecendo suas proposições ideológicas (Reis, 2002). A análise do Estatuto aprovado no IV Congresso nos ofereceu os dados para a investigação das suas características organizativas mais relevantes para este trabalho.

O terceiro capítulo é destinado à discussão das definições programáticas e dos traços organizativos do Partido Operário Revolucionário – POR. A análise do POR foi orientada para cumprir os seguintes objetivos: 1) *A averiguação das principais orientações programáticas do partido e de sua variação ao longo do tempo*: A comparação das proposições contidas nesses documentos com as definições políticas do PCB e do BLA norteou essa fase da investigação. Assim, a leitura de suas proposições ideológicas seguiu sempre um viés relacional, como, por sinal, o próprio partido costumava apresentá-las. Além disso, foram relacionadas as variações dos seus objetivos oficiais durante o período em que vivenciou suas transformações institucionais mais importantes - a saber, depois da adesão à tática do entrismo, a partir de 1955 até 1960. 2) *A análise das características institucionais que norteavam as relações internas e as estabelecidas com as outras organizações*, ou seja, a investigação das variáveis que indicam: i) os níveis de autonomia organizativa ; ii) o grau de centralização e iii) os limites da democracia interna. 3) *O exame crítico das políticas trotskistas*, buscando as conexões entre as adaptações dos objetivos oficiais do partido com seu desenvolvimento institucional. Tal levantamento possibilitou que discutíssemos as relações entre características programáticas mais gerais da organização com seus traços organizativos, e ofereceu melhores parâmetros para a avaliação das disputas que o partido desenvolveu.

No capítulo IV apresentamos a análise e a discussão das definições programáticas e dos traços organizativos da Liga Socialista Independente - LSI. Apesar de não se declarar exatamente como uma organização partidária (o que se explica pela rejeição dos seus militantes aos modelos até então propostos pelas organizações de esquerda, principalmente as que se filiavam ao bolchevismo), a LSI apresentou, durante a sua breve existência, vários traços que a identificam com os demais partidos clandestinos da época. Em relação a alguns deles, tem ainda a vantagem de ter criado, imediatamente à sua fundação, um corpo de bem definido de documentos oficiais, entre eles um estruturado Projeto de Programa e Estatutos. O documento traz definições

claras sobre os princípios programáticos da Liga, que se aplicavam à leitura da política brasileira na época, às disputas nacionais e internacionais da extrema esquerda, às indicações para organização do poder político institucional - relativas tanto ao regime democrático-liberal quanto à composição do Estado sob o socialismo – e à dinâmica propriamente partidária. Além disso, apresentamos os resultados da de leitura de todos os exemplares – que totalizaram nove edições - do “Ação Socialista”, jornal publicado pela LSI de junho de 1958 a meados de 1960. Buscamos, nesta parte do texto, cumprir as seguintes metas: 1) *Exame dos princípios programáticos* mais gerais e o *debate das definições programáticas para a situação política brasileira*, que se encontram definidos no programa e também em textos publicados na imprensa partidária. Para mapear a sua posição em relação às proposições comunistas e do contemporâneo POR, procuramos discutir especialmente esses últimos escritos, já que se destinavam ao debate direto de propostas, além de traduzirem os princípios gerais do programa na política cotidiana; 2) *A caracterização dos traços organizativos* definidos em Estatuto, considerando que tais traços revelam mais um projeto que uma identidade forjada na prática concreta da ação político-partidária da LSI. Essa ressalva é amenizada pelo fato de que a própria elaboração do Estatuto buscava responder às questões práticas colocadas pela ação política que os militantes desempenharam em outras organizações, inclusive nas que são discutidas nesse trabalho. 3) *A análise crítica* das escolhas feitas pela Liga, levando em conta a formação social da sua militância e as limitações e possibilidades institucionais à sua disposição.

Na conclusão, além de apresentar as respostas encontradas às questões que motivaram esta pesquisa, são expostos os resultados encontrados na investigação de cada partido a longo do período estudado. Além dos quadros que apresentam a configuração das variáveis analisadas (o quadro 3, com as correlações entre a variação programática dos partidos e a sua autonomia e o quadro 4 com a correlação entre variações programáticas e democracia interna), oferecendo uma perspectiva comparada dos partidos aqui debatidos, nos dedicamos a tratar da evolução dessas variáveis em cada partido isoladamente, ao longo de todo o período estudado.

Apresentam-se também alguns apontamentos que acreditamos que essa pesquisa pode oferecer ao debate atual sobre os partidos de esquerda e os projetos de desenvolvimento - especialmente aqueles ligados ao ideário neodesenvolvimentista - no Brasil. Com eles, pretendemos que este trabalho supere a descrição de um passado tido

como estanque e encerrado, permitindo que seus resultados contribuam também para informar e enriquecer as análises dos fenômenos e escolhas dos partidos de esquerda contemporâneos. Afinal, assim como as ideias que orientam as propostas e políticas neodesenvolvimentistas de governo, as origens das conformações programáticas e organizativas dos partidos atuais encontram raízes nas organizações de esquerda que atuavam no Brasil dos anos 1950.

CAPÍTULO I: Desafios Teóricos e Metodológicos para a Pesquisa de Partidos Clandestinos no Brasil

1.1 - Apontamentos Teóricos.

Uma das questões teóricas mais relevantes que aparecem como pano de fundo no debate de correntes e partidos marxistas é a noção de “desenvolvimento das forças produtivas” como condição necessária à mudança histórica - questão que, de fato, consta em uma série de textos de Marx e Engels. Em boa parte das tendências que reivindicam essa tradição de pensamento, tal assertiva ganhou uma importância de primeira grandeza, a ponto de secundarizar – ou, na prática, suprimir – as necessidades essencialmente políticas de um projeto revolucionário, igualmente assinaladas pelos fundadores do marxismo.

O apego ao progresso técnico e ao desenvolvimento econômico como motores do processo histórico levou muitos partidos a aderir a políticas reformistas, em um processo que se combinou, não raramente, com sistemático afastamento entre direções partidárias e bases militantes, tal como descrito pela obra clássica de Robert Michels (Michels, 1982). Mas, mesmo nos partidos e movimentos socialistas mais “produtivistas” – como, sem dúvidas é o caso da social-democracia⁷ - surgiram correntes de oposição à “maré reformista”. Em comum, traziam a revalorização de uma tendência até então esquecida, à qual Michael Löwy (Löwy and Bensaïd, 2000) chama de “dialética aberta”.

Segundo o autor, a concepção marxista de história é atravessada por uma tensão entre duas concepções diferentes da chamada “dialética do progresso”. A primeira seria uma dialética teleológica e fechada, com tendências eurocêntricas e padronizadoras. Para seus defensores, o objetivo final e inevitável de toda a história humana – o socialismo – legitimaria os “acidentes históricos”, os “casos desviantes”. A evolução da

⁷ O Partido Social Democrata Alemão (SPD) é um dos casos mais expressivos das características gerais da evolução desse movimento. A adesão do partido a uma política reformista, segundo Panebianco (2005), é a manifestação mais clara da institucionalização do partido, que passa a perseguir prioritariamente a sua sobrevivência, secundarizando os objetivos socialistas iniciais. A estabilidade da organização levou seus líderes a justificar a práxis reformista cotidiana pela representação de uma passagem gradual ao socialismo, que avançaria na medida em que se desenvolvessem as relações de produção impulsionadas pelo progresso da economia e da técnica sob o capitalismo.

história dos países que seguiram caminhos diversos dos “casos clássicos” não expressaria mais do que diferentes momentos do progresso das relações de produção em seu irrefreável curso em espiral ascendente, rumo à superação do capitalismo. Esse raciocínio teria servido de base para o chamado “marxismo ortodoxo” da Segunda Internacional e sua concepção determinista do socialismo. Essa estrutura de pensamento foi também utilizada pelo que Löwy chama de “produtivismo stalinista”, que subestimava o papel da intervenção do sujeito revolucionário – a classe trabalhadora – no processo histórico. Para as duas correntes, se tornou extremamente problemática qualquer noção que remetesse à intervenção revolucionária no processo de transformação social. Em ambos os casos, tendia-se a conclusões reformistas e gradualistas no plano da ação política.

A segunda concepção seria caracterizada por uma “dialética aberta”, crítica e não-teleológica. A história do capitalismo é vista simultaneamente como progresso e como catástrofe, sem privilegiar nenhum dos aspectos. A saída do processo histórico não está pré-determinada e, portanto, é preciso considerar que “cada progresso econômico é ao mesmo tempo uma calamidade social”(Löwy and Bensaïd, 2000). Os dissidentes socialistas que se mantiveram ligados ao marxismo forjaram essa concepção na tentativa de romper com a visão linear da história e de resgatar uma noção que percebe a política como ação essencialmente criadora. É através da política que o sujeito revolucionário recria a sociedade, sendo o socialismo um dos resultados possíveis dessa ação. O acaso e a imprevisibilidade retomam o lugar que era ocupado pelo fatalismo nas preocupações dos militantes e intelectuais socialistas.

Dessa forma, acreditamos que longe de ser uma tendência obrigatoriamente inerente a qualquer tentativa de interpretação marxista da realidade, esta concepção é típica de uma tradição específica dentro do marxismo, que se tornou hegemônica no séc. XX. Esta hegemonia ocultou outra percepção: não tão apegada ao economicismo, ela permite aos seus adeptos uma visão menos fatalista dos processos históricos. Para Löwy, os textos de Rosa Luxemburgo e - em menor proporção - os de Leon Trotsky, apresentam muitas dessas características.

Ainda que não seja nosso objetivo discutir essa afirmação, a investigação de algumas das apropriações que os militantes de esquerda no Brasil fizeram dos modelos stalinista, trotskista e luxemburguista - particularmente em um momento de larga propagação dos ideais de desenvolvimento e modernização no país - é parte importante

desse trabalho. Nesse sentido, nos parece fundamental ressaltar aqui a relação inextrincável, no campo do marxismo, entre as variações ideológicas e conformações organizativas de seus partidos. Seus militantes teceram essas trajetórias dedicando-se à tarefa de refletir teórica e ideologicamente sobre questões tipicamente organizativas, orientados pelos desafios de *pensar* para *fazer* política. Formavam quadros intelectuais e buscavam pautar na prática questões que despertam alguns dos debates mais férteis para os estudos de partidos – dentro e fora do campo acadêmico.

As variáveis que investigamos nessa pesquisa - disciplina partidária e autonomia organizativa - têm, a nosso ver, importância significativa para as análises de partidos ligados ao marxismo, além das definições ideológicas. A atividade partidária, muito mais que cumprir o papel de “aplicação” de teorias, chegou a determinar os rumos da produção intelectual dessa matriz de pensamento. Por esse motivo, a teoria dos partidos políticos nos parece fundamental nessa investigação: ela nos oferece instrumentos que permitem superar o debate ideológico abstrato e desenraizado das práticas concretas.

Não pretendemos resolver, nos limites desse trabalho, o dilema entre *motivações ideológicas* e *motivações institucionais* para a ação política de um partido: trata-se de verificar até que ponto essas duas dimensões se influenciam mutuamente em cada caso aqui trabalhado. Em acordo com a proposição de Angelo Panebianco (2005), acreditamos que, nessa análise, “não se trata de uma tentativa de negar o papel da ideologia, mas sim de avaliar a sua efetiva incidência por meio da consideração também de outros fatores”- essencialmente institucionais - nas escolhas político-programáticas dessas organizações. Discutir com mais clareza a tensão entre as exigências institucionais colocadas para a sobrevivência da organização e o imperativo de manter a coerência com as metas ideológicas é um dos objetivos que norteiam esse trabalho.

A análise aqui proposta não poderia deixar de reconhecer a importância da ideologia: para Panebianco (2005), as metas ideológicas criadas pelas organizações em sua fase genética, além de fornecer os recursos simbólicos de identidade aos militantes, circunscrevem a sua base social, influenciam as decisões organizativas iniciais (por exemplo, as que estabelecem se o partido será organizado em células ou em seções, etc.) e moldam sua imagem externa, influenciando, assim, a disputa e a cooperação do partido com outras organizações. No entanto, para que se torne possível estabelecer uma comparação entre os partidos aqui analisados, é necessário ir além: o autor ressalta que “na igualdade de metas ideológicas [entre os partidos], os fatores diversamente

rotulados como características do modelo originário e características ambientais é que irão exercer maior influência nos êxitos organizativos.” (idem).

Os partidos que tratamos comungavam, além das metas ideológicas gerais⁸, o mesmo ambiente - que lhes era declaradamente hostil. Isso significa que seus “êxitos organizativos” raramente poderiam ser medidos em termos de vitórias eleitorais ou mesmo porcentagem de votos. As suas possibilidades de adotar uma “estratégia de predomínio sobre o ambiente” devem ser relativizadas em função da sua condição de clandestinos – o que inclusive impunha inúmeros obstáculos à divulgação da metas ideológicas – e de minoritários mesmo no campo sindical e demais movimentos sociais da época.

Feitas essas ressalvas, as propostas analíticas de Panebianco ainda nos parecem bastante adequadas a esse debate. Entre elas, ressaltamos o conceito de *institucionalização organizativa* que o autor entende como o processo no qual a instituição se consolida, passando de uma fase de fluidez estrutural inicial, a uma fase em que, orientada pela sua sobrevivência, desenvolve interesses e lealdades organizativas estáveis. Nesse processo, o partido evolui de

uma fase em que predominam os incentivos coletivos, relacionados à formação da identidade organizativa (participação do tipo movimento social), a uma fase em que predominam incentivos seletivos, relacionados ao desenvolvimento de uma burocracia (participação de tipo profissional). De uma fase em que a ideologia organizativa é *manifesta* (objetivos explícitos e coerentes) a uma fase em que a ideologia organizativa torna-se *latente* (objetivos vagos, implícitos ou contraditórios). De uma fase em que a liberdade de escolha dos líderes é muito ampla, porque deles se espera a definição de metas ideológicas do partido, a seleção da base social do partido e a configuração da organização sobre essas metas e a base social, a uma fase na qual a liberdade de escolha dos líderes se reduz drasticamente, condicionada como é pelas restrições organizativas, próprias de um partido já consolidado. Por fim, de uma fase em que predomina uma estratégia agressiva, que tende a dominar/transformar o próprio ambiente, característica de uma organização em formação, que deve abrir caminho entre as organizações concorrentes e conquistar uma quota estável de mercado, a uma fase em que predomina uma estratégia de adaptação própria de uma organização que, uma vez

⁸ Para os fins desse trabalho, consideramos que as “metas ideológicas gerais” comungadas pelos partidos aqui analisados dizem respeito ao seu caráter declaradamente antissistêmico e anticapitalista, em essência. A variação da postura de cada um deles em relação à ideologia desenvolvimentista é tratada sob o termo “variações ideológicas”, pois não acreditamos que as diferenças programáticas entre os partidos aqui analisados cheguem ao ponto de retirá-los do campo mais amplo da esquerda radical.

consolidada num sistema de interesses, tem muito a perder com uma política agressiva e aventureira. (Panebianco, 2005 Págs. 36 e 37).

Esse processo de desenvolvimento organizativo, apesar de bastante condicionado pela chamada fase genética do partido, pode ser radicalmente transformado pelas relações que se estabelecem com outras instituições sociais. Seu modelo e metas originárias podem ser profundamente convertidos por laços de dependência com organizações externas. Nas chamadas “organizações heterogeridas”, os processos que compõem o desenvolvimento partidário tendem a ficar mais sujeitos às influências de mudanças de orientação política que se passam fora da sua organização. Quando o partido nasce sob a influência da dinâmica de outra organização, ele tende a encontrar problemas ainda maiores ao desenvolvimento de sua autonomia.

A presença ou ausência da instituição muda a fonte de legitimação da liderança. Se existe uma instituição externa, o partido nasce pré-concebido como “braço político” dessa instituição. Disso resultam duas conseqüências: 1) as lealdades organizativas que se formam no partido são *lealdades indiretas*; as lealdades são destinadas, em primeiro lugar, à instituição externa e, só em segunda instância, ao partido; 2) a instituição externa é, por conseguinte, a fonte de legitimação da liderança, e é ela, por exemplo, que faz a balança pender para um lado ou para o outro na disputa interna pelo poder. Portanto, distinguiremos partidos de *legitimação externa* de partidos de *legitimação interna*. (...) Todavia, os efeitos da presença de uma instituição externa são diversos. Podem dar lugar a diferenças nas modalidades da institucionalização, conforme a instituição faça parte da mesma sociedade nacional em que o partido atua (por exemplo, uma igreja ou sindicato), ou seja, externa a ela (por exemplo, o Comintern). (Panebianco, 2005 Págs 96-97)

No caso dos três partidos que nos interessam, essas questões se fizeram presentes. Como veremos em cada capítulo, a relação com instituições externas marcou o surgimento e o desenvolvimento de todos eles, ainda que de maneira muito distinta: o PCB surgiu em meio à euforia criada pelo êxito da Revolução Russa e, desde o início, lutou para se manter filiado à III Internacional; o POR foi criado pelo Bureau Latino Americano da IV Internacional, e a LSI foi uma tentativa de militantes trotskistas brasileiros dissidentes da IV de se manter independentes e autônomos das suas cisões internacionais, tendo, portanto, sua origem determinada pela política daquela organização.

O grau de autonomia (em relação a outras organizações e ao ambiente como um todo) é um bom indício do nível de institucionalização de um partido: “institucionalização significa sempre, ao menos em certa medida, ‘autonomização’ do

ambiente no sentido indicado. A diferença entre os partidos é, portanto, de grau, ‘para mais ou para menos’.”(Panebianco, 2005). Assim, um partido será tão institucionalizado quanto capaz de produzir maior controle sobre os recursos vitais para sua existência: sua autonomia exige menor nível de adaptação e faz o ambiente ceder às suas exigências. As fontes de financiamento, o domínio sobre eventuais associações colaterais e representantes nas assembléias públicas, e a escolha de dirigentes pertencentes aos seus quadros internos são exemplos dos recursos sobre os quais o partido deve manter maior nível de controle para ser considerado autônomo.

Um alto grau de autonomia se traduz também em maior definição dos limites organizativos. De modo contrário, uma organização que se mantenha muito dependente do ambiente permite que grupos e associações que lhe são externas “atravessem” de modo mais ou menos oculto os seus limites formais, tomando parte em seus processos decisórios, influenciando mais facilmente seu desenvolvimento. Abrem-se flancos institucionais que podem alterar as relações internas, transformar as metas ideológicas e colocar a própria sobrevivência do partido em risco. É por isso que a presença de uma instituição patrocinadora tende a gerar instituições fracas. Partidos de legitimação “interna” tendem, pelo contrário, a experimentar um processo de institucionalização forte.

A exceção se encontra justamente no caso dos partidos comunistas, que, apesar de patrocinados por uma organização externa (o Comintern), geralmente experimentaram processos de forte institucionalização. Panebianco supõe que a organização patrocinadora age sobre o partido em formação de várias maneiras, conforme faça parte da sociedade nacional na qual atua o partido ou externa a ele. Se a organização patrocinadora é externa ao regime político, ganha força a tendência a uma forte institucionalização que garanta a autonomia do partido em relação à do regime (o preço da autonomia do sistema nacional é a dependência da organização externa).

Para Panebianco, outra vantagem dos partidos comunistas em relação às chances de se tornarem instituições fortes é o fato de experimentarem longos períodos na oposição. Muito mais que partidos governistas, eles precisam de organizações sólidas.

Esses partidos não podem se apoiar na burocracia estatal, não podem utilizar o Estado e seus aparatos *pro domo sua*, nem dispõem normalmente do abundante apoio financeiro que os grupos de interesse reservam aos partidos governistas. Só podem contar, ou ao menos em grande parte, consigo mesmos. Fortalecer a própria organização, colocá-la em condição de mobilizar com eficácia e

continuidade os defensores do partido é o único caminho possível, na maior parte dos casos, para superar a desvantagem na disputa com os partidos governistas. (...) *Seguindo esse raciocínio, devemos esperar, portanto, que os partidos que nascem e se consolidam na oposição tendem mais facilmente a se tornar instituições fortes.* [grifo nosso] (Panebianco, 2005 Pág. 127).

A história dos partidos que analisamos aqui coloca algumas questões ao raciocínio acima descrito. Uma delas é a distinção entre a *necessidade* de uma organização forte e a *capacidade* de construí-la. Sendo verdade que a ausência de recursos e o afastamento em relação ao aparato do Estado empurraram as organizações a buscar maior apoio entre os próprios militantes, também é fato que a hostilidade do ambiente – agravada, por um lado, pelo anticomunismo amplamente difundido na sociedade brasileira (o que inclusive legitimava publicamente o não reconhecimento legal desses partidos de extrema-esquerda) e, por outro, pela ferocidade das disputas travadas no próprio campo da extrema esquerda – impunha sucessivos ciclos de fragmentação e dispersão de suas bases.

Por outro lado, se aceitássemos essa observação de maneira irrestrita, deveríamos nos deparar somente com partidos de curtíssima sobrevida e escassa influência no ambiente da política nacional. Mas os casos aqui levantados não seguem essa proposição à risca: o PCB tem uma relevância incontestável na história política brasileira e superou a marca dos 90 anos de existência; o POR se manteve ativo até os anos de 1990 e, embora tivesse sempre com um número muito pequeno e instável de membros, contava com militantes reconhecidos no meio acadêmico (como Boris e Ruy Fausto, Leôncio Martins, Tullo Vigevani, Maria Hermínia Tavares de Almeida, além de apoiadores e simpatizantes que incluíam Francisco Weffort e Antônio Cândido), além de influenciar movimentos como as Ligas Camponesas e a luta armada contra a ditadura militar. Por fim, a LSI atuou por somente quatro anos (1956-1960), mas deixou sua marca: além de contar com membros como Eder e Emir Sader, Gabriel Cohn, Michael Löwy, Hermínio Sachetta, Maurício Tragtenberg e Paul Singer, fundou uma tradição reconhecida pela originalidade da fusão de elementos do trotskismo e do luxemburguismo e da valorização de formas democráticas de ação política, e que encontra até hoje seus ecos em concepções programáticas de organizações de esquerda⁹.

⁹ Em entrevista realizada com Michael Löwy em 18 de abril de 2013, a Liga era “um pequeno grupo de intelectuais, jovens estudantes e alguns sindicalistas brasileiros, [que] encontrou nos escritos de Rosa Luxemburgo uma alternativa atraente ao reformismo, ao nacionalismo, à social-democracia e ao

Dessa forma, ainda que minoritárias e relativamente frágeis, essas organizações conseguiram deixar um legado que resistiu não só ao passar dos anos, mas aos golpes de um processo histórico marcado por regimes políticos que as perseguiram e se empenharam em aniquilar sua atividade e sua memória. Ao contrário de boa parte das organizações partidárias mais ligadas à ordem estabelecida (em toda América Latina, diga-se de passagem) (Sáez, 2004), esses partidos cumpriram, de certa maneira, a façanha de deixar herdeiros: se não sobreviveram em forma de legendas, o exame da história da esquerda mostra seus inegáveis laços de continuidade – quer na forma de tendências e correntes, quer na forma de programas.

Entre as organizações aqui analisadas, a que se encontrava *mais próxima* do Estado (e sua ideologia oficial na época, o nacional-desenvolvimentismo) era justamente a que mais se aproxima do modelo de organização fortemente centralizada de Panebianco. O PCB, típica organização stalinista, atendia a vários dos pré-requisitos apontados pelo autor para o processo que chama de “bolchevização”:

“Bolchevização” é o termo geralmente usado para indicar o processo mediante o qual os partidos nascidos com a cisão de partidos socialistas preexistentes, como o êxito do embate sobre o problema da aceitação das “vinte e uma condições” de Lênin, modelam-se com base no partido bolchevique russo e “interiorizam” o seu controle político. No meu entendimento, certamente a bolchevização é isso, mas é também uma manifestação particular do processo de institucionalização organizativa. Eventuais rupturas ou interrupções do processo, devidas a diversidades de situações nacionais, são, à luz desse delineamento, os fatores principais que permitem explicar as diferenças existentes hoje entre os diversos PC europeus (ou, pelo menos, aqueles PC que deixaram a condição de pequenas seitas sem influência). (Panebianco, 2005 pág.145).

Nesse processo, além de uma reestruturação organizativa que compreende a constituição do partido em compartimentos estanques, há a adoção de uma “disciplina rígida em todos os níveis (...) e um controle centralizado [que] são assegurados por funcionários especializados (com um treino organizativo-ideológico para ‘revolucionários profissionais’)” (idem, pág. 147). O processo se completa com a “interiorização do controle” da liderança soviética no partido, transferindo boa parte do poder decisório interno ao centro de poder do movimento comunista internacional, o PCUS. Diante desse quadro, a manutenção da disciplina interna e a supressão de

stalinismo. A idéia chave era que não pode existir socialismo revolucionário sem liberdade. É uma idéia que terá bastante força na esquerda do PT nos anos 1980-1995, e, mais tarde, no PSOL.”

espaços de participação das bases se tornam imprescindíveis. A centralização e o controle dos membros são traços indissociáveis do modelo pecebista de organização.

O problema se apresenta quando colocamos as proposições de Panebianco à prova da experiência das demais organizações: os três partidos aqui tratados, ainda que compartilhassem a condição de organizações clandestinas, adotaram estratégias distintas de ação, levando-nos a crer que a experiência da ilegalidade não se desenvolveu exatamente da mesma forma para cada um deles. Parece-nos apropriado deduzir que - naquele contexto específico - antes de caracterizar a *total exclusão política*, a clandestinidade se assemelhou mais a um compulsório *afastamento progressivo* desses três partidos *em relação ao sistema político oficial*. Embora estivessem proibidas pelo regime de agir e fossem política e ideologicamente renegadas no espaço público, tais organizações se valiam de brechas e estratégias que lhes permitiam continuar participando ativamente da política institucional.

Por ora, essa constatação ganha importância porque: i) nos permite ressaltar que a ilegalidade foi experimentada de maneira específica por cada partido, colocando em uma espécie de *gradiente de afastamento do sistema político-legal*: o PCB seguido pelo POR e, no extremo desse espectro, a LSI; ii) salienta que os partidos de extrema esquerda, ao se afastarem progressivamente do regime político institucional, assumiram graus diferentes de adesão ao programa desenvolvimentista; iii) desenha um cenário no qual os partidos mais afastados do aparato estatal não são os que contam com mais *centralização do poder interno*, nem mais *burocratização* de seus quadros - dois indicadores que Panebianco sugere para medir o nível de institucionalização de um partido.

Tais considerações nos levam a deduzir que nem sempre uma organização situada à oposição encontra maiores chances de se institucionalizar; da mesma forma, instituições “fracas” não estão fatalmente condenadas a refletir de maneira irrestrita as influências do ambiente. A soma de outros fatores pode gerar desvios ou novas acomodações às tendências. Nesse, como em muitos outros aspectos, as relações que os partidos estabeleceram com o sistema político, com o leque de orientações ideológicas, com suas instituições patrocinadoras e entre eles mesmos trazem elementos que podem tornar mais complexa a leitura das teorias disponíveis.

As proposições teóricas por nós trabalhadas foram submetidas às especificidades do objeto, cumprindo o papel de fornecer nova luz sobre a compreensão do tema, mas

se colocando às adequações que acreditamos ser necessárias. Em nosso trabalho, ao contrário dos partidos analisados por Panebianco e por boa parte da literatura disponível, tratamos de partidos clandestinos de extrema-esquerda, orientados menos para a concorrência eleitoral do que para o recrutamento de novos quadros. Muitos dos militantes eram recrutados depois de ter se candidatado a cargos públicos em outros partidos e ganhar notoriedade e adeptos em suas fileiras, o que garantia cisões mais vultosas¹⁰. O "sucesso" eleitoral de algumas lideranças servia, portanto, mais ao interesse do aumento das bases militantes do novo partido, invertendo a lógica corrente que afirma que o objetivo da aquisição de votos justifica a existência dos partidos.

Confrontamo-nos aqui com uma das principais dificuldades teóricas enfrentadas nesse trabalho. As definições encontradas para designar o conceito de “partido político” passam, quase sempre, pelo *atrelamento direto* aos sistemas eleitorais, tendo as variáveis relativas à votação em suas legendas um papel de destaque na análise de suas organizações e mesmo da aceitação de sua ideologia – um exemplo disso é o conceito de “território de caça” de Panebianco.

Como salientado por Manuel Alcántara Sáez (2004), a história da fragilidade dos sistemas democráticos latino-americanos impôs que seus partidos desempenhassem um papel de pouca relevância e despertassem pouco interesse para os estudiosos, até que o “déficit democrático” se liquidasse, o que só ocorreu na década de 1980. Nos anos 1950 a política de toda região vivia em plena Guerra Fria, “bajo el estricto paraguas de los Estados Unidos, lo que generó un profundo constreñimiento del juego político por no ser posible la presencia de la izquierda en un gran número de países” (Sáez, 2004). Dessa forma, a operacionalidade de definições conceituais que atribuam um papel de centralidade absoluta à participação nas eleições se mostrou muito limitada nesta pesquisa, uma vez que algumas das variáveis típicas do jogo eleitoral (número de eleitores, critérios para escolha de candidatos entre os quadros do partido, financiamento de campanha, etc) sequer faziam parte, regularmente, da vida das organizações. Sua participação se dava, como já salientado, de forma secundária e

¹⁰ Foi o caso da “cisão Crispim”, racha histórico no qual o militante José Maria Crispim, foi expulso do PCB em 1952 como “perigoso agente do imperialismo americano. O ex-sargento paraense fora o deputado federal mais votado da bancada comunista em 1945, com 35 mil votos. Perseguido e desacreditado no antigo partido, o militante integra as fileiras do POR em 1958, levando “experiência e prestígio político, além de novos militantes”. (Neto, 2004, Pág. 86).

esporádica¹¹, o que nos leva a deduzir que não chegava a influenciar definitivamente a sua dinâmica interna. Segundo Sáez, essa situação também se confirmou em alguns estudos recentes sobre partidos ecologistas da Alemanha Ocidental e da Bélgica:

Un avance significativo en el estudio de los partidos políticos se produjo cuando se cuestionó la dimensión interpretativa hasta entonces dominante de los partidos políticos en términos de imperativos sistémicos como serían la estabilidad, el equilibrio o la capacidad política. Todo lo cual lo tuvo su representación en la imagen de los partidos sumidos de las liza electoral bajo una lógica competitiva. A través del análisis de los partidos ecologistas en Alemania Occidental y en Bélgica, concebidos como variables dependientes modeladas por grupos rivales de activistas contando cada uno con esquemas de preferencias distintas, se sostuvo la existencia de una lógica propia de representación de electores. Esta lógica estaba basada en el hecho de que los partidos descansaban en activistas que podían dejarles su propia impronta a pesar de los imperativos sistémicos. También las reglas organizativas y los procedimientos de toma de decisión que los partidos desarrollaban inicialmente alcanzaban vida independiente y se ajustaban difícilmente a las exigencias de la competencia electoral. Finalmente, se asumió que los partidos se encontraban inmersos en instituciones más complejas de intermediación de intereses entre el Estado y la sociedad civil que las teorías de la simple competición sugerían. (Sáez, 2004 pág. 27).

Foi necessário, portanto, que se realizasse um maior esforço para adequar os modelos teóricos disponíveis à realidade de partidos que eram fortemente ancorados em sua militância e prioritariamente voltados para a ação em espaços que não necessariamente se remetiam a fins eleitorais – embora esses objetivos não estivessem excluídos de seus horizontes. É importante que deixemos claro que, ao relativizarmos o papel das disputas eleitorais na lista de interesses dessas organizações, não pretendemos negar sua importância para a formação de suas estratégias, o que seria empiricamente insustentável.

Dessa forma, além das categorias sugeridas por Panebianco já elencadas acima, encontramos nas propostas de Maurice Duverger (Duverger, 1987) alguns conceitos bastante úteis para a pesquisa. Não por acaso, sua obra discute alguns traços muito característicos dos partidos que colocamos em questão e contribui significativamente para a reflexão sobre as formas de distribuição e concentração do poder nas

¹¹ A não ser no caso do PCB, que conta com uma história significativa de participação nas eleições e dados dessas atividades. No entanto, por configurar - nesse sentido - um caso isolado, perde-se a dimensão comparativa com os outros partidos, o que nos levou a optar por preterir essa dimensão da análise.

organizações. Um exemplo claro da contribuição do seu texto a essa pesquisa é a análise dos elementos de base do partido e seus reflexos para a evolução da organização – inclusive para a evolução da própria noção de organização partidária. O modelo de partido que se organiza em células – típico dos partidos comunistas clandestinos – inaugura, para Duverger, uma nova concepção de partido político. Em suas palavras:

A escolha da célula como base de organização ocasiona, portanto, uma evolução profunda na própria noção de partido político. Em vez de um órgão destinado à conquista de sufrágios, à união dos eleitores e à manutenção do contato entre eles e os seus eleitores, este se torna um instrumento de agitação, de propaganda, de enquadramento, e eventualmente de ação clandestina, para o qual as eleições e os debates parlamentares não passam de um meio de ação entre outros, e mesmo um meio secundário. (Duverger, 1987 pág.71).

A configuração desses organismos de base nos partidos, sua relação com as instâncias superiores, suas atribuições e poderes são um bom indicativo dos níveis de democracia interna. A análise desses dados nos estatutos partidários fornece um bom mapa daquilo que Duverger chama de *repartição de poderes* (idem). Nos casos em que tal documentação está ausente ou não corresponde à realidade da distribuição dos cargos, recorreremos a outras estratégias que nos possibilitaram preencher as lacunas nos dados e manter as condições minimamente necessárias ao estudo comparativo. As limitações são descritas nos capítulos que seguem.

1.2 - Estratégias de Pesquisa e Metodologia.

Esta pesquisa foi realizada pela análise de fontes documentais de naturezas diversas. Ao investigarmos os projetos políticos de partidos burocraticamente centralizados como o PCB, contamos com documentos oficiais (resoluções congressuais, estatutos e programas redigidos pela alta cúpula partidária) que trazem em si um retrato bastante detalhado da orientação política da organização. A existência de documentos dessa natureza não se verificou no caso do POR, e só em alguma medida no caso da LSI - dispomos do seu Projeto de Programa e Estatutos de 1956, aprovada por consenso no fórum coletivo de militantes, espaço de deliberação que, segundo Michael Löwy¹², nunca chegou a dar origem a um Congresso. Em compensação, esses dois últimos partidos tinham em comum a elaboração de jornais para a divulgação do

¹² Informação cedida em entrevista realizada em 18 de abril de 2013.

seu programa. Tais veículos tinham, inclusive, grande importância para as organizações, pois contribuíam para a manutenção da sua identidade e refletiam a distribuição das tarefas e do poder entre os seus membros.

O jornal “Frente Operária”, publicado pelo POR desde 1952, chegou a tiragens que variavam entre 1000 e 1500 exemplares nos seus dois primeiros anos, com crescimento durante a campanha de Jânio Quadros à prefeitura de São Paulo. Na edição de agosto de 1953, chegou a ser anunciada a venda de 1200 exemplares nas bancas. Em 1952 foram publicados dois números. Em 1953, o jornal consegue uma maior regularidade, com publicação quase mensal, em 1954 saem duas edições, em 1955 são 4 edições e em 1956 saem apenas duas. Ao longo dos anos 1957 e 1958 saem apenas três edições (Neto, 2004). Até o ano de 1955, quando o partido adere formalmente à política do “entrismo” no PCB, o “Frente Operária” circulava na forma de tablóide dirigido “às amplas massas”, com número médio de oito páginas nas quais se encontrava relativa pluralidade de assuntos. Em janeiro do mesmo ano, o jornal traz na sua pauta um ponto de “auto-crítica” e passa para o formato de brochura, com 15 páginas e temas especializados e dirigidos à disputa dos operários organizados no PCB, bem como “esclarecer os militantes são”. Foram analisados os números: 2 de dezembro de 1952; 4, 5,6,7, 8 e 9 de abril, junho, julho, agosto, setembro e outubro de 1953; 14, 15, 16 e 17 de fevereiro, maio, agosto e setembro de 1955; o número 18 de maio de 1956; uma edição sem número de outubro de 1957 e as edições nº 31, 32 e 33 de setembro, outubro e dezembro de 1959.

O jornal “Ação Socialista” chegou, em toda a sua existência, a 500 exemplares, totalizando nove edições. Seu primeiro número foi publicado em dezembro de 1958; os números 2 ao 6 foram publicados, respectivamente, nos meses de fevereiro, junho, setembro, outubro e dezembro de 1959; Os números 7, 8 e 9 em abril e agosto e uma edição extra, sem indicação de mês, todos em 1960 (Neto, 2005) . Todos constam no *corpus* desta análise e, assim como os jornais publicados pelo POR, foram coletados no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas.

Ainda que os dois jornais tenham algumas diferenças entre si – e que o “Frente Operária” em especial tenha se transformado bastante durante o período analisado – era comum que nas páginas de ambos se encontrassem grandes textos dedicados a reflexões teóricas mais profundas da política da época (alguns publicados de forma fragmentada). Estes textos dividiam espaço com pequenas notas esparsas que se dedicavam tanto à

socialização de notícias de mobilizações, das quais participavam membros do partido, movimentos internacionais com os quais se alinhavam politicamente, quanto à citação de textos de autores clássicos do marxismo – às vezes, de maneira repetida. Isso demandou uma leitura mais dedicada aos subtextos e à “garimpagem”, nesses jornais, das convicções políticas e dos traços organizativos dos grupos, o que pode ter sido substancialmente facilitado pela revisão da bibliografia disponível sobre essas organizações e pelas entrevistas concedidas por alguns de seus ex-membros.

Dessa forma, foi imprescindível que recorrêssemos a estratégias variadas de pesquisa. Alguns dos dados sobre o funcionamento interno do POR foram disponibilizados ou confirmados pelos depoimentos de dois de seus ex- membros, Tullo Vigevani e Ruy Fausto. As entrevistas nos forneceram informações mais precisas sobre aspectos que ou se apresentavam de forma vaga pela bibliografia consultada ou estavam ausentes das fontes disponíveis – fontes estas dedicadas, como salientamos, mais à propaganda e agitação que ao estabelecimento de normas e regras de funcionamento da organização.

Para melhor aproveitar as informações trazidas pelo “Frente Operária”, lançamos mão dos resultados da minuciosa pesquisa (Neto, 2004) realizada por Murilo Leal Pereira Neto, que ofereceram dados fundamentais para contextualização e interpretação dos textos. Foram esses dados que permitiram que reconstruíssemos, a partir da leitura de cada matéria, as principais definições programáticas e organizativas do partido. Foi também através deles que pudemos observar os termos que definiam as relações entre os trotskistas e comunistas e entre o POR e o BLA, sua instituição patrocinadora.

Os desafios colocados para a pesquisa da LSI eram de outra natureza: tínhamos em mãos o caso de um partido aparentemente bem estruturado, com um Estatuto e um Programa oficial nos quais as normas e regras de funcionamento, bem como a visão de mundo, se encontram bem definidos, além dos jornais que veiculavam notícias sobre o dia-a-dia da militância. Mas encontramos indícios, na bibliografia consultada (Sachetta, 1992); (Ferreira, 2005); (Neto, 2005), de que a organização não teria chegado a colocar em prática todos os princípios definidos em seus documentos. Seu reduzido número de militantes e a curta sobrevivência lhe impuseram desafios que fizeram a LSI adaptar boa parte das definições apresentadas pelas fontes. Nesse sentido, o depoimento de Michael Löwy, que foi membro da Liga, nos possibilitou precisar alguns significados

programáticos presentes nos textos e recolocar algumas questões organizativas que pareciam pacíficas.

Entretanto, nos casos em que disponibilizávamos de tais fontes, privilegiamos a análise dos documentos partidários oficiais, a saber: os estatutos, programas e resoluções. Como afirma Pedro Floriano Ribeiro, acreditamos que:

Como a faceta mais pública das legendas, os regulamentos são fundamentais em pesquisas que procuram se alicerçar sobre bases empíricas sólidas – pelo simples fato de que estão sempre disponíveis ao pesquisador. Esse fácil acesso permite comparações não só entre agremiações, mas também entre diferentes momentos de um mesmo partido (o que fazemos aqui). Por fim, como as evidências desse campo de estudos indicam, as normas formais são importantes o suficiente para gerar, em todos os partidos, conflitos internos agudos em torno de sua definição. (Ribeiro, 2008)

Os estatutos e programas partidários, além de oferecer informações mais detalhadas, têm a vantagem de contar com o status de *discurso oficial do partido*. Embora uma leitura desavisada de suas proposições possa ocultar ou distorcer dissidências internas, seus textos não deixam de ser, ao mesmo tempo, o resultado e o parâmetro dessas mesmas disputas, podendo oferecer ao leitor mais atento um bom indicativo das relações de poder dentro do partido. Em todo caso, é a tais documentos que se confere a importância da legitimação coletiva (conflituosa ou não) dos seus membros à política partidária e a eles damos especial atenção. Foram analisados os seguintes documentos oficiais:

- As Resoluções Políticas aprovadas no IV e do V Congressos do PCB, além do Estatuto aprovado no IV Congresso e a “Declaração de Março de 1958”, carta formulada pela direção do partido que restabeleceu suas bases programáticas; Ressalte-se que o V Congresso não chegou a aprovar um novo Estatuto, sendo que um documento desse tipo só aparece novamente na história do PCB em 1966.
- O Projeto de Programa e Estatutos da Liga Socialista Independente, aprovado por unanimidade em um fórum coletivo dos militantes da LSI, em 1956.

Entre as principais dificuldades enfrentadas nesse trabalho podemos ressaltar o desafio colocado pela própria natureza dos partidos analisados. Organizações que, embora contassem com militantes abnegados e convictos da tarefa de construir seus partidos, militavam em pequenos grupos clandestinos e com recursos escassos ou

inexistentes. Documentos, fontes, memórias, definições conceituais e teóricas: cada ferramenta da pesquisa científica teve de ser revista e adaptada à especificidade desse objeto. Acreditamos que as limitações impostas aos nossos objetivos de comparação, podem, no entanto, ser relativizadas diante da riqueza oferecida pelo tema ao debate das questões propostas.

Capítulo II: O PCB e o desenvolvimentismo: o “modelo democrático-burguês”.

Algumas das conjecturas teóricas que marcaram a política comunista nos anos 1950 de forma mais decisiva podem ser identificadas com o programa geral do desenvolvimentismo, que fora difundido como ideologia oficial dos governos que o elegeram como princípio norteador de suas ações mais relevantes. A crença no desenvolvimento gradual e inexorável do capitalismo em sentido à modernização da sociedade e na construção, por esta via, da revolução socialista se conjugou, no programa do PCB, à atribuição de um papel destacado à industrialização no processo de consolidação da democracia no Brasil.

A tese de que estaria se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que seria o elemento progressista por excelência da sociedade brasileira fazendo surgir um “capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista” era amplamente defendida pelos comunistas. O protagonismo deste processo era naturalmente conferido à burguesia nacional, que estaria cada vez mais interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional. A política brasileira, impulsionada por um processo de industrialização que trataria de introduzir de uma vez o capitalismo no Brasil, estaria caminhando - ainda que com alguns tropeços – rumo a uma irresistível ampliação da democracia.

A tarefa de impulsionar a marcha do progresso se converteria na prioridade fundamental para os comunistas, que avaliavam que, em sua “etapa atual” a revolução brasileira não seria socialista, mas “democrático-burguesa”. As cisões internas e vicissitudes do período são objeto deste capítulo.

2.1 De volta à clandestinidade: o PCB e o abandono das “grandes ilusões reformistas”.

Desde o ano de 1950, o PCB experimentava um período de endurecimento da sua linha política. Expressa no “Manifesto de 1950”, a orientação adotada pelo Partido era caracterizada por uma forte crítica à política adotada no período precedente ao ano de 1947, quando o governo Dutra o condena novamente à clandestinidade. Segundo José Antônio Segatto (1989), a cassação do registro legal provocou nos militantes comunistas um profundo descrédito no regime democrático, o que os levou a uma

revisão radical de seus princípios. Além disso, a reestruturação, em 1947, da Internacional Comunista na forma de *Cominform* (Agência de Informação dos Partidos Comunistas) contribuiu para essa mudança, já que a agência retomava muitos aspectos da política de centro dirigente do movimento comunista internacional, que era posta em prática pela extinta Internacional Comunista (ou III Internacional). O papel centralizador desenvolvido pelo Cominform permitiu que ele exercesse grande influência nas concepções e práticas políticas do PCB, que passou a se alinhar cada vez mais às orientações stalinistas.

O período que ficou conhecido como o da “linha política mais radicalizada” teve seu primeiro esboço no “Manifesto de 1948”, e ganhou uma versão mais elaborada no “Manifesto de 1950”. Nos dois documentos, o PCB criticou a tática política adotada no período anterior e a qualificou como uma “sistemática contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a ‘burguesia progressista’” (Manifesto de 1948 apud Segatto, 1989). O partido condenou ainda as “grandes ilusões reformistas em conquistas parlamentares dentro dos estreitos limites da democracia burguesa”, ressignificando, por exemplo, a sua participação na Constituinte de 1946. O partido destaca que o país era “atrasado, semifeudal e semicolonial”, obstáculos que impediam o curso do almejado progresso nacional e deviam ser fortemente combatidos pelos militantes comunistas.

Seguindo o mesmo raciocínio, o Manifesto de 1950 (apud Segatto, 1989) convoca a formação de uma Frente de Libertação Nacional contra a “política de traição nacional do Governo Dutra”. Essa Frente devia ser composta por uma aliança entre “operários, camponeses, intelectuais pobres, pequeno funcionalismo, pequenos comerciantes e industriais, soldados e marinheiros e oficiais das Forças Armadas”. O Programa proposto pelo Manifesto clamava:

Por um governo democrático e popular - substituição da atual ditadura feudal-burguesa serviçal do imperialismo por um governo revolucionário, emanção direta do povo e legítimo representante do bloco de todas as classes e camadas sociais, de todos os setores da população que participem efetivamente da luta revolucionária pela libertação nacional do jugo imperialista sob a direção do proletariado. (idem, pág. 75).

Além disso, o Manifesto defendia bandeiras como a oposição à guerra, a “libertação do Brasil do jugo imperialista”, o “desenvolvimento independente da

economia nacional”, as “liberdades democráticas para o povo” e, finalmente, a constituição de um “exército popular de libertação nacional”. Assim como defendem alguns analistas da história do partido, acreditamos que tais reivindicações significaram uma transformação que promoveu maior radicalização do discurso e até algum enrijecimento da tática política do PCB, mas não deram conta de alterar profundamente as concepções políticas comunistas. Citando Ricardo Maranhão, Segatto expõe:

Não foi alterada em ‘profundidade a concepção partidária sobre a realidade brasileira e sua inserção no panorama internacional, segundo a qual os principais inimigos da nação e da classe operária seriam o latifúndio e o imperialismo, fatores de atraso contra os quais deveriam se unir as várias forças progressistas, a ser definidas conjuntamente. A noção de progresso continuou a ser associada à industrialização, como potencial de libertação da nação diante do imperialismo, e a luta pela paz mundial permaneceu como tarefa inadiável dos comunistas e seus aliados’”. (idem, pág. 75)

É importante observar que os dois fatos acima sublinhados – a cassação do registro legal em 1948 e a centralização dos PC’s em torno do Cominform - foram de extrema importância para a formulação crítica ao regime liberal-democrático que o PCB propôs naquela conjuntura. As deliberações de outras organizações intervieram sobremaneira na orientação política do partido que, mesmo em seus discursos mais inflamados pela retórica revolucionária, não chegou, de fato, a promover uma reorientação programática significativa, inibindo a elaboração de maiores questionamentos e projetos mais robustos para a política e para a sociedade brasileira. Parece-nos que o “x” dessa questão reside nas aspirações do partido a estreitar os laços com outras instituições, aspirações essas que, como veremos, persistem ao longo de todo período analisado nesse trabalho.

Especificamente no período do final dos anos 1940- início dos anos 50, o partido vinha de uma intensa participação em fóruns institucionais do regime político, ainda que seus discursos condenassem os “estritos limites da democracia burguesa”. O curto período vivido na legalidade (1945-1947) lhe rendeu aumento significativo de seus contingentes militantes e renovou suas expectativas de crescimento – frustradas pela cassação do registro legal. Por outro lado, os comunistas se esforçavam para manter sua filiação ao Cominform, já que novo arranjo dado por Stálin à III Internacional concentrou ainda mais o comando sobre os PC’s de todo o mundo. O PCB precisava seguir as

prescrições forjadas pelas altas cúpulas soviéticas se quisesse manter as relações com o imenso aparelho burocrático internacional centralizado no PCUS. Era o preço a ser pago pelo partido para gozar das vantagens de contar com tão poderosa instituição patrocinadora – inclusive pelo benefício de ser reconhecido por ela como partícipe da herança simbólica e política da Revolução Russa. Isso significava, em suma, uma importante fonte de legitimação das metas ideológicas partidárias, possibilitando o fortalecimento das solidariedades internas e o estabelecimento de uma base firme para a construção de uma identidade pública que se destacasse entre os partidos que disputavam seu “território de caça” (Panebianco, 2005).

A elevação do “tom radicalizado” nos discursos do partido se adequava às diretrizes programáticas da política stalinista. Essa orientação levou o PCB a desdenhar, naquele momento, da democracia burguesa e das eleições como instrumento de transformação da realidade brasileira. Nas eleições de 1950, os comunistas se posicionaram pelo voto em branco, abstendo-se do movimento que levou Vargas ao poder. A antiga proposta de “união nacional em torno do governo” foi posta abaixo, diluindo a aliança forjada em 1943 entre o Partidão e Getúlio. Seu novo mandato passou a ser caracterizado como “governo de traição nacional”, e contra ele os comunistas deviam dedicar seus maiores esforços. Em 1954 o PCB constituía, segundo José Segatto (Segatto, 1995), uma espécie de “ala esquerda” na ampla frente política que reivindicava a deposição do governo varguista.

Embora tenha optado por uma oposição “ferrenha” ao governo, o partido não consegue sustentar por muito tempo essa política. A linha que vinha sendo seguida desde 1947 não parece ter se formulado sobre bases que fossem sólidas o suficiente a ponto de fazê-la resistir aos impactos do suicídio de Getúlio Vargas. A comoção da população – que inclusive depredou as sedes de dois jornais ligados ao partido – levou os comunistas a rever rapidamente seu discurso, ainda que de forma tímida. Dias depois da morte do presidente, o Comitê Central do PCB lança um manifesto no qual os acontecimentos são retratados como uma vitória da “ditadura americana de Café Filho”. Nele, o partido convoca a “união das forças democráticas para barrar o caminho à ditadura terrorista”, apelando à unidade com os “trabalhadores getulistas” (Manifesto do Comitê Central: A Ditadura Café Filho apud Segatto, 1995).

Em meio à tamanha pressão, o PCB começa a esboçar um caminho de importantes transformações, mas seus primeiros passos ainda não indicam mudanças

mais profundas na estrutura do seu pensamento. Alguns meses depois do impacto do suicídio de Vargas, e ainda em meio à crise política vivida pelo país, o partido realizou seu IV Congresso, no qual a essência do “Manifesto de 1950” foi reafirmada. Em linhas gerais, a Resolução aprovada por unanimidade no IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro repetiu a caracterização do Brasil como um país totalmente subordinado ao imperialismo, que transformava sua economia em um “simples apêndice da economia de guerra dos Estados Unidos”. O “atual governo de latifundiários” continuou a ser caracterizado como “instrumento servil dos imperialistas”, tornando necessária a sua substituição por um “governo democrático de libertação nacional”.

2.2 - A Resolução Política do IV Congresso e o “começo do fim” da fase “revolucionária.”

A postura crítica e de descrédito na política é a principal marca da resolução aprovada em novembro de 1954 no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil. O país, submetido economicamente ao imperialismo e abandonado aos interesses do setor agroexportador, não conseguiria garantir direitos políticos básicos à população, que se via constantemente governada por representantes das chamadas “forças retrógradas”, aliadas aos interesses dominantes.

Nesse documento, o Brasil é caracterizado como um país extremamente rico em recursos naturais, pleno de possibilidades de desenvolvimento econômico. No entanto, o povo brasileiro estaria submetido às piores condições de vida “em consequência da política de rapina dos monopólios norte-americanos e da dominação dos latifundiários e grandes capitalistas brasileiros”. As maiores riquezas minerais do país estariam sob o controle dos “monopólios norte-americanos”, que deteriam também boa parte de nossa produção industrial e de nosso comércio externo. O “imperialismo ianque” controlava toda a infra-estrutura nacional monopolizando os transportes aéreos e as ferrovias, o que trazia consequências para a produção agrícola e a criação de gado, além de obter privilégios de câmbio que possibilitariam a intensa transferência de lucros obtidos no Brasil para o exterior. Segundo a Resolução:

O capital monopolista norte-americano atua no Brasil como poderosa bomba de sucção, que absorve grande parte da renda nacional e parcela considerável do valor-ouro alcançado com as nossas exportações. Toda a economia brasileira vai sendo, assim, transformada em simples apêndice da economia de guerra dos

Estados Unidos. Os imperialistas norte-americanos interferem diretamente em toda a vida administrativa do país, põem a seu serviço o aparelho de Estado brasileiro para explorar e oprimir desenfreadamente o nosso povo, saquear nossas riquezas naturais e arrancar lucros máximos (PCB, 1954).

A submissão ao imperialismo levava à piora das condições de vida do povo brasileiro em geral. No quadro descrito pelos comunistas, as exigências colocadas pelo capital monopolista internacional à nossa economia tinham efeitos nefastos para os membros de todas as classes, que deviam reconhecer nele seu principal inimigo. Os efeitos da subordinação aos interesses externos percorriam a nação como um todo, e deviam se reconhecidos como fruto da ação de um inimigo comum.

Em relação ao proletariado, a Resolução afirma que tais efeitos poderiam ser percebidos na “militarização intensiva do Brasil”, que aumentava as despesas públicas, elevando os impostos; o aumento da inflação elevava os preços internos e, por conseqüência, baixava o salário real; novas formas de exploração e de desemprego se alastravam, diminuindo cada vez mais o alcance da legislação social e dos direitos trabalhistas; por fim, as mobilizações eram reprimidas com dureza e violência, e a presença dos “agentes do imperialismo” se fazia sentir também em diretorias dos sindicatos controlados pelo governo, dificultando a resistência.

Os camponeses, que constituíam 63% da população brasileira, amargavam condições de miséria condicionadas pela exploração do latifúndio, da precariedade de seus instrumentos de trabalho e pela falta de assistência do governo; sua luta pela posse de terra e contra a exploração dos latifundiários era brutalmente reprimida pelo Estado.

Em situação semelhante viviam as camadas médias urbanas, que sofriam com os baixos salários e o aumento da carestia de vida e com as privações para o desenvolvimento de sua atividade criadora e profissional; os pequenos industriais e comerciantes sentiam “as conseqüências da inflação, dos impostos extorsivos, da diminuição dos negócios, da falta de crédito e dos altos juros bancários”, passando por dificuldades crescentes para desenvolver a produção e os negócios.

A concorrência com os produtos dos Estados Unidos e o baixo poder aquisitivo das “massas trabalhadoras” impunham dificuldades ao desenvolvimento da indústria nacional. Além disso, a criação de indústrias básicas era dificultada pela intervenção do imperialismo, impedindo a “libertação do Brasil da dependência econômica”. As dificuldades seriam sentidas também por pecuaristas e agricultores, impedidos pelo

governo de manter relações comerciais com “enormes mercados” como a União Soviética e a China.

A exceção era a “burguesia nacional”, vista como agente interno do imperialismo. Seu medo da mobilização popular faria com que os grandes capitalistas se voltassem para os imperialistas, visando defender seus privilégios e “impedindo o progresso” do país, que ficaria condenado à miséria e ao estancamento de sua economia:

Arrastar o Brasil à guerra, vendê-lo aos imperialistas norte-americanos a fim de conservar o latifúndio e as sobrevivências feudais e escravistas na agricultura — eis o objetivo de toda a política do governo de latifundiários e grandes capitalistas. Esta política, que corresponde aos interesses de uma minoria reacionária, choca-se irreconciliavelmente com os interesses da maioria esmagadora da população, com os supremos interesses da nação”.(PCB, 1954)

Portanto, interesses da nação como um todo só poderiam apontar para o rompimento com a política “agressiva, guerreira e colonizadora” dos Estados Unidos. Era o imperialismo o inimigo comum e todos, em alguma medida, tinham interesse em “libertar a nação da dominação ianque”. Os que mantinham qualquer relação com a manutenção da sujeição nacional ao imperialismo deviam ser considerados inimigos do progresso da nação. Pela sua total submissão aos interesses externos, o governo era caracterizado como um “governo de latifundiários e grandes capitalistas, instrumento servil dos imperialistas dos Estados Unidos”; pelo seu intermédio os monopolistas norte-americanos saqueavam o país e exploravam o povo.

Importante ressaltar que, apesar de repetir ao longo do texto o termo “governo”, o PCB não responsabiliza apenas a *um governo* pela “traição nacional”: era *ao regime* que as críticas comunistas se dirigiam naquele momento, dando menor importância aos governantes, seja quem fossem. Observe-se que, além de evitar que se alimentasse o confronto com os getulistas (o nome de Vargas não aparece em nenhum momento), o texto traduz a descrença que o partido vinha experimentando desde a cassação de seu registro ainda no governo Dutra.

A causa desta política de traição nacional está no próprio regime de latifundiários e grandes capitalistas, cujos interesses o atual governo representa. Enquanto existir este regime, a política dos governantes brasileiros será sempre determinada pelos latifundiários e grandes capitalistas, a serviço do imperialismo norte-americano (PCB, 1954)

Dessa forma, a Constituição de 1946 e as liberdades democráticas por ela propostas não eram, para o PCB, garantias para a efetiva liberdade do povo e nem

possibilitavam que ele substituísse o regime ou promovesse alterações radicais das estruturas do país. Como vimos, na avaliação do partido, eram essencialmente as estruturas que agiam contra os interesses gerais da nação. A democracia brasileira e suas instituições – apesar de trazerem avanços para a vida política nacional – eram retratadas com pessimismo. As eleições poderiam ser usadas como instrumento de luta, mas as limitações impostas pelo regime às liberdades democráticas produziam distorções que na prática promoveriam a continuidade da centralização do poder nas mãos das camadas que, segundo a Resolução, estavam comprometidas com o atraso e com o imperialismo.

A atual Constituição brasileira, se bem que registre algumas conquistas democráticas, é no essencial um código de opressão contra o povo. Garante aos latifundiários o monopólio da terra, como direito sagrado; assegura à minoria opressora e exploradora a direção política do país (...). Nem todos os partidos políticos, inclusive o partido político da classe operária — o Partido Comunista —, podem participar das eleições, enquanto os eleitores que se opõem ao regime dominante sofrem brutais perseguições policiais e são assassinados. (...) Embora as eleições devam ser aproveitadas pelo povo em sua luta, elas não passam, nestas condições, de uma farsa para tentar esconder o caráter despótico do atual regime. (idem)

O “governo de traição nacional” deveria, portanto, ser derrubado e substituído por um governo capaz de “libertar o país do jugo imperialista”, representasse as “forças progressistas e antiimperialistas” e realizasse “as transformações democráticas radicais indispensáveis ao progresso da nação”. A democracia só poderia ser atingida com um governo composto por uma coalizão entre a classe operária, os camponeses, a intelectualidade, a pequena burguesia e elementos mais progressistas da burguesia nacional.

A “causa da independência e do progresso” demandaria a defesa de bandeiras que se opusessem ao controle dos Estados Unidos sobre esferas estratégicas da vida nacional. As propostas defendidas pelo PCB na Resolução do IV Congresso versam desde a anulação de acordos, a confiscação de empresas estrangeiras, a expulsão de missões militares, até a ampliação dos direitos democráticos às diversas camadas da população. Além disso, a Resolução propõe a democratização das Forças Armadas, a incorporação das polícias militares às “forças armadas nacional-populares” e a substituição das organizações policiais por milícias populares.

Para colocar em prática essas propostas, a Resolução afirma que a atuação dentro dos marcos do “atual regime reacionário” seria insuficiente. Por isso, convoca uma ampla

aliança de “todos os patriotas brasileiros” para a “luta irreconciliável e revolucionária para derrotar o governo de latifundiários e grandes capitalistas e substituí-lo pelo governo democrático de libertação nacional”. Seria necessário que se forjasse uma ampla frente única anticapitalista e antifeudal, a “frente democrática de libertação nacional”.

Em torno da grande aliança de operários e camponeses cerrarão fileiras, portanto, todas as forças progressistas do Brasil, sem quaisquer diferenças de situação social, de filiação partidária, de crenças religiosas ou tendências filosóficas, todos os democratas e patriotas que desejam uma pátria livre e poderosa. A frente democrática de libertação nacional — ampla e poderosa frente única de todas as forças antiimperialistas e antifeudais — será a garantia de salvação do Brasil, a única força capaz de implantar no país o regime democrático popular, de arrancar o Brasil da dominação norte-americana e da situação humilhante em que se encontra, a única força capaz de conduzir nossa pátria a um futuro feliz e radioso.” (PCB, 1954)

Estavam colocadas as tarefas primordiais para os comunistas: promover a derrubada do governo e a derrocada do imperialismo norte-americano no Brasil. Construir um “governo patriótico e de paz, de defesa da soberania e da independência nacional”. Ironicamente, o tom radical que marca o discurso não acompanha as metas que o partido estabelece: ainda que sugerissem que o *regime* fosse determinado pelas contradições estruturais da sociedade brasileira, os comunistas não fazem mais que propor a substituição de um *governo* por outro (ainda que para isso fosse eventualmente necessário adotar táticas externas à legalidade). Apesar de reafirmar seu apego ao socialismo e à causa da superação das relações capitalistas de produção, o partido afirma estar convencido da inexistência de condições econômicas, sociais e políticas do Brasil para levá-la adiante. Na impossibilidade de realizar seu “objetivo estratégico”, que deveria ficar em segundo plano naquele momento, o PCB propunha uma “revolução” que não colocaria o regime abaixo, mas pudesse devolver ao partido a possibilidade negada de participar institucionalmente do poder político estabelecido.

Não obstante as continuidades que marcam a Resolução Política unanimemente aprovada na ocasião, a realização do IV Congresso acabou marcando o fim do “período radicalizado” do PCB. Abre-se um curso no qual a linha adotada pelos comunistas desde 1948-50 começa a apresentar seus primeiros sinais de mudança. Antes da reorientação programática oficial, as transformações se tornam perceptíveis no terreno da prática política e das alianças que os comunistas forjam no período. Em 1955, o PCB

apóia a chapa de Juscelino Kubitschek e João Goulart à presidência da República, chegando a fazer campanha pública pelas “candidaturas em torno das quais podem agora agrupar-se importantes forças contrárias ao golpe militar fascista” e que poderiam “determinar importante modificação na correlação de forças políticas, favorável à democracia, à paz, à independência e ao progresso do Brasil.” (Manifesto Eleitoral do PCB apud Segatto, 1995).

Para José Antonio Segatto (1995) houve, durante o governo JK, uma série de fatores que contribuíram para que a estrutura do pensamento do Partido expressa na Resolução do IV Congresso fosse abalada. Tais fatores seriam: a) a relativa estabilidade democrática do período, que traria problemas para que se mantivessem leituras como a que a compreendia a Constituição de 1946 como um “código de opressão contra o povo” e defesas de que o regime democrático só se realizaria plenamente com a implantação de um “governo democrático de libertação nacional”; b) o desenvolvimento capitalista no Brasil que, com o Plano de Metas do governo JK, sofrera uma importante e fundamental reorientação, introduzindo o país numa nova etapa e reformulando as condições reais de interdependência com o capitalismo mundial – o que acabou abrindo espaço para a contestação das teses de “colonização crescente do país” ou da impossibilidade do desenvolvimento capitalista no Brasil sem uma “revolução democrática de libertação nacional”.

Acreditamos que a “radicalização” do discurso comunista naquele contexto era, de fato, algo difícil de sustentar. A estrutura mais essencial do pensamento pecebista - com traços que permaneceram inalterados, inclusive depois da reorientação da linha política - se conciliam em ampla medida com os elementos apontados pelo autor: ou o partido rompia com sua matriz teórica, ou seria levado - como foi - a reformular a suas diretrizes.

No entanto, ressalte-se que a “linha política radical” ainda não estava definitivamente em xeque. Ela só foi oficialmente abjurada pelos comunistas depois do desenlace da crise internacional produzida pelas Resoluções do XX Congresso do PCUS em 1956 (Reis, 2002). Na ocasião, o então Secretário Geral do PCUS, Nikita Krushev, leu o “relatório secreto” que denunciava o “culto à personalidade” de Stálin, além de fazer sérias acusações que trouxeram à tona o autoritarismo, o rompimento da “legalidade socialista”, as execuções de opositores e outros crimes que teriam marcado o regime stalinista.

O relatório caiu como uma bomba sobre o movimento comunista internacional, e o PCB sentiu a crise profundamente. Durante meses a direção do partido manteve silêncio a respeito dos acontecimentos, limitando-se a desmentir as informações contidas no relatório.

Após uma série de manobras e que redesenharam a composição da direção do partido (Segatto, 1995), o novo Comitê Central, buscando recuperar sua legitimidade com o conjunto de militantes do partido, empreendeu um esforço de autocrítica em relação às concepções e às políticas expressas no Manifesto de Agosto de 1950 e na Resolução do IV Congresso do PCB, procurando conciliar a manutenção da orientação stalinista com a reavaliação da realidade nacional e das táticas a serem promovidas na ação dos comunistas. Junto com essa autocrítica, foram tomadas providências e feitas articulações para a elaboração da nova linha política que coadunasse com os novos princípios.

Previendo que a comissão eleita no pleno (reunião plenária) de agosto não produziria um ‘trabalho satisfatório’, Giocondo Dias, com o aval de Prestes, organiza ‘uma comissão ultra-secreta, desconhecida do Comitê Central e mesmo da Comissão Executiva’, para ‘elaborar e redigir o documento alternativo’ em substituição à linha anterior. No início de 1958, a Comissão concluiu o documento.” (Segatto, 1995 pág. 79)

Trata-se do documento que ficou conhecido como a “Declaração de Março de 1958”. Segundo Márcio Kieller, a Declaração seria “a gota d’água numa relação entre correntes do Comitê Central que disputavam desde o IV Congresso uma queda-de-braço para impor sua concepção de partido” (Kieller, 2002). Surgiram inúmeras acusações de oportunismo e golpismo, além das esperadas críticas à linha política traçada na Declaração. O fato é que, entre os meses de agosto e setembro de 1960, a “nova linha política” apontada pela Declaração foi aprovada no V Congresso do PCB, acirrando ainda mais as disputas partidárias, que culminaram na cisão do partido.

2.3 - A “Declaração de Março de 1958”: guinada política para enfrentar a crise.

A “Declaração de março de 1958” foi um novo programa político, com análises e propostas que diferiam em muitos aspectos dos projetos “revolucionários” plasmados nos manifestos de 48 e 50 e na Resolução do IV Congresso do PCB.

O documento vê nos elementos do capitalismo em desenvolvimento no país os traços de um progresso que correspondia aos interesses do proletariado e de todo o povo brasileiro, já que ele sofria mais com a condição de atraso e falta de desenvolvimento do país do que com as próprias contradições inerentes ao sistema capitalista. Esse atraso seria proveniente de sobrevivências de um passado baseado no latifúndio e em relações “pré-capitalistas” de trabalho, no predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção, na exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica nacional e da dependência em relação ao estrangeiro (PCB, 1958).

A Declaração descreve ainda um cenário no qual, apesar de tamanhas dificuldades, estaria se processando um desenvolvimento capitalista nacional que seria o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Esse desenvolvimento “inelutável” do capitalismo consistiria no incremento das forças produtivas e na expansão de novas relações - mais avançadas - de produção. Com o crescente processo de industrialização do país e com as transformações que se faziam sentir também na produção agrícola (principalmente com a introdução de mais maquinários e de uma técnica mais avançada), estaria surgindo e se fortalecendo um “capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista”, que daria conta de fazer surgir as duas classes fundamentais do sistema capitalista. O progresso e a industrialização até já se faziam notar pelo aumento do número e do peso do proletariado na população, bem como pelo surgimento de uma burguesia nacional cada vez mais interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional.

No entanto, os comunistas assinalam que o desenvolvimento capitalista não teria conseguido eliminar os “fatores negativos” que determinavam o subdesenvolvimento do país. Assim, ao mesmo tempo em que progrediriam as forças produtivas e as novas relações de produção capitalistas, haveria obstáculos ao seu pleno desenvolvimento, sendo os seus principais entraves a sobrevivência das relações atrasadas de produção em várias regiões ainda não industrializadas e a permanência das relações de dependência com o imperialismo, principalmente o norte-americano.

Estavam identificados os inimigos do progresso: para o PCB, as chamadas *sobrevivências feudais* na agricultura e a dependência em relação ao *imperialismo* eram os grandes obstáculos colocados no caminho do pleno desenvolvimento da economia brasileira (PCB, 1958). Afinal, a eles se devia, por um lado, o agravamento da extrema desigualdade no desenvolvimento das diferentes regiões do Brasil e, por outro, a

redução da taxa de acumulação capitalista no país, o que diminui o ritmo do progresso e contribuiu para a manutenção do baixo nível de vida da população.

A independência política do Brasil sofria sérias restrições em virtude da sua situação de dependência econômica. O desenvolvimento capitalista nacional exigiria uma política exterior independente que pudesse proteger o capital nacional contra o capital monopolista estrangeiro. Mas o desenvolvimento capitalista já se fazia notar na crescente participação da burguesia no poder de Estado e desenhava seus reflexos na composição do governo de Juscelino Kubitschek, então presidente.

Segundo o documento, o governo JK era resultado do compromisso frágil com duas alas que o integravam: um setor nacionalista burguês, que seria apoiado nas massas, na Frente Parlamentar Nacionalista e no setor nacionalista das Forças Armadas, e outro setor “entreguista”, porta-voz do imperialismo norte-americano. Assim, o chamado “capitalismo de Estado” expresso no governo JK é tido pela Declaração como um elemento progressista e antiimperialista da política econômica do governo, sendo a burguesia nacional o principal agente desse progresso. No entanto, o setor entreguista seria capaz de tensionar JK a ponto de garantir que fossem feitas concessões ao imperialismo. A tais concessões se opunham em protestos os círculos mais representativos da ala progressista da burguesia nacional – principal interessada no desenvolvimento independente da economia do país. O fortalecimento cumulativo das forças progressistas forjadas pelo incremento à produção industrial e a ampliação de sua participação no governo permitia que todo um ciclo de profundas transformações se abrisse também na vida política. A noção “tendência democratizante da vida nacional” é resgatada da hostilidade que lhe foi conferida pelos documentos de 1948 a 1954.

As forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado e a burguesia, vêm impondo um novo curso ao desenvolvimento político do país, com o declínio da tradicional influência conservadora dos latifundiários. Este novo curso se realiza no sentido da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas. A democratização do regime político do país, (...) não segue o seu curso em linha reta, mas, enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, sofre em certos momentos, retrocessos ou brutais interrupções. (...) Mas o processo de democratização é uma tendência permanente. Por isto, pode superar quaisquer retrocessos e seguir incoercivelmente para diante. Vem-se firmando assim, em nosso país, a legalidade democrática, que é defendida por amplas e poderosas forças sociais.” (PCB, 1980, pág.8)

Sem poder prever o golpe militar que aconteceria seis anos mais tarde, a Declaração pinta um cenário no qual a política brasileira, impulsionada por um processo de industrialização que trataria de introduzir de uma vez o capitalismo no Brasil, estaria caminhando – ainda que com alguns tropeços – na linha do irrefreável processo de democratização política. No texto encontram-se afirmações que enxergam na derrota mundial do nazi-fascismo e na derrota do Estado Novo no Brasil os marcos iniciais deste processo democratizante, que estaria se estendendo às zonas rurais “onde o tradicional despotismo dos grandes senhores de terra é obrigado a ceder terreno”.(idem, pág.9) Aos comunistas restava assumir de vez a tarefa de retirar os freios deste processo democratizante, fortalecendo a luta de todos contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos e a velha política dos “grandes senhores da terra”.

Os ventos que anunciavam mudanças positivas na economia e na política nacionais e mesmo na situação internacional indicavam o caminho para a solução dos problemas do país. E assim se traçava o caminho da revolução brasileira: o país estaria submetido, naquela “*etapa de sua história*” a duas contradições fundamentais, a primeira entre a nação e o imperialismo norte-americano e a segunda, entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura; A contradição entre burguesia e proletariado estava em segundo plano naquele momento, e não exigiria, portanto, uma solução radical - já que o desenvolvimento capitalista corresponderia aos interesses de todo o povo brasileiro. Nos termos da Declaração:

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira.” (PCB, 1980 pág.13).

A política a ser desenvolvida pelos comunistas deveria dar conta de se opor, junto a um amplo leque de alianças, ao que seria o principal inimigo da nação: o

imperialismo. Seguindo o raciocínio que atribui à burguesia nacional um papel “progressista”, a Declaração nomeia aqueles que seriam os aliados dos comunistas na luta contra o imperialismo:

Ao inimigo principal da nação brasileira se opõem, porém, forças muito amplas. Estas forças incluem o proletariado, lutador conseqüente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apóia na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes”. (idem, pág.14).

As tarefas consideradas pela Declaração como as mais importantes daquele momento não poderiam ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente, daí a necessidade de uma aliança objetiva entre todas aquelas forças que estivessem interessadas no fim da política de submissão ao imperialismo. A tarefa específica do PCB dali em diante seria, portanto, a criação e o fortalecimento de uma “frente única na luta por um governo nacionalista e democrático” – reiterando a convocação sugerida ao final da Resolução do IV Congresso.

Tal frente se manifestaria em múltiplas formas de atuação e de organização em comum, já surgidas no país. Entre elas, a mais importante seria o movimento nacionalista, no qual estaria expresso o grau mais elevado de unidade e concentração das forças antiimperialistas. As forças que tenderiam a se unir a ele iriam desde o proletariado urbano e o campesinato até a burguesia e os setores latifundiários em contradição com o imperialismo. Dessa forma, seria “necessário tudo fazer, dento do mais alto grau de unidade, para impulsionar o movimento nacionalista, ampliar seu caráter de massas e ajudar sua coordenação em escala nacional”. (PCB, 1958)

Ainda que o desmantelamento do imperialismo pudesse ser considerado o objetivo comum ao proletariado e à burguesia nacional, a Declaração afirma que os interesses contraditórios entre as duas forças não cessariam de se fazer sentir na frente única. A burguesia se empenharia em recolher para si todos os frutos do

desenvolvimento econômico do país, sendo, portanto, uma “força revolucionária inconseqüente”, que tenderia aos compromissos com os “setores entreguistas” e temeria a ação independente das massas.

O proletariado teria interesse no desenvolvimento antiimperialista e democrático conseqüente, lutando ao mesmo tempo pela causa comum de todas as classes que se opunham ao imperialismo, mas deveria defender os seus interesses específicos e salvaguardar a sua independência política, ideológica e organizativa dentro da frente única. Entretanto, a luta do proletariado dentro da frente única não teria que se orientar pelo objetivo de isolar a burguesia e nem romper a aliança com ela, mas visaria defender os interesses específicos das “vastas massas trabalhadoras”, ganhando a própria burguesia e as demais forças para aumentar a coesão da frente única.

Os comunistas deveriam trabalhar para que as forças democráticas e antiimperialistas aceitassem a direção do proletariado no movimento, mas não deveriam condicionar a sua participação a uma prévia aceitação dessa direção. A “conquista da hegemonia do proletariado” seria um processo de luta árduo e paulatino, que avançaria à medida que a classe operária forjasse a sua unidade estabelecendo laços de aliança com camponeses e defendesse os interesses comuns de todas as forças que participavam da frente única.

Os principais pontos de uma plataforma de frente única seriam: 1) uma política externa independente e de paz, capaz de garantir relações amistosas com todos os países, acima de quaisquer regimes sociais; 2) o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, possibilitando proteção e estímulo à iniciativa privada nacional e à industrialização das regiões mais atrasadas do país, especialmente do nordeste; 3) medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas, com a redução das taxas de arrendamento e prolongamento dos prazos contratuais, e facilitando o acesso à terra; 4) elevação do nível de vida do povo, combatendo a inflação e a carestia; 5) consolidação e ampliação da legalidade democrática, garantindo os direitos democráticos contidos na Constituição de 1946.

Tais bandeiras tenderiam a assumir um caráter de luta por um governo de coligação nacionalista e democrática e, sob a pressão dos movimentos de massas, abriria o cominho para uma nova correlação de forças que seria capaz de gerar as transformações revolucionárias exigidas pelo desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Dessa vez, os comunistas afirmavam claramente que o governo nacionalista e democrático poderia ser conquistado *dentro dos quadros do regime*. Quatro anos depois do encerramento do IV Congresso, a direção do PCB avaliava que existiam possibilidades reais de conduzir, por meios pacíficos, a revolução antiimperialista e antifeudal no país. Estava aberto o caminho para uma ação dentro da legalidade que pudesse estender os benefícios da constituição à maioria da população. Segundo a Declaração:

O povo brasileiro pode resolver pacificamente seus problemas básicos com a acumulação, gradual mas incessante, de reformas profundas e conseqüentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando-se até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem-do-dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação” (PCB, 1980, pág. 22)

O desenvolvimento da vida política nacional determinaria quais seriam as estratégias de luta por um governo nacionalista democrático, buscando sempre a via legal e pacífica de ação. Portanto, somente no caso em que os “inimigos do povo brasileiro” empregassem o uso da violência contra as forças progressistas, seria indispensável ter em vista a possibilidade de uma solução não-pacífica.

A conquista do almejado governo não incluía, dessa vez, nenhuma “revolução contra o regime” ou a composição de milícias armadas para substituir o exército. A ela chegariam os comunistas ao dispor dos três meios mais prováveis: através da pressão pacífica das massas populares e de todas as correntes nacionalistas, dentro e fora do Parlamento, no sentido de ampliar o setor nacionalista no governo Kubitschek; pela vitória da frente única nos pleitos eleitorais; pela resistência das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das forças Armadas e do governo, para impor ou restabelecer a legalidade democrática no caso de tentativas de golpe.

O anterior “pessimismo revolucionário” em relação ao regime se desfaz, quando o partido afirma que as “importantes vitórias alcançadas pelo povo” no Parlamento e nos órgãos legislativos podem e devem se estender também ao poder Executivo, elegendo nacionalistas e democratas para ocupar estes postos. As eleições, apesar de constituírem um acontecimento de fundamental importância para a vida política do país, ainda enfrentariam sérias restrições antidemocráticas. Para vencê-las, os comunistas

defendiam a extensão do direito de voto a analfabetos, soldados e marinheiros, além, é claro, de lutar pela restituição da legalidade do PCB.

Ainda que reconhecesse essas limitações, o partido assinalava que as eleições deveriam ser vistas como relevante forma pacífica de luta das massas, podendo garantir grandes vitórias ao povo. A participação “mais entusiástica” nas eleições é defendida na Declaração, que afirma que os comunistas deveriam se empenhar na eleição de candidatos da frente única para os postos legislativos e executivos, a fim de fortalecer os setores nacionalistas do Parlamento e do governo. Era desejável que entre eles houvesse representantes do próprio PCB, embora essa não fosse uma condição primordial de sua participação nas campanhas.

Antes disso, tratava-se de fortalecer as amplas coligações eleitorais, levando em conta a heterogeneidade dos partidos da época. Seu apoio cairia sobre “elementos nacionalistas e democratas” de *todos* os partidos – que se encontrariam em proporção considerável no PSD e estariam em permanente luta contra a sua ala reacionária. Os elementos progressistas se encontrariam em menor proporção na UDN, com sua alta direção nacional dominada por “golpistas e porta-vozes do imperialismo norte-americano”. Já os partidos como o PTB, o PSP e o PSB apresentariam uma tendência nacionalista e democrática mais acentuada, devido à sua base popular nos centros urbanos. O PTB, de um modo geral se orientaria por uma política nacionalista e popular, com boa parte de seu contingente eleitoral composta de trabalhadores. O mesmo ocorreria com o PSB, que representaria setores da pequena burguesia urbana e da intelectualidade.

O desenvolvimento do capitalismo do país conferia um caráter mais estável e nacional dos partidos políticos brasileiros. No entanto, a extrema desigualdade entre as regiões do país dificultava a superação das divergências regionais entre os partidos políticos. Essa circunstância demandaria que os comunistas soubessem distinguir as personalidades de atuação nacionalista conhecida dos falsos nacionalistas na ocasião de definir seus apoios – principalmente nos pleitos de 1958 e 1960.

Seguindo essas instruções da direção, os membros do Partido Comunista Brasileiro deviam prepará-lo para se tornar “o instrumento adequado à execução vitoriosa da nova política”, a fim de se depurar “de persistentes defeitos e adquirir qualidades novas”. Em resposta às críticas feitas por opositores internos, a direção conclamava o partido a combater o “subjetivismo que exerceu longo domínio em suas

fileiras” e adequar sua política às “condições objetivas do país para que a correta aplicação do marxismo-leninismo” e à particularidade do desenvolvimento histórico nacional. Seria indispensável, portanto, que os comunistas privilegiassem sua unidade, abandonassem as disputas internas e dispusessem seus maiores esforços a serviço das massas, atuando decididamente junto a elas.

Ao invés de se voltarem apenas para o trabalho interno no Partido, [os comunistas] precisam dedicar o fundamental de suas energias à atuação legal nas organizações de massas e aí exercer uma função eminentemente construtiva. (...) Participando das lutas de massas nos momentos reivindicativos, nas campanhas políticas, nas eleições, os comunistas não têm outro fim senão o de tornar vitoriosas as aspirações das massas, aprender com elas e educá-las a partir do nível de consciência que já atingiram. Os comunistas devem ser em toda parte batalhadores isentos de exclusivismo, abnegados e conseqüentes, pela construção da frente única nacionalista e democrática”.(PCB, 1980, pág 27).

Com a publicação da “Declaração de 58”, o PCB entrava numa nova fase da sua vida. Como assinalado ao longo do texto, a reorientação política foi calcada numa análise que dividia a história em *uma sucessão de etapas rumo ao socialismo*, em um caminho pré-definido, a ser percorrido pelos motores do progresso. No caso brasileiro - assim como em todos os demais países “coloniais e subcoloniais” onde a direção soviética mantinha influências - esse desenvolvimento encontrava-se travado pelas sobrevivências feudais, o que exigiria dos comunistas o esforço adicional de superá-las e só então fazer caminhar o irrefreável (e desejável) processo de consolidação do capitalismo industrial.

O “desenvolvimento das forças produtivas” e a consolidação de uma democracia burguesa-liberal eram os objetivos prioritários *naquela etapa* da história. No Brasil, os comunistas deviam se aliar aos setores “progressistas” da política brasileira, incluindo nessa caracterização a burguesia nacional – de quem se esperava o desempenho do mesmo papel que a sua classe cumprira nas chamadas revoluções burguesas clássicas. Como vanguarda resoluta da classe trabalhadora, o partido devia reconhecer que o próprio proletariado, nesse momento, teria mais interesse em romper os freios colocados ao progresso industrial do que combater as contradições inerentes ao capitalismo.

Tais conclusões elaboradas na “Declaração” acarretaram em escolhas políticas que geraram importantes cisões ao longo da história do PCB, além de suscitar debates

teóricos que questionaram toda a caracterização da realidade social e histórica brasileira contida no documento.

O novo programa consolidado na “Declaração de Março de 1958” e reafirmado na Resolução do V Congresso aponta alternativas claramente ligadas a uma linha mais reformista. Os comunistas buscavam, através da ação política dentro dos marcos da legalidade, o aperfeiçoamento do sistema democrático e a extensão dos seus benefícios às diversas camadas da população.

Entre os meses de agosto e setembro de 1960, realizou-se no Rio de Janeiro o V Congresso do PCB. Findado o debate de teses, o “centro pragmático” isolou os “conservadores”, aprovando, ainda que com algumas concessões, o essencial da linha política presente na “Declaração de Março” proposta pelo núcleo dirigente. Com as elaborações e “correções” promovidas no V Congresso, a “nova linha política” tornou-se o Programa Oficial do Partido Comunista Brasileiro, o que acirrou ainda mais as tensões internas.

2.4 - O V Congresso do PCB: a consolidação do poder da coalizão dirigente e da sua “nova linha política”.

Elaborada após o período de reorientações políticas do PCB, inaugurado pela “Declaração de 58”, a Resolução aprovada no V Congresso do partido expressa uma postura bem diferente daquela que aparece no documento de 1954 - apesar de observarem-se algumas continuidades na avaliação da conjuntura política e social do país.

A novidade em relação à Resolução aprovada pelo IV Congresso em 1954 reside na caracterização da grande burguesia brasileira. Ao contrário das análises anteriores e confirmando as orientações apontadas pela Declaração de Março de 1958, a Resolução do V Congresso afirma que a burguesia nacional seria uma das forças em oposição à “dominação imperialista”. No entanto, seus interesses de classe a transformariam em uma força “temerosa de que a luta independente do proletariado ameace seus interesses de classe exploradora”, fazendo com que seu papel no desenvolvimento do capitalismo brasileiro assumisse um caráter dúbio.

Essa nova interpretação do papel da burguesia no desenvolvimento nacional acarretou uma mudança na avaliação do PCB sobre o Estado brasileiro. Ele

representaria, além dos interesses dos latifundiários e dos capitalistas associados ao capital monopolista estrangeiro, os interesses contraditórios da burguesia nacional, que penderia ora para as tendências progressistas de desenvolvimento nacional independente, ora para uma postura “inconseqüente” e de concessões ao imperialismo. O Estado é visto, portanto, como pleno de contradições e compromissos de classe determinados por seu “caráter heterogêneo”(PCB, 1960).

Dessa forma, mesmo que o processo eleitoral fosse também marcado por essas contradições e enfrentasse a oposição das forças reacionárias à democratização do regime, a influência das massas na estrutura estatal se faria sentir com a conquista de aprovações a reivindicações populares e de medidas antiimperialistas no Legislativo. A tendência democratizante estaria se desenvolvendo também nas Forças Armadas e no Poder Judiciário. Além disso, a Constituição de 1946 – anteriormente considerada uma “carta de opressão do povo” - teria trazido importantes avanços relativos às liberdades democráticas, possibilitando instrumentos legais para a “luta do povo brasileiro pela libertação nacional, pela democracia e por suas reivindicações sociais.”

Ainda que a Resolução levante uma série de críticas ao governo JK inexistentes na Declaração de Março de 1958, é mantida a avaliação de que os aspectos negativos da sua política seriam contrabalançados pela ação das massas e forças populares, na busca de um governo “efetivamente capaz de mudar o rumo e empreender novos passos no sentido da emancipação do país”.

O antagonismo entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, seria também uma contradição fundamental da sociedade brasileira, mas não exigiria, naquele momento, uma solução radical. Naquela etapa, a revolução brasileira seria fundamentalmente “antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática”. Suas principais tarefas deveriam dar conta de alterar a estrutura atrasada das relações no campo, libertar o país econômica e politicamente da dependência em relação ao imperialismo, buscar a garantia real das liberdades democráticas para o povo e promover o “desenvolvimento independente e progressista da economia nacional” com a industrialização do país (PCB, 1960).

A intensificação da luta contra a dependência e o atraso do país criaria condições para a conquista de reformas econômicas e políticas de caráter antiimperialista e popular. Tais reformas seriam possíveis nos marcos do regime capitalista, “dependendo essencialmente do crescimento das lutas das massas do poderio da frente nacionalista e

democrática e do papel que nela desempenharem as forças revolucionárias mais conseqüentes”.

O desenvolvimento dessas lutas possibilitaria a formação de um governo nacionalista e democrático, capaz de realizar as “soluções positivas e imediatas” para os principais problemas enfrentados pelo desenvolvimento do país. No entanto, a solução completa das “tarefas fundamentais da atual etapa da revolução” dependeriam da eliminação radical da exploração do capital imperialista e do fim do monopólio da terra pelos latifundiários. Tais objetivos ultrapassariam o âmbito das reformas parciais e exigiriam transformações econômico-sociais profundas, demandando a concentração do poder estatal nas mãos das “forças mais revolucionárias da sociedade”:

Esta luta para realizar as transformações radicais exigidas pelo desenvolvimento do País e para fazer avançar a revolução levará ao Poder um governo das forças anti-imperialistas e antifeudais, onde o proletariado, como a força revolucionária mais conseqüente, deverá ter o papel dirigente. (PCB, 1960, pág. 61)

A luta primordial dos comunistas permanecia vinculada à realização da revolução nacional e democrática, que deveria se desenvolver ininterruptamente, tomando progressivamente as feições de uma “revolução burguesa de novo tipo”, até alcançar o caráter de revolução socialista. Seu caminho, por ora, seria pacífico, tomando por apoio uma conjuntura internacional favorável às conquistas que buscava atingir.

Segundo Márcio Kieller (Kieller, 2002), o grupo “conservador” não aceitou a aprovação da Declaração de 1958 pela nova Resolução e fez uma série de denúncias sobre manobras da direção para obter a maioria dos delegados presentes no V Congresso. A tensão permaneceu grande até a realização da Conferência Extraordinária, em agosto de 1961. Naquela ocasião, a direção do PCB apontou a mudança de nome do “Partido Comunista do Brasil” para “Partido Comunista Brasileiro”, numa tentativa de se esquivar das acusações de subserviência ao movimento comunista internacional centralizado na URSS e com isso obter novamente o registro legal do partido.

O grupo dissidente – composto por aqueles mais identificados com a defesa da linha contida na Resolução do IV Congresso do PCB – escreveu então a chamada “Carta dos Cem”, na qual condenava novamente a linha política adotada pelo partido. Seus redatores denunciavam a “violação dos estatutos e do programa partidário e desmascaravam o novo programa do PCB como um programa inaceitável para um partido operário” (Kieller, 2002)

Em 1962, todo esse processo culmina com a convocação, pelo grupo liderado pelos defensores do Programa aprovado no IV Congresso, de uma Conferência Extraordinária. Os “conservadores” abandonam assim as fileiras do PCB (então Partido Comunista Brasileiro) e fundam o PC do B - Partido Comunista do Brasil.

2.5 - O PCB como organização: elementos de base, articulação e centralismo.

Nos Estatutos aprovados no Congresso de 1954, o Partido Comunista do Brasil se reivindica como o “partido político da classe operária, a vanguarda consciente e organizada da classe operária, a mais elevada forma de sua organização de classe” (PCB, 1954). Em seus termos, isso significa a “união voluntária e combativa dos comunistas (...) guiado em toda a sua atividade pela doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stálin”.

Os significados organizativos dessa proposição geral dos comunistas se apresentam nas linhas seguintes. A primeira das definições mais importantes é a que estabelece os critérios para filiação: o candidato a membro deveria ser recomendado por um membro antigo do Partido (com, no mínimo um ano de militância) e sua candidatura seria discutida em uma Organização de Base do seu local de trabalho ou de residência e, se aprovada, submetida à confirmação do Comitê imediatamente superior. Se desenham aqui as características do que Duverger (Duverger, 1987) considera ser a grande inovação dos partidos comunistas: a organização dos elementos de base em células.

Criadas pelo Partido Comunista Russo, e impostas pela III Internacional desde 1924 aos demais partidos comunistas, as células seriam, para Duverger, a forma de organização mais adequada aos partidos clandestinos. Reunindo todos os membros do partido que tenham o mesmo local de trabalho, ela beneficia a ação secreta ao facilitar a mobilização, a comunicação e a convocação dos militantes para as reuniões e ações políticas (já que o contato entre eles é diário) e dificulta a repressão, pois as células costumam reunir grupos pequenos e com pouco contato com os organismos superiores, como veremos adiante. A terceira vantagem seria o fortalecimento da solidariedade partidária. A nosso ver, essa consideração merece uma discussão mais detalhada. Segundo Duverger:

A natureza profissional aumenta ainda mais esta [solidariedade partidária] proporcionando-lhe uma base concreta e direta: os

problemas da empresa, as condições de trabalho, os salários, constituem ponto de partida excelente para uma sólida educação política. Certamente, isso comporta um perigo: que a célula se absorva inteiramente nas reivindicações profissionais e esqueça as questões puramente políticas – isto é, que execute o trabalho normal dum sindicato. Esse desvio “economista” constitui a tentação permanente das células: lendo-se os relatórios da organização no Congresso do Partido Comunista observar-se-á que muitos esforços são necessários para não cair ali. (Duverger, 1987 pág. 64)

Se, por um lado, a “tentação ao economismo” é um problema com o qual os comunistas se confrontam historicamente nas suas organizações partidárias e na sua atuação dentro de entidades sindicais, por exemplo, há uma ressalva que precisa ser feita: em alguns momentos da história do PCB o perigo se converteu em ferramenta útil. A relevância dada a questões imediatas, tratadas de forma relativamente descolada das “questões puramente políticas” permitiu aos comunistas mais flexibilidade em seus programas e mais margem de manobra para a composição de suas alianças. Às bases militantes radicadas nas células, destinavam-se os debates relativos à aplicação da política decidida pelo centro, que concentrava o monopólio da reflexão teórica.

Em várias passagens do Estatuto, encontramos dispositivos que facilitavam e induziam a essa concentração de poder. No artigo 14, o PCB estabelece que

a organização do Partido que desenvolve sua atividade em uma área determinada é considerada superior a todas as organizações do Partido que limitam sua atividade a partes dessa área; a organização do Partido que desenvolve sua atividade em um ramo da produção é considerada superior a todas as organizações do Partido que limitam sua atividade a partes desse ramo da produção (PCB, 1954)

Dessa forma, cada organismo de base estabelece uma relação de subordinação às superiores. A esse tipo de desenho institucional, Duverger chamou de *ligação vertical* – que é justamente aquela que une dois organismos subordinados um ao outro. Em partidos organizados nesses termos, “os grupos de um mesmo escalão não podem comunicar-se entre si senão por intermédio da cúpula. Isso pressupõe duas coisas: a ausência de toda ligação horizontal direta e o emprego da delegação pra compor ‘instâncias superiores’” (Duverger, 1987).

Além de centralizar o poder, essa estrutura evita cisões. A comunicação entre as células passa necessariamente para órgãos superiores através do seu delegado, e assim sucessivamente; a cada novo nível hierárquico, uma nova triagem de informações e

interesses em manter o poder nas mãos dos dirigentes. E uma nova relação de mando que coloca o delegado à serviço dos seus superiores.

Os riscos de contágio são ainda atenuados pela centralização que reforça o caráter vertical das ligações. Cada delegado de um organismo inferior não é responsável perante seus mandantes, porém perante o organismo superior: tem ele portanto como dever por este ao corrente das dissidências eventuais que surjam no grupo que lhe é confiado, não para defender o ponto de vista deste, mas para provocar a intervenção salvadora do centro (idem, pág 84)

As medidas disciplinares, a eleição para cargos dirigentes, a definição de rumos políticos: em todos esses casos, o estatuto estabelece poder prioritário da direção sobre as bases. Praticamente todas as decisões precisam ser validadas pelos organismos superiores, à medida que aumentam de importância. Ainda que observemos que um sistema de ligações verticais não *define* uma estrutura mais centralizadora de poder, essa característica se mostra visível em várias passagens do documento. No artigo 20, o Estatuto define que

Nenhum Comitê ou organização do Partido, nem seus dirigentes, têm o direito de fazer declarações ou manifestar-se publicamente sobre qualquer questão de âmbito nacional antes que o Comitê Central tenha feito declaração ou tomado decisão a respeito.(PCB, 1954)

Mas concluir que a estrutura do PCB era mais centralizada não nos parece suficiente. A repartição desigual de poderes entre os diversos escalões do partido e sua maior concentração nos cargos de direção não é, em si, um indicativo de falta de democracia interna. A rigidez hierárquica, poderíamos argumentar, pode ser atenuada com uma alternância regular dos dirigentes ou com mecanismos efetivos de participação e legitimação da liderança. Em contrapartida, os militantes de base ganham, mesmo sacrificando parte de seu poder decisório, pela eficácia de um partido estruturado e organizativamente capaz de responder às questões da política cotidiana.

Essas seriam as principais vantagens do *centralismo democrático*. Princípio “em que se baseia a estrutura orgânica” (PCB, 1954) do PCB, ele é descrito como um conjunto de normas nos Estatutos, mais do que como um conceito. Para Duverger, o “centralismo democrático” é um conjunto de instituições complexas, que permite que toda a organização do partido permaneça centralizada (porque as decisões ainda são tomadas do alto), sem perder em democracia (pois elas são mantidas em função das opiniões da base, que precisa legitimar cada resolução).

O centralismo democrático supõe, por outro lado, que se produzam discussões muito livres na base antes que a decisão seja adotada, para esclarecer o centro, mas que a disciplina mais rigorosa seja observada por todos depois que ocorra essa decisão. De fato, os testemunhos parecem estabelecer que a discussão é real no interior das células contudo, essa “discussão deve desenvolver-se no quadro dos princípios do partido, dos princípios do marxismo-leninismo”, o que é natural. Porém as discussões devem cessar após a decisão: tudo, portanto deve ser posto em execução para aplicá-la. Nesse sentido, o centralismo democrático prevê um controle da execução muito preciso, assegurado pelo centro: os dirigentes do partido, em todos os escalões, devem verificar a aplicação das decisões pelos quadros colocados sob suas ordens. Exige ao mesmo tempo que os executantes falam sempre compreender à base os motivos da decisão executada da forma a nunca perder com ela o contato funcional (Duverger, 1987 pág. 93)

Dessa forma, o PCB estabelece que

Art. 21 — Todo membro do Partido pode discutir livremente nas reuniões do Partido para expressar sua opinião sobre qualquer problema, direito que emana da democracia interna. Só assim é possível desenvolver a crítica e a autocrítica e fortalecer a disciplina do Partido, que deve ser consciente. Tomada, porém, uma resolução numa organização do Partido, a discussão sobre o assunto a que ela se refere só pode ser reaberta por decisão da maioria da mesma organização ou por decisão de organismo superior. A decisão que for então adotada deve ser acatada e aplicada incondicionalmente. (PCB, 1954)

Mas nem sempre essa liberdade de debate se verificou. Nos anos que se seguiram entre o IV e o V Congresso do PCB, muitas foram as ocasiões em que a direção do partido alegou a “necessidade de evitar cisões e o prejuízo da classe operária” para fechar os canais de diálogo e de debate previstos nas regras do Estatuto, bem como para exceder o poder de suas funções, em detrimento do organismo supremo, o Congresso.

Ainda sob os primeiros impactos da crise aberta com o XX Congresso do PCUS surgem as primeiras críticas ao modelo de fidelidade à União Soviética e às estruturas organizativas do PCB. A direção do partido procura restringir para dirigir os debates. O Comitê Central aprova então um documento no qual realiza uma autocrítica no encaminhamento das discussões na qual admite “deformações autoritárias” num passado recente e ensaia uma crítica à linha política adotada até então. Nesse momento, a direção esboça mais claramente a linha política que será seguida pelo partido posteriormente.

Os questionamentos sobre a estrutura partidária continuam apesar da autocrítica da direção. As divergências são aguçadas a um ponto em que a legitimidade do “núcleo dirigente” do PCB é questionada. Prestes escreve então uma carta – que ficou posteriormente conhecida como “Carta-Rolha” - ao Comitê Central na qual considera inadmissíveis os ataques à União Soviética e ao PCUS e impele o Comitê Central a assumir sua condição de centro único de autoridade do partido para não permitir ameaças à disciplina partidária, encerrando a discussão.

Com a suspensão dos debates e a exclusão da corrente “renovadora”, a partir de maio de 1957, as discussões tiveram continuidade em artigos publicados por membros do “núcleo dirigente”. O centro das discussões se deu em torno da questão da intervenção do PCB na frente única nacionalista. Com o desenvolvimento da disputa interna, criou-se no PCB uma situação na qual o “centro pragmático” tornou-se a corrente majoritária no partido e no Comitê Central, mas os “conservadores” continuavam a deter os principais cargos de direção.

Em 1957, saiu a edição do jornal “Voz Operária”, na qual foi publicada a resolução que tratava da destituição de um grupo dirigente do PCUS, acusado de entravar a aplicação da linha definida no XX Congresso. Na mesma edição do jornal, foi publicado um editorial no qual foram criticados os dirigentes que resistiam às mudanças no PCB. O “centro pragmático” aproveitou então para “acertar as contas” com esses membros da direção, mais uma vez seguindo o exemplo do PCUS.

Em agosto, o Comitê Central se reuniu em plenária e aprovou uma resolução que, entre outras medidas, alterou a Comissão Executiva e o Secretariado, destituindo Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois e Sérgio Holmos, suprimindo as suplências. Ascendem Giocondo Dias, Mário Alves, Calil Chade e Ramiro Luchesi: estavam afastados da direção aqueles que se identificavam com a corrente “conservadora”. Foi designada também uma comissão para elaborar um documento de atualização da política do PCB a ser discutido na reunião seguinte do Comitê Central. O “centro pragmático” detém então o controle dos principais órgãos diretivos do PCB.

Em todas essas ocasiões, militantes foram expulsos ou impedidos de expressar suas opiniões nos órgãos, a despeito das regras estatutárias. O Comitê Central tinha todas as prerrogativas de “organismo dirigente máximo do Partido no período entre dois Congressos” (PCB, 1954), mas devia observar, de acordo com as regras estatutárias, que

Art.27 - As decisões do Congresso são válidas e obrigatórias para todo o Partido e não podem ser modificadas, substituídas ou revogadas senão por outro Congresso. Todos os membros e organizações do Partido são obrigados a reconhecer a autoridade das decisões do Congresso e a direção do Partido eleita pelo mesmo. (idem)

Como vimos, o período que seguiu o Congresso no qual o Estatuto foi aprovado foi marcado por uma série de transformações na linha política do partido. Para que elas fossem adotadas, muitas das definições estatutárias aqui ressaltadas foram colocadas abaixo por membros da alta direção do partido, rompendo mecanismos básicos do controle das bases sobre a sua atuação. O resultado desse processo para a dimensão organizativa envolveu uma maior concentração do poder, o fechamento de canais de comunicação entre a base e a direção, um endurecimento da disciplina interna e a inviabilização do diálogo democrático como combustível para a vida partidária. Acreditamos que, não por acaso, a perda de democracia interna tenha correspondido à maior aproximação, ao mesmo tempo, com a política do PCUS pós XX Congresso e a adesão do partido a uma linha programática mais reformista e mais adepta aos preceitos desenvolvimentistas.

A nova política exigia um partido mais disciplinado, com menos espaços para dissidências e mais permeável às grandes alianças eleitorais, como a que levou JK ao poder. Ao mesmo tempo, o aumento da dependência em relação à organização patrocinadora contribuiu para retirar dos militantes a capacidade de decidir sobre a política que o partido deveria implementar, transferindo ainda mais o poder de reflexão e elaboração para os grandes chefes soviéticos – os próprios chefes locais iam assumindo, com o passar do tempo, um papel de “tradutores” dos modelos teóricos exportados pelo centro de poder do comunismo internacional.

Perseguia-se uma engrenagem azeitada que funcionasse como numa grande fábrica: a implacável hierarquia organizativa serviria às variações programáticas e à substituição cada vez mais freqüente dos fins oficiais que, por sua vez, ofereceria justificativas para as manobras internas dos “gerentes” nacionais em direção à adequação às novas diretivas dos chefes internacionais. A modernização industrial parece ter se convertido em utopia para os comunistas, também sob o ponto de vista da lógica organizativa.

2.6- Algumas considerações.

As duas resoluções congressuais, mediadas pela “Declaração de 1958”, dão mostras do alcance das transformações políticas vividas pelo PCB. As alianças prioritárias, as estratégias de intervenção na realidade política brasileira e a importância do regime democrático e suas instituições para a construção dos objetivos dos comunistas, defendidos em cada uma das resoluções, são exemplos da importante reorientação adotada pelo partido a partir de 1958.

No entanto, as estruturas fundamentais do pensamento político do PCB não parecem ter sofrido mudanças muito significativas. A sociedade brasileira permaneceu sendo analisada sob a ótica da busca pelo “desenvolvimento das forças produtivas”, e o “progresso” parece ter mantido sua vocação “redentora” da história do país. O desenvolvimento econômico *per se* aparece como grande causa das transformações políticas e sociais, demandando uma ação de “aceleração” ou de “correção de rumos” por parte dos comunistas. A doutrina fortemente marcada pelo etapismo e por uma visão eurocêntrica e linear de desenvolvimento histórico e político manteve sua força em todas as resoluções. As propostas se diferenciavam um pouco mais entre si quando tratavam de táticas “imediatas” como a formação de milícias populares para a deposição do governo ou a composição de alianças para as eleições, a depender das possibilidades oferecidas ao partido para participar do poder.

Em todo caso, a “atual etapa” da revolução brasileira não foi questionada pelo partido. Era necessário empenhar suas energias para realização da Revolução Burguesa, ou seja: o momento pedia que se estabelecessem plenamente o regime democrático-burguês e os móveis do desenvolvimento capitalista que, somente depois de amadurecer, cairiam de podres e abririam espaço para o socialismo.

Para Florestan Fernandes (Fernandes, 2009), as teorizações mais comuns sobre a Revolução Burguesa no Brasil incorreram numa série de erros. O primeiro deles é referente ao “esquema geral” da Revolução Burguesa: acredita-se que tal processo no Brasil seria idêntico ao que se aplica às sociedades capitalistas centrais e hegemônicas. Prevalece a idéia de que a dependência e o subdesenvolvimento seriam estágios destinados a desaparecer com a irrefreável autonomização do desenvolvimento capitalista. A periferia tenderia a repetir a história das nações centrais, desde que se desse a revolução anticolonial, superando o estado inicial de transição neocolonial.

Ignora-se que a expansão capitalista da parte dependente da periferia está fadada a ser permanentemente remodelada pelos dinamismos do mercado capitalista mundial.

O segundo erro diz respeito à essência da dominação burguesa nas economias capitalistas dependentes: refere-se à negligência em relação à importância da concentração de riqueza, da drenagem de grande parte do excedente econômico nacional para fora e da persistência de formas de trabalho sub ou pré-capitalistas, e seu contraste com a crescente aspiração à democratização. Na verdade, o que acontece é que se sobrecarregam as funções especificamente políticas da dominação burguesa, seja em sentido autodefensivo ou em sentido repressivo. Assim, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, que depende, para sua viabilidade, de meios políticos de dominação.

Tal fato sugere que a Revolução Burguesa na periferia é um fenômeno essencialmente político de criação e manutenção de estruturas de poder submetidas ao controle da burguesia. Isso faria da “burguesia nacional” uma classe intimamente vinculada aos interesses de manutenção da dominação imperialista, por um lado, e avessa a transformações que trouxessem maior abertura democrática à sociedade brasileira, por outro. A sobrevivência da burguesia nacional e a do próprio capitalismo demandam que a revolução burguesa nos países dependentes queime uma série de etapas históricas vividas nos casos clássicos, nos colocando diante do poder burguês em sua forma histórica mais extrema, brutal e reveladora.

Com esse padrão autoritário de dominação burguesa, qual seria o caráter da nossa democracia? Que relações ela tenderia a perpetuar? Que questões são colocadas pelo regime à ação de um partido que reivindica a oposição ao sistema, especificamente no caso brasileiro? Em nenhum dos documentos que aqui analisamos, o PCB parece ter se dedicado a uma reflexão profunda dessas questões. Sua relação com o regime político foi se transformando, mas as mudanças não parecem ter sido motivadas por alterações na sua perspectiva ideológica.

A nosso ver, a reorientação do PCB no sentido de privilegiar ações que se mantivessem restritas aos limites da legalidade – ou sua “reentrada na atmosfera da sociedade brasileira”(Reis, 2002) – não corresponde à “grande guinada democrática do partido” ou ao seu “retorno à política nacional”, como sugerem algumas leituras. Em primeiro lugar, porque a “radicalização revolucionária” que teria sido “abandonada” pelos comunistas em 1958 era, como vimos, muito mais um elemento retórico que uma

resolução política concreta: tratava-se antes de dar alguma resposta ao *descontentamento provocado pela volta à ilegalidade* do que colocar o regime em questão. Ou seja: o seu relativo afastamento do sistema político legal correspondeu, no programa, a uma maior radicalização *do discurso*: foram alterados elementos importantes que refletiam o baque sofrido pelo partido, mas que não o impediam de dar certa continuidade à sua política - inclusive no que diz respeito à composição de alianças. O importante aqui é salientar que uma mudança na localização do partido no sistema político coincidiu com *adaptações* em seus objetivos oficiais. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Em segundo lugar, há que se observar a diferença fundamental entre duas dimensões estratégicas que, embora não sejam incompatíveis, não devem ser confundidas: a da realização da *luta política dentro dos limites do regime democrático*, de acordo com o que é legalmente permitido pelas suas instituições e a da *luta política pela democracia*, pela sua ampliação ou aprofundamento - que nem sempre é realizada dentro as regras legais estabelecidas. De acordo com Carlos Nelson Coutinho (Coutinho, 1989), a institucionalidade da democracia liberal não foi o suficiente para promover a real democratização da nossa sociedade, ou mesmo para alterar o caráter da dominação burguesa no nosso país - que o autor caracteriza, numa alusão à obra de Lênin, como “via prussiana” da Revolução Burguesa. Para Coutinho, a socialização crescente da política é “o único antídoto de eficácia duradoura contra o veneno da via prussiana”, sendo necessária a promoção de uma ampla incorporação organizada de parcelas da população à vida política nacional.

Ainda que, nos momentos de maior afastamento da legalidade, o PCB tenha ensaiado tímidas pinceladas de crítica às limitações impostas pelo regime à participação da população, não chegamos a perceber em seus programas uma preocupação mais definida com o que Coutinho chama de socialização da vida política. Seus textos, quando muito, se dedicavam a denunciar com veemência as restrições colocadas especificamente à ação do partido. Praticamente ignoravam a violência da exclusão de enormes parcelas da população de qualquer possibilidade de real intervenção na vida política nacional, e que isso se perpetuava, inclusive, nos períodos de “abertura democrática” institucional. Essa tendência a uma cultura política autoritária se manteve mesmo no hiato entre as duas ditaduras - a de Getúlio Vargas e o Regime Militar -

período no qual a possibilidade de participar direta ou indiretamente das eleições parece ter inebriado as análises políticas dos comunistas.

Capítulo III: O trotskismo invulgar do POR.

A análise do POR foi certamente uma das etapas mais complexas desta pesquisa. Além de todos os desafios metodológicos já enumerados, seu caso nos apresentou algumas das relações quadros mais complexas entre as questões discutidas. O Partido Operário Revolucionário (POR) é um caso singular na história dos partidos marxistas brasileiros. Suas peculiaridades se fazem notar até mesmo nas datas que delimitam seu período de vigência: costuma-se adotar o dia 15 de novembro de 1952 (lançamento do jornal Frente Operária) como marco inicial das atividades do núcleo pioneiro de militantes, embora o primeiro congresso tenha se realizado apenas em fevereiro de 1964; já sua extinção é frequentemente datada do ano de 1990 (quando o jornal e órgão central do partido deixa de circular), embora ainda hoje existam grupos políticos que reivindicam seu nome em suas atividades¹³. Em todo caso, o período de sua existência é inegavelmente longo – o que é incomum e mesmo improvável para partidos com as características do POR: clandestino, situado sempre na extrema esquerda do espectro político brasileiro, de diminuto efetivo de militantes e com relações aparentemente muito frágeis ou inexistentes com outras instituições.

As rupturas que fez com uma boa parte dos partidos de esquerda – tanto com seus antecessores quanto com aqueles com os quais concorria – somaram-se à delicada condição de uma acentuada fragilidade organizativa que precisava sobreviver a dois gigantes implacáveis: a dominação de sua instituição patrocinadora, o Bureau Latino Americano da IV Internacional e a hegemonia do Partido Comunista do Brasil no ambiente. Ao reunir todas essas características, o POR encarna, sem sombra de dúvidas, um objeto desafiador para qualquer análise.

¹³ Durante a pesquisa, encontramos um partido que diz ter realizado seu primeiro congresso em junho de 1989 e que mantém o site: <http://www.pormassas.org/site/>. Consta também a existência de um partido chamado POR na lista oficial disponível no site do TSE, definido como “agremiação sem registro legal”. Embora não possamos afirmar com certeza qualquer relação concreta entre as organizações aqui referidas, a coincidência dos nomes e o fato de conhecermos relatos de militantes que afirmam a ligação entre eles justifica, a nosso ver, a menção de sua existência nesse trabalho.

3.1 - A fundação do Partido Operário Revolucionário (POR): o surgimento de um “trotskismo sui generis” no Brasil.

Fundando a chamada “terceira geração de trotskistas no Brasil” (Karepovs and Neto, 2007) o partido reunia, em 1952, ex-membros do PSB (Partido Socialista Brasileiro) e do extinto PSR (Partido Socialista Revolucionário), também de orientação trotskista. As motivações para sua criação são ligadas às necessidades nacionais de organizar os militantes identificados com a Oposição de Esquerda sob as perspectivas criadas pela dinâmica de cisões na IV Internacional, principalmente a que vinha se desenvolvendo entre os dirigentes argentinos J. Posadas e Nahuel Moreno. Havia, naquele momento, uma necessidade da nova coalizão dirigente da IV Internacional de buscar organizações trotskistas menos elitistas e mais próximas às camadas populares. A mudança de estratégia correspondia a uma transformação no jogo de forças políticas da organização que seria fundamental para a fundação do POR.

A disputa entre os dirigentes argentinos se deveu à orientação política decidida no III Congresso da IV Internacional, que ocorreu em 1951 na cidade de Paris. Nesse congresso, o então secretário-geral, o grego M. Raptkis (em codinome Michel Pablo) apresentou um polêmico conjunto de teses que, ao serem aprovadas, reorientaram toda a política dos partidos filiados. Nesses textos, encontravam-se as bases de uma vertente do trotskismo que ficou conhecida como “pablismo” - termo que é comumente usado de forma pejorativa entre militantes trotskistas que mantêm as disputas em torno da IV Internacional (Coggiola, 1984).

Em essência, os textos defendiam que o mundo vivia um período diferente daquele no qual a IV foi fundada: o conflito entre o imperialismo americano e os Estados operários encabeçados pela URSS estava em ponto de ebulição e uma nova guerra mundial viria a irromper em curto prazo. Convertida em guerra civil internacional, o conflito colocaria as massas em combate primordial ao imperialismo, o que seria apenas o primeiro momento de um longo processo que se estenderia para uma luta contra a burocracia stalinista (Campos, 1981).

A emergência da guerra abreviava o “tempo histórico” disponível para a construção de partidos “verdadeiramente revolucionários” (trotskistas). As massas estavam animadas pelos importantes processos de transformação social em curso no leste europeu e na China, e eles vinham acontecendo sob a direção soviética. Todos

esses fatores empurravam o comando da provável revolução para as mãos da burocracia stalinista: somente “séculos de transição” para o socialismo poderiam diluir tamanha força política (Coggiola, 1984).

Depois de vencer a guerra contra o imperialismo, se abriria o momento de levar as massas a lutar diretamente contra o stalinismo. Somente então os trotskistas se empenhariam em puxar a política soviética para a esquerda, fazendo surgir tendências centristas que acabariam por prevalecer sobre o “oportunismo direitista” vigente. Para cumprir cada uma das etapas dessa jornada, os trotskistas tinham a tarefa urgente de se integrar no real movimento das massas. O primeiro passo a ser dado era integrar os militantes trotskistas nos partidos comunistas em todo o mundo, com o objetivo de influenciar sua política. Assim, a partir de dentro, se iniciaria o longo processo de reconquista do imenso aparato controlado por Stálin.

A política que ficou conhecida como “*entrismo sui generis*” foi aprovada e provocou a primeira divisão da IV Internacional: em novembro de 1953, as seções partidárias que optaram por se opor às teses pablistas organizaram o *Comitê Internacional da IV Internacional* (CI). A fração que se manteve ligada à direção de Pablo reuniu boa parte dos partidos trotskistas (as seções francesa, inglesa, suíça e americana) ficou conhecida como *Secretariado Internacional* (SI) (Neto, 2004).

Na América Latina, o Congresso devia ainda decidir sobre a disputa entre as organizações lideradas por Nahuel Moreno e J. Posadas para representar oficialmente a IV Internacional na Argentina e organizar o trabalho nos países vizinhos. Na época, Posadas defendia que as atenções fossem voltadas ao diálogo com os movimentos nacionalistas, o que o tornava mais compatível com a política recém aprovada. Seu grupo foi declarado seção argentina da IV, e ele se manteve como o encarregado da organização do Bureau Latino-Americano da Internacional, o BLA. Seguindo na oposição à direção pablista, Moreno apoiou o CI, e, em 1954, reuniu-se a dirigentes de outros partidos do continente para formar o *Secretariado Latino-Americano do Trotskismo Ortodoxo* (SLATO), uma organização concorrente ao BLA (Coggiola, 1984).

No Brasil, o incipiente POR aderiu ao SI. Na verdade, o partido não contava com muitas outras opções: desde o início, suas atividades estavam intimamente ligadas ao trabalho de Posadas no continente. A linha defendida por ele era, no mínimo, a mais

provável a ser seguida pelo partido que só se organizou com o impulso do Bureau que ele dirigia.

Foi ainda em meados de 1952 que Guillermo Almeyra chegou a São Paulo, tendo partido da Argentina na condição de delegado do BLA, com a tarefa de estabelecer ligação com os trotskistas brasileiros, editar um jornal e liderar um grupo. Em novembro do mesmo ano, foi lançada a primeira edição do “Frente Operária”, em torno do qual se nucleou a equipe de militantes que constituiu o POR (Neto, 2004).

Essa marca de nascença conferiu ao POR uma especificidade em relação aos demais partidos de origem trotskista na América Latina: em sua maioria, eles surgiam motivados essencialmente pelas cisões já existentes nos partidos comunistas, o que lhes conferia maior identidade e independência frente à Oposição de Esquerda (Ferreira, 2005). Ao longo dos anos 1930, as direções de muitos partidos comunistas enfrentaram o surgimento de tendências internas que passaram a disputar o poder partidário de maneira cada vez mais acirrada; muitas vezes, os conflitos eram resolvidos pela expulsão de grupos inteiros das fileiras comunistas, e estes respondiam às sanções formando novos partidos. Boa parte dessas dissidências aderiu à organização da Oposição de Esquerda, criando os partidos que compuseram as primeiras seções da IV Internacional. Portanto, as primeiras organizações trotskistas se fundaram sobre bases que já vinham sendo construídas nos processos de disputa de frações que ocorriam dentro dos PC's, o que conferia a cada uma delas certo nível de identidade e de organicidade entre seus membros.

No Brasil, o padrão seguido, em geral, foi o mesmo. Os primeiros partidos trotskistas surgiram de dissensões que começaram a se manifestar nas fileiras do PCB em 1927. Os contatos iniciais entre as frações comunistas e o trotskismo foram liderados por Mário Pedrosa, que em 1933 viria a ser o único latino americano presente no Congresso de fundação da IV. O diálogo gerou o Grupo Comunista Lênin, surgido em 1930 da união de militantes que vinham se opondo internamente ao PCB e resolveram se filiar à Oposição de Esquerda Internacional. O grupo não sobreviveu ao afastamento de Pedrosa e logo se desfez. Muitos de seus membros se desmobilizaram, mas outros aproveitaram sua herança teórica e se reuniram com outros dissidentes comunistas, fundando a Liga Comunista do Brasil (LC) (Ferreira, 2005).

A história de cisões e reagrupamentos se repete e, ao longo dos primeiros vinte anos do trotskismo no Brasil, são criadas outras três organizações: A Liga Comunista

Internacionalista (LCI), o Partido Operário Leninista (POL) e o Partido Socialista Revolucionário (PSR). Ainda que tenham sucumbido a dificuldades que se somaram à sua imaturidade e a fragilidade organizativa, cada um desses grupos conseguiu formar um legado que foi retomado em maior ou menor medida pelos seus sucessores. Além disso, o fato de comungarem a oposição ao PCB e a filiação à IV Internacional garantia que eles mantivessem traços de identidade que se conservaram ao longo do período (idem).

Nesse sentido, a fundação do POR significou uma verdadeira ruptura geracional na história do trotskismo brasileiro. Dainis Karepovs e José Castilho Marques Neto (2002) afirmam que sua criação não segue nenhum fio de continuidade em relação às demais organizações. Em suas palavras:

A maneira como foi impulsionada e as características do período denotam que a organização não tinha como fazer uso das experiências anteriores, e suas ações denotam que o grupo iniciava suas ações praticamente do zero. Uma evidência disso é que as caracterizações feitas pela IC e pelo PCB são retomadas pelo POR, que defende a tese de que o Brasil deveria ser classificado como um “país agrário e com restos feudais ou semif feudais”. Tais noções, ainda em voga no PCB haviam sido criticadas e abandonadas pelos opositores de esquerda desde 1930. (Karepovs and Neto, 2007 Pag. 148),

O acúmulo político de vinte anos de atividades dos trotskistas no Brasil, de fato, não foi totalmente aproveitado pelo partido. Mas o abandono das críticas elaboradas por essa tradição não deve, a nosso ver, ser creditada a um total distanciamento do POR em relação às outras organizações. Alguns de seus militantes vinham dos partidos acima citados; além disso, o “Frente Operária” chegou a publicar artigos de Hermínio Sachetta (com o codinome Carlos Matos) – grande liderança da LSI e ex-membro do PCB e do PSR – nos quais se debatiam temas como a concepção leninista de partido¹⁴. A questão é que essa transição entre o PSR e o POR acontecia durante a intervenção da IV Internacional – Bureau Latino Americano no Brasil, mas ainda antes da consolidação da relação entre as duas organizações e das políticas mais importantes que surgiriam dessa relação, como a do entrismo.

Há, portanto, outros fatores que devem ser questionados quando discutimos os significados das rupturas programáticas do POR com a tradição que as organizações

¹⁴ A informação sobre o codinome de Sachetta está disponível em LEAL, 2004. O artigo escrito por Sachetta tem o título: “A Organização Leninista do Partido” e foi publicado no “Frente Operária, nº 5, de maio de 1952.

trotskistas vinham desenvolvendo no Brasil. Entre eles, está aquele que, segundo Murilo Leal Pereira Neto (Neto, 2004), talvez seja seu principal traço originário: o POR nasce e se desenvolve como um partido de *legitimação externa* (Panebianco, 2005). Na política desenvolvida pelo partido em todo o período que aqui discutimos, “se verifica a presença de uma instituição externa, o Bureau Latino-Americano (BLA) da 4ª Internacional, patrocinando o nascimento do partido e servindo como fonte de legitimação de sua liderança” (Neto, 2005). A proximidade com o BLA e a natureza dessa relação influenciou sobremaneira toda a constituição das políticas, dos programas e da própria organização do partido.

3.2 – O POR como organização: legitimação externa, democracia interna e autonomia organizativa.

A relação com uma instituição externa patrocinadora impunha uma série de desafios extras à organização do partido. Além das rupturas com o acúmulo teórico do trotskismo brasileiro, o POR nasceu sob significativa falta de autonomia, o que o enfraquecia política e - ao que tudo indica - programaticamente.

A forte dependência em relação ao BLA não parece ter sido recompensada à altura dos prejuízos: não trouxe novas possibilidades de estabelecer trocas vantajosas com os organismos internacionais que o compunham e nem permitiu ao partido que aproveitasse as informações privilegiadas do cenário mundial - o que poderia ser de grande valor à formulação de sua política. A avaliação dessa relação é bem sintetizada no depoimento de Ruy Fausto¹⁵.

O peso do Bureau Latino-Americano era muito grande. Havia às vezes fricções entre o grupo nacional e o BLA. Mas principalmente quando Posadas passou a dominar o Bureau, tenho a impressão de que a opinião dele se impunha, em última instância.

Segundo Karepovs & Neto (2007), o BLA exercia forte fiscalização dos debates ocorridos internacionalmente, o que alimentava e agravava as conseqüências da política de centralismo extremo. A exacerbação do “culto da personalidade” de J Posadas entre os partidos do BLA se somou a uma política de características monolíticas. A indicação de Posadas era que as relações da organização internacional com os partidos seguissem

¹⁵ Entrevista realizada em 18 de abril de 2013.

a fórmula: “centralismo 90%, democracia 10%”. Não raro, o Bureau ordenava que se enviassem delegados às suas seções, o que mantinha as organizações trotskistas latino-americanas sob rédeas curtas. No cotidiano do POR, não era diferente. Segundo Tullo Vigevani, que passou a militar oficialmente na organização a partir de dezembro de 1960,

a autonomia do POR era mínima. O Bureau Latino Americano estabelecia diretrizes gerais, análises sobre política internacional e nacional. Os grupos nacionais tinham autonomia, como se dizia na época, para “aplicar”, interpretar e executar as diretrizes vindas do Bureau. E, antes da crise da IV Internacional de 1960, as diretrizes do Secretariado Internacional que ficava em Paris.¹⁶

O controle excessivo trouxe inúmeros problemas para a manutenção desses partidos. Entre os mais evidentes, estão aqueles que se referem à preservação da sua identidade organizativa. A seção brasileira apresentava um dos casos mais graves. A asfixia imposta pelo BLA ao livre desenvolvimento do POR chegou a colocar em risco a sua viabilidade.

No caso brasileiro, não houve sequer manifestações organizativas que refletissem o quadro internacional do trotskismo, como na Argentina, por exemplo. Havia tanta rigidez que, antes de 1966 não houve qualquer manifestação pública de dissidência ou discordância e os militantes descontentes simplesmente abandonavam o POR. (Karepovs and Neto, 2007 pág. 158)

De acordo com Murilo Leal (Neto, 2004), o POR era um partido que combinava, em sua origem, as características de uma organização de “legitimação externa” com uma estruturação “por penetração”. Adaptando as proposições conceituais de Panebianco - que indicam, originalmente, uma noção territorial para abordar a relação entre dirigentes locais e aqueles concentrados nos grandes centros - Leal afirma que tais partidos se desenvolvem de um “centro” para uma “periferia”, ao contrário dos partidos formados “por difusão”, quando diversos grupos dispersos se juntam formando um centro. Em suas palavras:

No primeiro caso, as organizações são mais homogêneas e coesas ideologicamente. Ora, esta foi a opção organizativa do POR desde a fundação de seu primeiro núcleo. O objetivo de Guilherme Almeyra, como delegado do BLA, nos contatos com os militantes do PSR era atraí-los para o POR e não aglutinar as duas organizações para, a partir daí, formar um “centro”. (idem pág. 40).

¹⁶ Entrevista concedida em 19 de abril de 2013.

Dessa forma, os dois traços originários do POR acima ressaltados estão profundamente relacionados, desembocando na composição de uma organização partidária que apresenta como feições mais significativas: i) uma *baixíssima autonomia organizativa*, situação que só se agravou no período pós-entrismo, como veremos; ii) e uma *centralização acentuada, com diminuição progressiva dos níveis de democracia interna*. Para melhor vislumbrar as articulações entre essas características, passemos à análise da estrutura do POR.

Em um artigo intitulado “A luta por um Partido”, publicado no jornal “Frente Operária”, os trotskistas expõem alguns de seus princípios organizativos fundamentais. Afirmando a necessidade de construir um “instrumento” para uma luta que pudesse resolver “as tarefas democrático-burguesas, liquidando os latifúndios e expulsando o imperialismo”, além de ser capaz de “expropriar a burguesia nacional” e prosseguir “vitoriosamente até o socialismo”, o POR elege as características ideais desse instrumento, o partido.

[...] Para levar à frente tal luta, precisamos de um instrumento. Esse instrumento é o partido. De que tipo deve ser o partido? Em primeiro lugar, deve ser um partido armado com uma teoria científica. O desenvolvimento do capitalismo e a agonia do imperialismo não podem deixar de ser estudados cuidadosamente para saber como e onde apressar sua queda. Esse estudo é baseado na ciência de Marx, Engels, Lenine e Trotsky. Por isso, o partido deve ser um partido **marxista-leninista**, isto é, um partido verdadeiramente socialista que prepare essa queda. O partido deve ser **internacional**, organizado num centralismo democrático, capaz de ligar as lutas nacionais às lutas mundiais, capaz de dirigir à derrubada mundial do capitalismo; um partido proletário, pois só o proletariado representa o progresso da humanidade toda. (“A luta por um partido”. Frente Operária, Nº 5 em junho de 1953, s/p)

Dois meses depois, os trotskistas seguem explicitando suas orientações programáticas nas páginas de seu jornal, dessa vez contrapondo-as àquelas reivindicadas pelo PCB. A disputa em torno das noções de “internacionalismo”, “marxismo-leninismo” e “centralismo democrático”, mais que uma mera contenda em torno de termos, nos parece significativa para a definição daquilo que o POR buscava ser – o que expunha, na maioria das vezes, em contraposição àquilo que buscava *não ser*.

O partido deve ser internacional e internacionalista, deve ser baseado na ciência, no marxismo-leninismo deve ser proletário na sua composição social, deve ser flexível na sua tática, mas inflexível na

sua estratégia orientada para a Revolução Mundial e o socialismo. Sua organização deve estar de acordo com suas concepções. O stalinismo é a negação dessas condições: internacional por subordinação ao Kremlin, não é internacionalista. [...] O nacionalismo chauvinista do stalinismo russo se reflete no nacionalismo chauvinista dos partidos comunistas em seu conjunto [...]. **A burocracia é pequeno-burguesa social e ideologicamente.** [...] Sua “ideologia” reflete essa situação social. **Por isso liquida o marxismo-leninismo.** [...] E, naturalmente, a organização do stalinismo está de acordo com o caráter da burocracia. O centralismo democrático do leninismo, em que a política democrática é fruto da elaboração comum, com o controle da base sobre os dirigentes, com a discussão interna e a unanimidade externa para a aplicação da linha resolvida democraticamente pela maioria é substituído pelo centralismo burocrático, pela ditadura do Kremlin sobre as direções nacionais dos PC’s e das direções sobre a base, pela política do monolitismo e pela supressão da democracia interna. (SOUZA, M. “Caderno do Propagandista”. Frente Operária, Nº 7, agosto de 1953).

Observe-se que há, nesse texto, uma correlação clara entre orientações ideológicas, programa partidário, autonomia organizativa frente às instituições patrocinadoras e democracia interna. Os trotskistas mobilizavam, na sua crítica à política comunista, boa parte daquelas questões que se mostrariam mais difíceis de equacionar em sua própria trajetória. A primeira delas é a da falta de autonomia em relação ao BLA. Além dos contornos já enumerados, esse traço conferiu ao POR uma maior debilidade nos mecanismos e espaços de democracia interna. Um bom panorama dessa fragilidade institucional, acrescida de um rigoroso centralismo, é exposto por Tullo Vigevani¹⁷:

[os estatutos] não existem, que eu saiba. Isso resulta de vários motivos. Um, e principal na minha avaliação, é a situação de clandestinidade e ilegalidade. As organizações marxistas e que se declaravam revolucionárias não tinham legalidade. Ainda que não fossem reprimidas no período pré 1964. Isso tornava a organização elástica/fluída, sem rigidez organizativa. Acrescente-se ser o POR uma organização extremamente centralizada, particularmente por Posadas, que estava na Argentina. Os delegados do Burô Latino Americano que vieram organizar o trotskismo no Brasil nos anos 50 e 60 eram enviados por Posadas. O congresso de 1964 tinha a particularidade de chamar-se congresso. Mas papel semelhante tinham reuniões ampliadas, do comitê central ampliado, plenárias, etc.[...] a organização era centralizada. E havia hierarquia aceita. Iniciava-se com Posadas. Em seguida vinham

¹⁷ Entrevista concedida em 19 de abril de 2013.

seus delegados. Almeyra e, a partir de 1959, Gabriel Labat (conhecido como Diego). Eles dirigiam. Buscava-se o consenso para designar os dirigentes. Ao menos desde quando eu militei formalmente, dezembro 1960, nunca houve qualquer disputa para os cargos.

Segundo Murilo Leal Pereira Neto (Neto, 2004), o número de militantes nesse período inicial girava em torno de 20 a 50 pessoas. Em entrevista, Ruy Fausto falou em um número máximo de 20 membros. Suas atividades se sediavam em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, com expansão para outros estados nos anos 1960. A composição da direção inicial era a seguinte: Guillermo Almeyra, Secretário Político; Leôncio Martins Rodrigues, Secretário de Organização; Milton Camargo, Secretário de Finanças e Antônio Pinto de Freitas e depois Sebastião Simões de Lima, Secretários de Agitação.

Já os critérios e mecanismos para a escolha desses dirigentes, o estabelecimento das regras para a o desempenho de suas funções e suas relações com as bases (tais como alternância de ocupantes nos cargos, prestação de contas, normas de centralização das decisões) não se encontram definidos, segundo os entrevistados, em nenhum documento oficial. Ao que tudo indica, a ocupação dos cargos era determinada de maneira informal, de acordo com as indicações dos delegados do BLA. Nas palavras de Ruy Fausto:

Não sei de nenhum documento definindo regras de funcionamento. Me espanta a precisão das suas informações. “secretário político”, “secretário de organização” etc. Eu não sabia exatamente que estas eram as funções de uns e outros. Na prática, era de fato mais ou menos assim. As nomeações se faziam de cima para baixo. Por cooptação.

O tão criticado “centralismo burocrático” do PCB não foi, portanto, superado pelo POR. Sem a manutenção dos mecanismos básicos de participação e deliberação das bases, o modelo original de “centralismo democrático” criado pelos partidos comunistas e reivindicado pelos trotskistas não se realizou na prática da organização. Em seu lugar, encontramos uma forma de centralização mais próxima ao que Duverger chama de “centralismo autocrático”. Nos seus termos:

[...] podem-se distinguir duas formas de centralização, uma autocrática a outra democrática, se considerar-se esse último termo como índice de uma vontade de manter o contato com a base. No centralismo autocrático, todas as decisões vêm do alto, e sua aplicação é controlada localmente por representantes da cúpula. (Duverger, 1987, pág. 92)

Ainda sobre essas diferenciações em torno da noção de centralismo democrático, acreditamos que vale sublinhar sua intensa ligação com as orientações ideológicas em disputa naquele momento. Em um breve resumo, Ruy Fausto as define:

Embora isso seja mais ou menos óbvio, como nomear as coisas é importante, eu diria: PCB - princípio organizatório: centralismo stalinista; POR - princípio organizatório: centralismo leninista; Liga: não sei; provavelmente mais democrática. Nos dois centralismos, as diretivas vinham de cima para baixo. Nos dois havia alguma discussão. Mas no quadro da variante leninista, a discussão era certamente mais viva, e havia lugar (sempre na cúpula, não na base), para verdadeiras divergências, o que só excepcionalmente ocorria na outra. Mas não esquecer que o grupo era tão pequeno, que quase não tinha base... [grifos do entrevistado].

Em 1955, o POR adere oficialmente à tática do entrismo. Seguindo as orientações de uma resolução política aprovada na III Conferência Latino-americana realizada no Chile em março de 1954 e reafirmada pelo IV Congresso da IV Internacional, realizado na França no final do mesmo ano, os trotskistas deviam priorizar seus esforços para “lançar-se a um trabalho de grande fôlego no seio da organização e do movimento de massas influenciado pelo PCB” (Neto, 2004).

Foi assim que, mais uma vez seguindo as determinações externas, o POR aderiu formalmente ao “entrismo”. Em 1955, seus militantes começaram a ingressar no PCB para formar uma “ala revolucionária” e buscar maior audiência do que até então vinham obtendo, em especial entre as bases do partido stalinista. Esse entrismo acabou se mantendo, apesar das dificuldades, até 1963, quando o BLA convenceu-se de que o PCB era um partido irremediavelmente contra-revolucionário e decretou o final da experiência.

Antes disso, porém, a tática deixou suas marcas no desenvolvimento do partido. Segundo Neto (Neto, 2004), esse foi um dos “momentos da história da organização que determinou mudanças drásticas da sua linha política, podendo-se mesmo falar em substituição de fins oficiais, tendo como consequência um abalo na identidade política do partido”. (idem). De fato, o deslocamento dos escassos recursos da organização para a realização de uma tarefa tão extraordinária cobrou seu preço para a formulação programática dos trotskistas, como vemos adiante.

Além do programa, há uma dimensão que merece ser ressaltada, que é a do desgaste da militância do partido. Como vimos, as demais condições de ação oferecidas pelo POR (falta de autonomia e extrema centralização com a transferência do poder decisório da base para as direções externas), chegaram a colocar a sobrevivência da organização em risco, pois afastava cada vez mais seus membros da organização. Essa tensão foi ainda mais agravada pela hostilidade ambiental que encontraram no PCB (que chegou, em momentos anteriores de sua história, a proibir qualquer relação pessoal de seus membros com militantes de orientação trotskista)¹⁸. É nesse sentido que aponta o depoimento de Ruy Fausto:

O entrismo era uma ilusão. A meu ver, ele não levou a nada. Ele rebentava os militantes, fornecia trabalho útil ao PC. E informações. Mas o que fazer com elas? Em geral, seria preciso não esquecer: O POR era um grupinho mínimo (ver os números no livro do Murilo). Seu forte era o fato de não ser stalinista. Quanto ao mais, estava mais ou menos fora do mundo. Pelo menos, fora do Brasil. Sabíamos muito pouco do que se passava, e tínhamos um esquema rígido que não poderia levar a nada.

Outra explicação para o fracasso do entrismo pode ser encontrada nas características da própria política e na natureza das organizações envolvidas. Muito próximo ao processo que Duverger chama de “nucleamento”, o sucesso do entrismo pressupõe uma relação entre duas organizações na qual a “nucleadora” seja institucionalmente mais sólida que a nucleada – o que, obviamente, não era o caso do POR em relação ao PCB.

O partido nucleador estabelece agrupamentos de ação comuns entre essas instituições e ele próprio nos escalões de base. Para eles, o nucleador exerce uma ação sobre o nucleado; podendo chegar a dominá-lo ou a desagregá-lo parcialmente. Evidentemente, o processo pressupõe que o nucleador possui um arcabouço muito mais forte que o do nucleado: é um pouco da aliança da panela de barro com a panela de ferro. O nucleamento é portanto utilizado sobretudo pelos partidos que se fundamentam na célula ou na milícia. (Duverger, 1987, Pág. 87).

Com uma organização tão frágil, os trotskistas não conseguiram concretizar os objetivos de sua tática. Essa é uma avaliação que aparece, inclusive, em boa parte dos textos que eles próprios produziram na época. Ainda que em nenhum deles se

¹⁸ Ver LEAL, 2004.

reconhecesse o fracasso do entrismo – e que somente tenhamos encontrado menções sutis à necessidade da construção de uma “política independente” nos escritos a partir do final de 1957 – o reconhecimento das inúmeras limitações da organização era uma constante, que se impunha como realidade inescapável a cada vez que o partido buscava apontar saídas para o movimento de massas ou explicar as razões para a não realização imediata de seus propósitos. A mutilação de sua capacidade de elaboração de proposições concretas e de alternativas programáticas é mais um dos efeitos da fragilidade institucional sentidos pelo partido.

3.3 Programas, metas e objetivos do POR: entre a obediência ao BLA e a desconstrução do PCB.

A construção autônoma das metas ideológicas do POR parece ter sido duplamente prejudicada por sua subserviência ao BLA e pelo entrismo no PCB . Por um lado, a organização não conseguia formular mais do que meras adaptações nacionais do modelo posadista. Murilo Leal Pereira Neto (Neto, 2004) afirma que é possível encontrar os fundamentos básicos da linha política do POR brasileiro nas páginas do argentino “Voz Proletária”. Lançado em junho de 1947, o jornal era nada menos que o porta-voz oficial do partido Grupo Cuarta Internacional, dirigido por J. Posadas. As leituras posadistas da política latino americana foram importadas pelo POR para o cenário brasileiro em inúmeras ocasiões.

Segundo o autor, o CGI trouxe novidades para a análise das Ciências Sociais da época - influenciado pela visão de mundo das elites sociais - quando valorizou, na leitura que fazia do peronismo, o papel ativo do operariado e das massas populares na formação do que se pode qualificar de “populismo” latino-americano, o que também valerá para o varguismo no Brasil. Outra característica das análises do grupo, impressa pelo seu secretário J. Posadas, foi o esforço de enraizamento no movimento operário – esforço que motivou a política do entrismo.

No primeiro número do “Frente Operária”, em 1952, o POR afirma que o trabalhismo de Vargas é tratado como uma “expressão particular de um fenômeno mais abrangente, o nacionalismo latino-americano” (Neto, 2004). No texto citado pelo

autor¹⁹, as referências a Perón são constantes, mas seu governo aparece como de um nacionalismo “mais vulnerável”.

O nacionalismo de Vargas seria mais vulnerável que o de Perón devido a fatores de ordem econômica e social. Fatores econômicos: a industrialização brasileira seria mais débil, o país não teria conseguido construir uma verdadeira unidade nacional e haveria, ainda, um atraso considerável no campo, argumentando-se que 76% da população vivia em zonas rurais. Por outro lado, Vargas, deposto em novembro de 1945, não teria podido usufruir da prosperidade econômica do pós-guerra, com a qual contou Perón para levar sua política à frente. Fatores sociais: como Vargas não contava com os recursos econômicos, o dinamismo industrial e o “tempo” histórico que tivera Perón, não pode canalizar o primeiro avanço das massas populares no pós-guerra, que foi aproveitado pelo PCB com sua expressiva votação nas eleições de 2 de dezembro de 1945. Enquanto Perón pôde controlar os sindicatos por meio da CGT, Vargas não se sentia à vontade para fazer grandes manobras, temendo que o controle da situação acabasse com os comunistas. Em decorrência desses fatores, a política de Vargas oscilava, combinando medidas nacionalistas e de cunho social a outras pró-imperialistas. (...) *Portanto, o nacionalismo de Vargas era considerado tímido e marcado por constantes concessões ao imperialismo* [grifo nosso]. (NETO, 2004, pág. 51).

Durante esse mesmo período, o PCB fazia uma avaliação bem menos branda da política getulista. Como observamos anteriormente, o Partidão viveu um período de desgaste em suas relações com o governo e trazia, em suas declarações, a expressão de “governo de traição nacional” para descrever o que acreditava ser o significado geral de suas políticas para os interesses gerais da nação. Dessa forma, a leitura que o POR apresentava sobre a figura de Getúlio, em 1952, não indica grandes aproximações com a do PCB. Tais aproximações se notam em outra questão, que acompanhará as avaliações dos trotskistas durante todo o período analisado: a noção de “atraso no campo” em oposição ao progresso urbano-industrial.

No número 8 do “Frente Operária”, os trotskistas fazem uma crítica direta à alteração da postura do PCB em relação ao governo de Getúlio Vargas:

O PC stalinista, depois de uma série de ziguezagues, deseja agora a substituição do governo, hoje, totalmente reacionário de Getúlio, por um governo da mesma classe que seja antiimperialista e anti-belicista. O PC deseja um governo da burguesia patronal que defenda a paz, o comércio com a URSS e se coloque contra os “trustes” americanos. Essa política não passa de um contrassenso oportunista. [...]. O proletariado e o campesinato não estão na fase dos governantes

¹⁹ “O Nacionalismo na América Latina: comunistas ou fascistas?”. O artigo foi publicado no número 1 do “Frente Proletária”, fonte da qual não dispomos diretamente.

“melhores”, mas entram, em todo mundo, na luta decisiva pelo poder. Um governo burguês do tipo desejado pelo PC vai manter o regime formal capitalista, vai dividir como governo burguês a classe operária. [...] Na hora decisiva do choque entre a burguesia e o proletariado ele se colocará ao lado do imperialismo guerreiro esquecendo de qualquer promessa pacifista que tenha feito, porque, defendendo o imperialismo, estará defendendo sua própria sobrevivência. (“A posição do PC”. Frente Operária, nº 8. Setembro de 1953, pág.3)

Em uma síntese das avaliações do POR sobre o governo Vargas, o autor (Neto, 2004) apresenta algumas questões que nos parecem fundamentais para esta análise. Adiantando algumas proposições que se repetiram mais tarde, quando os trotskistas se debruçaram sobre a caracterização da burguesia nacional, Vargas era visto, antes de tudo, como um agente que se via pressionado entre duas das forças sociais mais conservadoras da época (os imperialistas e os latifundiários) buscando, ocasionalmente, o apoio das massas para equilibrar essa relação. Frágil como a fração de classe que representava, toda vez em que se encontrava muito pressionado pelas massas ou pela esquerda, amparava-se no imperialismo, mostrando-se um agente titubeante e pouco conseqüente do ponto de vista dos seus próprios interesses nacionalistas.

Em dezembro de 1952²⁰, o POR divulga um programa dedicado a expor as políticas getulistas contra as quais se opunha, bem como a convocar suas bases “à mobilização das massas”. Nele, os inimigos a ser derrotados são o imperialismo, o Acordo Militar com os Estados Unidos e “sua política guerreira”, a miséria e a fome, bem como a desorganização das massas trabalhadoras, especialmente no campo. Os trotskistas propõem:

Nenhum operário fora do sindicato; legalização de todos os partidos, inclusive o PCB; direito de organização de todos os trabalhadores; democracia e liberdade sindical; independência frente ao Ministério do Trabalho, fora os pelegos do sindicato; unidade sindical na América Latina; Extensão de todas as conquistas trabalhistas para o operário rural abono de Natal de um mês, pelo fim da cláusula da assiduidade integral, por condições de salubridade no trabalho, por restaurantes baratos e saudáveis, por leis de defesa da mulher e da criança. A igual trabalho, igual salário. Luta contra a carestia, salário mínimo vital e móvel. Para os pequenos agricultores era proposto: seguro pelo Estado de suas colheitas, crédito barato, adubos e máquinas a preço de custo. Reforma e revolução agrária. Contra a Petrobrás²¹ pela estatização do petróleo, contra o acordo militar com

²⁰ *Frente Operária*, n.2, dezembro de 1952 “Contra o Imperialismo e seus agentes”.

²¹ A Assessoria Econômica da Presidência não propunha, no projeto de criação da Petrobrás, o monopólio total do petróleo. Idem, pág. 54

os EUA, contra a exploração das areias monazíticas, pela expropriação imediata das fábricas e empresas imperialistas. (LEAL, 2004, pág. 54)

Nesse mesmo texto, o partido apresenta algumas das características mais marcantes de sua orientação programática: caracteriza o Brasil como um país semi-colonial, mas depois fala na necessidade de “acabar com a exploração semi-feudal” bem como extinguir a exploração pelo sistema de meeiros. Essa combinação de conceitos remete, ao mesmo tempo, às reflexões de Caio Prado Jr. (o autor foi citado no nº 7 publicado em agosto de 1953 do “Frente Operária”, edição que apresenta a resenha de uma de suas obras mais importantes, o “Formação do Brasil Contemporâneo”) e às noções mais etapistas do pensamento pecebista, justamente às quais Caio Prado Jr consagrou algumas de suas críticas mais fecundas. As oscilações entre os movimentos de aproximação e afastamento dos pressupostos comunistas se mostraram uma constante em todo o período analisado. Elas se verificam também nas primeiras determinações do partido acerca do programa democrático-burguês pecebista. Combinando algumas das orientações gerais da “teoria da revolução permanente de Trotsky” com o desejo de marcar sua posição diante da política proposta pelos comunistas, o POR afirma:

[...] Entretanto, por causa de suas ligações com os latifundiários e com o imperialismo, a burguesia nacional é incapaz de resolver as próprias tarefas democrático-burguesas. A resolução dessas tarefas fica nas mãos do proletariado. Lutando pela resolução das tarefas democrático-burguesas, o proletariado se entrosa na luta pelo socialismo e obtém, assim, aliados na outras camadas exploradas – os camponeses, principalmente. Mas é o proletariado, como líder da nação, como único representante do progresso, quem conduz a luta. (...) De tudo que foi dito podemos concluir: a necessidade da derrubada do capitalismo imperialista para permitir o progresso da humanidade e impedir o lento retrocesso à barbárie; o caráter mundial da luta proletária contra o imperialismo mundial; o proletariado é a única classe representando o progresso e capaz de dirigir a resolução dos problemas nacionais e das outras camadas exploradas. Esse é o caráter da luta. (“A luta por um Partido”. Frente Operária, Nº 5, junho de 1953, s/p)

Ainda em 1953, o POR avaliava que o etapismo presente nas proposições pecebistas era programática e ideológica da necessidade da burocracia soviética de se manter no poder. O caráter essencialmente reformista de seu programa servia à manutenção dos líderes máximos do movimento comunista, que não teriam o menor interesse em questionar o status quo. Para os trotskistas, a noção de uma “revolução em

duas etapas” seria essencialmente conservadora, porque “pretende conservar seus privilégios de casta burocrática – e, portanto, contra-revolucionário, pois vê na revolução o fim desses privilégios”. (SOUZA, M. “Caderno do Propagandista” Frente Operária, Nº 7, agosto de 1953).

Mas o mesmo raciocínio não foi aplicado às próprias formulações. Repetindo as noções gerais dos comunistas sobre o processo histórico, os trotskistas do POR viam no stalinismo um fenômeno transitório e identificavam no aumento da atividade industrial – e, portanto, na liquidação do “atraso” que significava o peso da atividade agrária na economia - o grande impulso para as transformações políticas. Na continuação do texto acima citado, encontramos as seguintes avaliações do cenário internacional:

A revolução colonial e fundamentalmente a magnífica revolução chinesa, abalou o capitalismo e mostrou que a URSS não é a única força dirigente do campo anti-imperialista. Ela deu também a perspectiva da revolução mundial, derrubando um a um os baluartes coloniais e os mercados do imperialismo, enfraquecendo pois o próprio imperialismo. O fato da China aparecer como aliada e não como subordinada da URSS enfraquece o poder do Kremlin sobre os PCs. Isto se uniu às transformações internas na URSS: o proletariado derrotado e quebrado da velha geração, que presenciara a onda de derrotas antes da guerra e vira o triunfo da burocracia, deu lugar a novas gerações jovens, invictas, que derrotaram o imperialismo alemão, gerações que foram alentadas pelos contatos com os operários europeus e pela revolução colonial, com um grau cultural muito mais elevado devido aos progressos gigantescos da economia socialista, compostas, fundamentalmente, de operários industriais e não de camponeses como em 1922. *Acabou-se o atraso, o cansaço e o desalento das massas russas.* Elas confiam na revolução mundial e sentem o peso das arbitrariedades e dos entraves burocráticos. Por isso, a burocracia tem de fazer-lhes concessões. (idem)

Em suas interpretações, os militantes trotskistas resgatam muitos elementos da dicotomia entre agrarismo e industrialismo, que marcou as análises do PCB desde seu surgimento. A lógica geral encontrada no documento que trata do cenário russo se repete na leitura que o POR fazia da figura de Getúlio Vargas e das estratégias que formulava para fazer frente ao seu governo. Para o partido, o presidente era o representante do imperialismo aliado ao latifúndio, e só conseguia manter a legitimação da sua liderança com base em setores da sociedade distantes do meio urbano e que, portanto, não haviam experimentado o processo civilizador da industrialização.

As massas rurais bestializadas que deixavam o campo rumo a cidade industrial não conheciam o Vargas da ditadura, daí sua adesão ao líder. O papel da vanguarda revolucionária deveria passar por um trabalho de orientação dessas massas operárias, sobretudo, diante das

propostas que vinham de direções nacionalistas. Participando junto com os trabalhadores, a organização revolucionária poderia revelar a eles o verdadeiro caráter da pequena-burguesia brasileira (idem, pág 39).

Essa oscilação ganhou escalas maiores após o entrismo no PCB, em 1955. A identidade do partido ficou ainda mais fragilizada diante da força das teses pecebistas. Seus militantes, embora tenham redobrado os esforços críticos às políticas comunistas, assumiram, a cada vez mais, o ponto de referência da compreensão comunista da realidade brasileira; repetiam e aplicavam a fórmula do “país semicolonial e semifeudal” de maneiras cada vez mais contraditórias. Em várias de suas apreciações, o POR transitava de maneira bastante indecisa entre a adesão e a rejeição aos postulados comunistas. Em um artigo intitulado “O novo programa do PCB”, dedicado a discutir a Resolução Política aprovada no IV Congresso de 1954, os trotskistas questionam:

É possível “a industrialização intensiva, garantir plena democracia para o povo, assegurar aos operários e demais trabalhadores suas conquistas e seus direitos, proporcionar a toda a população brasileira uma vida próspera, livre e feliz”? É possível às “camadas democráticas e progressistas” regenerar tão maravilhosamente o regime capitalista? Ou isso não passa de uma idealização reacionária dos exploradores “nacionais”? (“O Novo Programa do PCB”. Frente Operária, Nº 14, fevereiro de 1955, pág. 14).

Mas afirmam, em seguida: “Neste país as relações de produção não são semifeudais (apesar da existência de importantes restos semifeudais)” (idem). O POR segue então novamente na direção já traçada pelo PCB, embora pese a mão, em seu discurso, na rejeição sistemática de cada ponto do programa comunista. O texto segue a mesma trajetória quando trata do combate ao imperialismo:

Dizer, portanto, que “ante a alternativa de tomar uma posição de traição aos interesses nacionais, de capitular por completo diante do opressor estrangeiro, ou de participar da revolução, conquistar suas reivindicações mais sentidas [...] não poderá objetivamente deixar de tomar pelo caminho da participação na luta da classe operária, dos camponeses da pequena burguesia e da intelectualidade” é semear as piores ilusões reformistas. *Evidentemente a necessidade tática de por em primeiro plano a luta contra o imperialismo é uma coisa indiscutível: esse imperialismo é o principal opressor. Mas os outros opressores só em certo sentido são secundários.* Para liquidar o imperialismo ianque precisamos liquidar o poder econômico e político das classes nacionais exploradoras. e o fato real é que é contra elas - agentes do imperialismo - que chocamos todos dos dias. [grifo nosso] (Idem, pág 15).

Quanto às relações do imperialismo com a burguesia nacional, tão ressaltadas no programa pecebista, os trotskistas faziam uma avaliação que não chegava a contradizer totalmente a idéia da existência uma camada industrial nacionalista, que precisava ser fortalecida numa aliança contra a exploração imposta pelo capital externo. As considerações feitas pelo POR a essa idéia geral aparecem mais como uma variação de nuances que uma oposição resoluto a esse princípio geral. Assim, ainda que afirmassem “rejeitar as quatro candidaturas” e que as eleições de outubro de 1955 não passariam de “mais uma farsa burguesa”, os trotskistas avaliavam que o processo, em si, afetava os interesses mais conservadores, pois expressava alguma potencialidade para a luta de massas - mesmo que não houvesse possibilidades legais de construir uma candidatura operária. Em suas palavras:

A burguesia nacional não tem condições para uma política abertamente anti-imperialista. Mas, por outro lado, não deseja entregar-se por qualquer preço ao imperialismo; ela quer vender-se, mas vender-se mais caro.[...] A ameaça da guerra entre exploradores e explorados, porém, faz com que as burguesias nacionais não possam regatear muito. Por essa razão, a campanha eleitoral da burguesia - comandada, hoje, por Juscelino Kubitschek - não será nem a sombra da demagogia de Getúlio Vargas. Se o getulismo era tímido, o juscelinismo era ainda mais medroso e covarde. A reação sabe muito bem disso e daí que sua oposição a Juscelino não seja uma oposição a um candidato "nacionalista", mas uma oposição a um processo eleitoral que pode dar expressão ao espírito da luta das massas. O que a reação quer não é evitar que Juscelino seja candidato; ela quer é evitar que haja eleições. (“A situação Nacional. O golpismo, as massas e o PCB.” Frente Operária, Nº 15, maio de 1955. Pág. 6 e 7.)

Já durante o governo JK, o “Frente Operária” publica um texto no qual fica mais clara a posição do POR diante das políticas desenvolvimentistas. Assinado por Leôncio Martins Rodrigues, o artigo se inicia levantando algumas das questões gerais que mais preocuparam os teóricos do desenvolvimentismo. Afirma-se que, apesar de atravessar um período de industrialização e progresso, o Brasil continuaria sendo um país semi-colonial sujeito à dominação das grandes potências imperialistas, além de fundamentalmente agrícola, exportador de café e algodão.

Aparecem também outras preocupações típicas do programa dos desenvolvimentistas de esquerda. A necessidade da criação de uma infra-estrutura para a implementação de um parque industrial no país, bem como a nacionalização das indústrias estrangeiras mais importantes e a realização da reforma agrária seriam

omissões do programa de Juscelino Kubitschek que transformariam sua plataforma de um governo industrializante em algo muito insuficiente diante das necessidades do país.

Para se libertar do asfixiante controle que os grandes trustes internacionais exercem sobre a economia brasileira, o país necessita montar uma indústria pesada, com fabricação em grande escala de caminhões, tratores, locomotivas, motores; precisa de um parque siderúrgico, precisa montar uma rede de usinas hidroelétricas, etc. Para realizar isto, a burguesia nacional "industrialista" necessita de **capitais**, coisa que não possui em quantidade suficiente e necessária. Para remediar tal situação, o ex-governador mineiro pensa em recorrer (e já o está fazendo) ao "auxílio" de capitais estrangeiros. Mas, os "trustes" e monopólios imperialistas não pretendem aplicar seus capitais no Brasil com a finalidade de incrementar nosso progresso, mas sim para tirar lucro com a exploração desenfreada da mão de obra nacional. [...] Para permitir nosso real desenvolvimento econômico é imprescindível a expropriação sem indenização dos trustes imperialistas que sugam, controlam e entram o progresso do Brasil. [...] Porém, além de tudo isso, Juscelino Kubitschek omite um ponto fundamental, sem cuja realização não se pode nem pensar em progresso no Brasil: **a reforma agrária**. [...] Enquanto subsistirem grandes latifúndios improdutivos (ou de baixíssima produtividade) o regime da "meia" e da "terça" (vestígios feudais) nosso país não sairá da miserável condição de semi-colônia, gozando de independência política apenas formal, apesar dos imensos recursos que possui. **Sem reforma agrária não há progresso real no Brasil.** [grifos do autor] (RODRIGUES, L. M. "O governo Juscelino: O Programa da Burguesia nacional.". "Frente Operária", Nº 18, maio de 1956. Pág. 3 a 6)

Em relação à postura do PCB diante do governo de JK e dos "choques interburgueses" (referindo-se especificamente à crise de 11 de novembro de 1955), o POR afirma que a direção do Partido Comunista se mantinha "marchando a reboque da burguesia nacional", em uma trajetória totalmente desorientada. Para os trotskistas, diante da ameaça de um golpe de Estado que poderia impedir a posse de Juscelino e Jango, o PC deveria ter marcado uma posição independente e classista, o que significaria: "apoiar determinadas medidas contra os golpistas, mas nunca permitir e aceitar que a burguesia nacional e o prussiano Lott conduzissem a luta anti-udenista à sua maneira" (idem). A garantia da sucessão presidencial e a derrota dos golpistas deveria ser encarada como parte da luta pela "mais ampla liberdade de associação, o mais irrestrito direito de greve, de reunião sindical, de manifestação, etc." (ibidem) A implantação de um regime de exceção viria justamente contra tudo isso.

Mas seria necessário lembrar que o governo de JK não poderia ser tratado como aliado do proletariado. O Partido Comunista não poderia continuar a prestigiar o

governo Kubitschek, pois estaria aderindo a um governo que, “sob a auréola de popularidade dada pela própria direção do PC, continuará a reprimir o movimento operário de vanguarda, enquanto Jango sorri e acena com promessas demagógicas para as amplas massas” (ibidem). Como alternativas concretas à ação do Partidão, o POR indicava saídas que deveriam ser buscadas estritamente no plano pragmático. Não há maiores questionamentos a respeito do espírito geral das orientações do PCB e suas propostas programáticas mais amplas sobre o desenvolvimentismo, sendo o próprio PCB, segundo os trotskistas, o protagonista dessas ações.

[...] É preciso mostrar que o atual governo, apesar de não ser totalmente entreguista como o setor representado pela UDN, continua, no fundamental, girando em torno da órbita do imperialismo. É preciso impulsionar os sindicatos na luta por um novo salário mínimo de modo que este não possa ser apresentado como um "presente" do governo Juscelino- Jango. É preciso lançar dentro e fora dos sindicatos uma campanha por uma Central Operária que englobe e organize efetivamente todos os sindicatos, inclusive os dos trabalhadores agrícolas. É preciso enfim que o PCB - sem deixar de explorar a favor do proletariado as dissensões dos grupos burgueses - entre no caminho de uma política DE CLASSE independente, marcando e dando sempre soluções de classe para os problemas das grandes massas trabalhadoras. [grifo do autor] (RODRIGUES, L. M. “O governo Juscelino: O Programa da Burguesia nacional.”. “Frente Operária”, Nº 18, maio de 1956, pág 3 a 6)

Em 1957, depois de aparecerem os primeiros reflexos mais significativos da crise internacional do comunismo dentro do Partidão, o POR passa a se dedicar não só à avaliação dos movimentos da direção do partido, como também das correntes que surgem ao longo da disputa. Na esperança de finalmente colher os frutos de sua ação dentro do PCB, os trotskistas acompanham passo a passo a fragmentação da coalizão dirigente, buscando, ao mesmo tempo, alvejar as lideranças das principais frações em disputa e ganhar a simpatia das bases que impunham questionamentos à política que vinha sendo realizada até o momento. Dessa forma, sugeria-se que a única saída para a crise de legitimidade aberta nos quadros do PC seria uma revisão completa de suas orientações, um movimento que deveria ir muito além da recomposição dos altos escalões do partido:

[...] Nestas condições, o informe é nitidamente, uma concessão feita aos militantes do Partido. O documento é assim uma importante vitória para todos aqueles que, dentro e fora do PCB, opõe-se ao stalinismo e lutam por um verdadeiro retorno a Lênin. [...] As concessões que Prestes apresenta, longe de conduzir a uma estabilização da situação, estimularão os elementos da oposição a

prosseguir na luta pela extirpação completa do stalinismo. Isto significa não apenas o afastamento de determinados elementos do *Presidium*²² e sua "substituição por outros". Implica numa reviravolta completa na linha política e nos métodos até agora seguidos e no rompimento da subordinação do PCB à diplomacia soviética. (CAMPOS. "Prestes e a Crise no PCB." Frente Operária, Nº - indefinido, de outubro de 1957., Matéria de capa.)

Mas a avaliação segue indicando que os prognósticos não são animadores para os trotskistas. Afinal, desde o início da crise, das frações que ganharam mais notoriedade na disputa e adesão de maiores parcelas das bases, nenhuma se aproximava das políticas do POR. Em outra passagem do mesmo texto acima citado, o partido chega a uma interessante conclusão:

Um dos motivos que tem permitido ao *Presidium* stalinista manter-se no controle do PCB *é a inexistência de uma oposição mais organizada*, [grifo nosso] dispondo de uma plataforma coerente que mobilize as bases e aglutine em torno de si aqueles elementos (que são inúmeros) que anseiam por uma modificação. A luta de tendência, a oposição ao retorno do stalinismo, se bem já tenha atingido todos os escalões da organização pecebista, continua sendo, fundamentalmente, escaramuças na cúpula, de onde só os quadros médios e dirigentes têm pleno conhecimento. (idem)

Ao reconhecer que não havia organizações, dentro do PCB, que cumprissem o papel de tensionar o partido por dentro e levar a crise aos fins que almejavam atingir desde que se voltaram para a ação dentro do campo dos comunistas, os trotskistas abriam flancos para que se chegasse à conclusão, mais cedo ou mais tarde, de que, mesmo com todos os esforços empregados, a tática do entrismo não funcionou. Ainda antes que isso de fato viesse a acontecer, os militantes do POR seguiram investindo em questionar, da maneira que podiam, a movimentação comunista.

Olhemos retrospectivamente a atuação do PCB nestes últimos anos. Sua linha se notabilizou pelas sucessivas guinadas à esquerda e à direita. Desde a política de colaboração de classes até os delírios ultra-esquerdistas do Manifesto de Agosto. Porém, através de todas estas vicissitudes, uma constante tem se percebido: acordos eleitorais (ou eleitoreiros) com partidos e políticos da burguesia (Ademar de Barros, Cirilo Jr., André Nunes, JK, etc.) Porém, apesar de todos os sinceros esforços de estabelecimento de vínculos mais estreitos com as esferas dominantes ditas progressistas, apesar de todas as tentativas de constituição de frentes comuns com a burguesia nacional e com os latifundiários "patriotas", o Partido Comunista nunca conseguiu

²² Órgão interno que dirigia o comitê Central do Partido Comunista. Reunia os mais altos dirigentes do PCB.

estruturar uma frente nacionalista ou "patriótica" com setores das classes dominantes de caráter mais duradouro. (CAMPOS. "Prestes e a Crise no PCB." Frente Operária, Nº - indefinido, de outubro de 1957, Matéria de capa)

Mas o alcance e a consistência dessa crítica diminuem progressivamente. As contradições vividas pelos militantes trotskistas se tornam tão agudas que passam a influenciar mais notadamente nos textos. Avaliando a impossibilidade da composição de alianças duradouras dos comunistas com a burguesia nacional, o POR explica que tal situação se atribui ao fato "de não existir uma burguesia nacional anti-imperialista e democrática nos moldes idealizados pela direção stalinista", mas recua, logo em seguida, dizendo que não nega "a existência de grupos capitalistas nacionais que oferecem uma certa resistência aos planos mais estranguladores dos EEUU" (idem).

A própria crítica ao PCB foi relativizada e os trotskistas assinalaram seu o papel primordial nas lutas, sugerindo que a base social do Partidão seria mais forte que sua organização burocrática e suas deformações programáticas:

Em segundo lugar, o PCB nunca pôde entrar decididamente no campo do nacionalismo puro e simples. Em outras palavras, não pôde ser conseqüente na aplicação de sua tática, seja pela subordinação ao Kremlin, seja por se apoiar no marxismo, mesmo deformado. O PCB é um partido operário, apesar de burocratizado e oportunista, coisa que o afasta da burguesia nacional. (CAMPOS. "Prestes e a Crise no PCB." Frente Operária, Nº - indefinido, de outubro de 1957, Matéria de capa.)

Por outro lado, ainda que tenha consumido muito da sua capacidade propositiva, o esforço em realizar uma análise pormenorizada das propostas das diferentes correntes em disputa na crise do PCB possibilitou ao POR uma crítica ao nacional desenvolvimentismo como ideologia. Discutindo nacionalismo presente no programa dos chamados "renovadores" – corrente que foi expulsa do Partidão ainda no ano de 1957 – os trotskistas destacam:

[...] Quais são as "inovações" dos novos ideólogos do nacionalismo? O nacionalismo apresenta-se como um tipo de ideologia característico dos países subdesenvolvidos, "bandeira anti-imperialista [...] para o estatismo econômico e para a participação cada vez mais intensa das camadas populares na vida política" [...] "O nacionalismo, ao mesmo tempo que exerce a função de ideologia do desenvolvimento econômico exerce também a função de ideologia política das massas. Através dele as massas tomam consciência social de sua posição enquanto parte da nação, etc. Subjacente a toda análise dos "renovadores" está a perspectiva de um impetuoso desenvolvimento econômico-industrial do Brasil (e de outros países coloniais e semi-coloniais) dentro dos quadros do regime capitalista. [...] Para os

"renovadores" o nacionalismo seria a ideologia que uniria operários e capitalistas, latifundiários e trabalhadores agrícolas, a ideologia de toda nação. (CAMPOS. "Prestes e a Crise no PCB." Frente Operária, Nº - indefinido, de outubro de 1957., Matéria de capa.)

As limitações de tal ideologia residiriam na ausência de um estudo mais pormenorizado dos diferentes movimentos nacionalistas ao redor do mundo, especialmente aqueles que vinham se desenvolvendo nos países coloniais. Além disso, os "renovadores" teriam excluído de sua reflexão qualquer delimitação do caráter de classe desses movimentos, o que os obrigaria a reconhecer a fragilidade da "universalidade" de suas proposições.

Seguindo com as ponderações sobre tais movimentos, o POR observa que a simples constatação das diferenças entre o nacionalismo dos países subdesenvolvidos, e o das nações opressoras, o chauvinismo, é insuficiente. Comparando os movimentos que sustentaram o peronismo na Argentina (considerado burguês-imperialista), o "Movimento Nacional Revolucionário" boliviano (mais audacioso que o peronismo, mas que vinha desenvolvendo obstáculos ao desenvolvimento da política revolucionária) e os movimentos nacionalistas tunisianos (que desde sempre teriam cooperado com o imperialismo francês), avalia que o nacionalismo é, em geral, uma ideologia ligada à burguesia (ou à pequena burguesia), seja nas metrópoles, seja nas colônias - ainda que nas últimas assuma um caráter mais progressista. O aumento da força destes movimentos nos países coloniais se deveria a alguns fatores fundamentais: à ação das burguesias nacionais "buscando seu lugar ao sol"; ao "potencial extraordinário" das massas coloniais e semi-coloniais que, ao estrear na arena política, estariam pressionando as direções burguesas a irem além do que pretendiam e, finalmente, à

ausência de um partido marxista revolucionário de massa em condições de canalizar e orientar o desenvolvimento político dos trabalhadores. Nesta conjuntura, a combatividade e o sentimento anti-imperialista das massas têm sido canalizados pelas camadas industrialistas das burguesias indignas que lhe procuram conferir um sentido nacionalista e utilizá-las como moeda de troca em suas tentativas com as metrópoles e com os latifundiários locais. (CAMPOS. "Prestes e a Crise no PCB." Frente Operária, Nº - indefinido, de outubro de 1957., Matéria de capa.)

Nesse ponto, fica mais clara a tautologia que guia a lógica geral do pensamento do POR. Resumindo sua avaliação, o cenário - no Brasil e no mundo - era o seguinte:

Os movimentos de massas não avançam para além das reivindicações nacionalistas por falta de uma direção conseqüente. Os PC's seriam os partidos que contavam com as melhores condições de fazer avançar tais lutas, mas, encontravam-se deformados ideologicamente por uma direção oportunista, que freava o avanço da história para manter seus privilégios de casta burocrática. Seria preciso recuperar essas organizações para a luta de massas, pois sua essência era marxista e sua base ainda estaria fortemente ancorada na classe operária, único agente capaz de levar o progresso a cabo e conduzir ao socialismo. Mas, no caso do PCB, isso se mostrava impossível – ou, ao menos, muito improvável: mesmo dentro do partido ao qual os trotskistas se filiaram *in blocco*, não haveria frações e tendências organizadas a ponto de dar conseqüência às dissensões com a direção. A saída seria confiar a direção desses movimentos, bem como da política comunista, à “única classe capaz de superar o atraso dos países semi-coloniais, de terminar as tarefas democrático-burguesas que a burguesia iniciou mas não é capaz de levá-las a seu término [que] é a classe operária, apoiada nas massas agrícolas e pequeno-burgueses pobres” (idem).

Ainda durante o governo JK, o POR começa a apresentar os primeiros sinais de afastamento em relação ao PCB. Em setembro de 1959, o Frente Operária traz um artigo no qual conclama á construção de uma “Tendência Operária de Classe”.

É necessário empreender a construção da ampla tendência operária independente a partir do processo real seguido pela vanguarda e particularmente, a partir da base operária comunista, que é o único núcleo suficientemente amplo, organizado em torno de uma idéia independente de classe. Apesar das capitulações e das traições dos dirigentes do PC, não se pode privar a base comunista de seu caráter político independente da burguesia. É o momento de ir a seu encontro. Não é por capricho, nem por interesses de partido ou de fração que hoje se coloca a necessidade de uma rebeldia na base do PC. Isto é uma exigência da situação. É a única forma de enfrentar a política de ameaças e de repressão do governo e da burguesia contra as massas, em toda a sua potencialidade,, para projetá-lo até seus objetivos próprios. (“Por uma “Tendência Operária de Classe”, Frente Operária, Nº 31, setembro de 1959, Pág. 3)

Por um bom tempo, as dificuldades impostas ao partido não chegaram a colocar o entrismo em questão. Pelo contrário, o POR parecia renovar os esforços para manter a política operando mesmo em momentos em que tudo indicava sua falência e ainda que isso significasse fazer sacrifícios de alguns princípios que dizia defender. Quando as tensões internas no PCB se acirraram e a reorientação de sua linha política resultou na cisão de Agildo Barata e do amplo grupo que o seguiu (a “corrente renovadora”), o POR

se empenhou para conter os danos e evitar mais rupturas, posicionando-se contra “qualquer tendência pugnano pelo rompimento precipitado e aventureiro com o PCB, mesmo que isto fosse feito sob a cobertura da proclamada renovação do marxismo” (Frente Operária apud Neto, 2005).

Os questionamentos à política pecebista eram mais notáveis nas discussões geradas a partir das definições dos apoios comunistas a candidaturas eleitorais e da composição de suas alianças partidárias. Em 1956, o partido repudiou a Frente Nacionalista, a frente parlamentar que contava com parlamentares da UDN, da esquerda do PTB e organizações da sociedade civil, mas que tinha o PCB como um de seus principais protagonistas.

A partir de meados do governo JK, o POR desenvolveu algumas críticas que o afastaram relativamente do PCB. Para o partido, haviam se esgotado no Brasil todas as chances de um modelo nacionalista de desenvolvimento, dado o apego ao capital externo no fomento da economia. De 1959 em diante, a antiga caracterização da “crise de crescimento” deu lugar, definitivamente, a uma interpretação do esgotamento do papel do nacionalismo na modernização do país, o que impunha a necessidade da construção de uma frente anti-imperialista para desmascarar supostas práticas nacionalistas nos sindicatos pelegos.

Esse afastamento relativo do PCB chegou a levar o POR a ensaiar movimentos para a formação de um novo partido revolucionário. Durante o período de março de 1959 a janeiro de 1960, o partido chegou a tentar se reunir com os integrantes a LSI (Liga Socialista Independente) e da Juventude Socialista, já que as três organizações convergiam na defesa do lançamento de uma candidatura operária à presidência da República nas eleições de 1960. A tentativa se frustrou no final de janeiro de 1960, quando em Conferência, o POR decidiu considerar encerrada a fase transitória de luta pela construção de um partido marxista revolucionário de quadros com base na articulação entre os grupos independentes de esquerda. Voltou a ser defendida a tática do entrismo no PCB, considerada válida até 1963, quando J. Posadas recusou sua validade nos casos brasileiro e no uruguaio.

3.4 - Algumas considerações sobre os traços organizativos e ideológicos do POR.

Como vimos, o POR aprofundou, no período em que desenvolveu o entrismo, as críticas às estratégias políticas do PCB, dedicando mais espaço e energia em seu jornal - que também mudou de formato e de público alvo - a longas e detalhadas apreciações das alianças feitas pelos comunistas, bem como das declarações e textos da direção do partido. A formulação de suas próprias análises, de seu próprio programa, no entanto, parece ter ficado subsumida. A cada negação de uma proposta comunista, há uma proposta dos trotskistas que não deixa de se aproximar, e muito, daquelas que buscavam questionar. Isso é verificável tanto nos conceitos gerais usados para caracterizar a economia brasileira - cita Caio Prado Jr (Prado Junior, 2000) ao negar o caráter semi-feudal da estrutura produtiva do país; adota o termo "semi-colônia" e acaba por reafirmar a existência de restos feudais na atividade agrícola- quanto nas políticas mais práticas, como a avaliação dos candidatos (JK não deveria ser apoiado, mas as eleições poderiam, através da sua candidatura, dar expressão à luta das massas), e o programa que sugere para a industrialização do país e para o próprio movimento.

Dessa forma, a tarefa de desconstruir o PCB representou para o POR, também no nível programático, uma perda de capacidade de *construir a si mesmo*. A agudez da crítica - que chega a apontar (em oposição às afirmações dos líderes comunistas) o perigo iminente de um golpe militar, forjado nas movimentações das forças políticas conservadoras, em 1955 - não acompanha os mesmos *êxitos propositivos*, ausente dos seus textos.

No julgamento feito pelos próprios militantes do partido, a fragilidade de sua organização o impedia de oferecer uma alternativa consistente, naquele momento, a um movimento de massas que pudesse fazer frente aos desafios colocados pelas lutas que acreditava ser primordiais. A política do entrismo é apontada ora como uma estratégia para popularizar o trotskismo, ora como contingência imposta pela hegemonia comunista. Ela serviria, temporariamente, de antídoto ao isolamento enfrentado pelos militantes e ofereceria oportunidades ímpares para o crescimento das bases da organização, a popularização de sua linha e a radicalização da linha do PCB, convertido em seu território de caça.

Mas a prática mostrou que tamanho empreendimento exigiria esforços hercúleos de seus membros, que, desgastados, não conseguiam dirigir energias para a própria organização. Mais que a elaboração de um programa próprio ou de uma organização fortemente institucionalizada a sobrevivência do partido a esse período parece ter sido a grande vitória do POR, ainda que contra todas as tendências.

Capítulo IV: O “Socialismo Democrático” da LSI.

A Liga Socialista Independente é a menor e mais breve organização entre as analisadas nesta pesquisa. Fundada em 1956 e composta principalmente por jovens estudantes universitários - havia apenas um único operário, sapateiro de origem anarquista que vinha das fileiras do extinto PSR - a LSI contava com membros no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nela militaram Hermínio Sachetta, Paul Singer, Michael Löwy, os irmãos Eder e Emir Sader, Gabriel Cohn, Maurício Tragtenberg e Moniz Bandeira. Publicou o jornal “Ação Socialista”, que teve tiragem de 500 exemplares e manteve-se atuante até 1959 (Ferreira, 2005).

A maioria dos militantes envolvidos na fundação e nas atividades da Liga já havia experimentado a atuação em outras organizações. Hermínio Sachetta, por exemplo, tinha uma significativa bagagem política, acumulada em mais de vinte anos de militância nas fileiras do PCB e do Partido Socialista Revolucionário (PSR), de orientação trotskista (Sachetta, 1992). Talvez o mérito de reunir experiências tão ricas tenha sido o exato contrapeso ao seu reduzidíssimo efetivo - segundo Michel Löwy, o grupo nunca passou de vinte pessoas - estabelecendo um equilíbrio que permitiu a elaboração das refinadas leituras que justificam, pela sua originalidade, a inclusão da organização nessa análise.

4.1 - A origem na “contracorrente”: os desdobramentos da aspiração à independência.

A cisão gerada pelo III Congresso da IV Internacional também foi decisiva para a criação da Liga. Contrário às teses de Michel Pablo, em 1952 Sachetta rompeu com o trotskismo. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira (apud Oliveira, 2007), essa divergência evoluiu para a tese de que a URSS era um Capitalismo de Estado - tese, aliás, presente no Programa da LSI - e para a convicção de que o modelo político bolchevique era o grande responsável pelo fenômeno stalinista. No entanto, assim como Sachetta e Alberto Luiz da Rocha Barros, Bandeira afirma ter negado a conceituação da URSS como “estado operário degenerado” e demais posições que considerava muito sectárias, formuladas por outros militantes dissidentes que almejavam construir um

novo partido. O grupo acabou aderindo ao marxismo luxemburguista, corrente que, como veremos, orientou boa parte das formulações da LSI.

Sachetta, Bandeira e Rocha Barros se unem a alguns militantes trotskistas “que tinham rompido com a IV [Internacional] e que eram revolucionários” (idem) e fundam a Liga. Em comum, seus primeiros membros tinham a postura de crítica à forma de organização partidária defendida por Lênin no “Que Fazer?” (publicado originalmente em 1903) e a busca da “síntese efetiva entre revolução e democracia, socialismo e liberdade” (Löwy in Sachetta, 1992). Exercendo um papel de liderança incontestado no grupo,

Sachetta formulava uma orientação política que ia categoricamente a contrapelo dos lugares comuns da esquerda brasileira desta época. Recusando o populismo, o nacionalismo, a ideologia do desenvolvimento e a política das reformas, ele insistia obstinadamente na necessidade de uma orientação classista, internacionalista, socialista-revolucionária. O inimigo era o capitalismo nas suas duas versões: a sociedade burguesa ocidental e o capitalismo de Estado soviético. Seus editoriais no *Ação Socialista*, redigidos num estilo inconfundível – com muitos adjetivos raros e substantivos pouco usados – denunciavam as várias facetas da política das classes dominantes (e seus porta-vozes no movimento operário) (Löwy in Sachetta, 1992, pág. 81).

A crítica ao centralismo e a caracterização da União Soviética como um capitalismo de Estado aproximavam a LSI das teses luxemburguistas e as afastavam da IV Internacional. Mas algumas aproximações com as análises trotskistas são percebidas nas apreensões do capitalismo no Brasil. Como bem observa Pedro Roberto Ferreira (Ferreira, 2005), a utilização de conceitos como “desenvolvimento desigual e combinado” identificam as formulações da Liga mais com Trotsky e Lênin do que com Rosa Luxemburgo.

A Liga Socialista Independente dava continuidade ao trotskismo no Brasil, ao entender que a burguesia industrial que se combinava com a agrária sob as determinações de uma financeira e internacional, necessitava de um Estado na reprodução do seu capital, de um bonapartismo, sobretudo, frente aos movimentos sociais, políticos, mais graves, para frear os movimentos mais radicais do proletariado. (idem, pág. 43)

Adiantando algumas análises, também presentes na “Revolução Burguesa” de Florestan Fernandes (Fernandes 1975)²³, a LSI avaliava que o capitalismo monopolista,

²³ A relação de amizade e colaboração intelectual com Hermínio Sachetta se iniciou, segundo o próprio Florestan Fernandes, ainda nos anos 1940. As idéias e a personalidade do militante são

ao se deparar com formas de produção pré-capitalista, as submete à sua lógica, gerando um desenvolvimento desigual e combinado dirigido pelo capital financeiro. O capitalismo tardio que se desenvolveu no Brasil “combinava situações econômicas desiguais em seu território com reflexos nas organizações políticas e partidárias da burguesia”(Ferreira, 2005). O regime político burguês brasileiro não experimentou grandes transformações democráticas. Os traços autocráticos da “dominação burguesa” (Fernandes, 2009) e a herança dos longos períodos ditatoriais se faziam sentir mesmo nos “intervalos democráticos”.

As conseqüências conferiam aos socialistas maiores dificuldades no trabalho de mobilização e conscientização dos trabalhadores, já que se mantinha a frequente combinação entre repressão e manipulação imposta pela burguesia à política nacional. A formação de um “ambiente democrático-burguês” foi impossibilitada pela

(...) estrutura econômica marcada pelo domínio da grande propriedade no campo, com os seus milhares de trabalhadores assalariados em condições miseráveis, aliada ao predomínio da grande indústria e do alto comércio nos centros urbanos, que monopolizavam o controle dos meios de produção, a produção e a distribuição dos produtos no mercado, gerando consumo para poucos. (Ferreira, 2005, p. 44).

Nada mais apropriado, portanto, que a defesa intransigente de uma política pautada pela independência de classe, o que afastava a LSI do POR e do PCB. Expressões como a “revolução em etapas”, aliança com a “burguesia progressista” ou mesmo a “superação dos restos feudais” não faziam sentido em seu léxico. O apoio dos comunistas à candidatura de Jânio Quadros e a insistência do POR em se manter a reboque do PCB estavam fora dos horizontes políticos da Liga. Em comentário elaborado sobre a disputa eleitoral entre Lott e Jânio, o “Ação Socialista”, em texto assinado por Hermínio Sachetta, afirma:

A gravidade disso, para as rudimentares instituições democráticas brasileiras e, sobretudo, para os trabalhadores, repousa em que, eleito presidente, qualquer dos dois tenderá a evoluir para o bonapartismo, isto é, para o poder unipessoal, supostamente acima das classes. E as presentes e catastróficas condições sócio-financeiras do Brasil, que prometem agravar-se, ao extremo, no decurso deste ano, conforme os próprios economistas burgueses, propiciarão, com as greves e lutas de massas em ritmos ascendente, o clima para tentativas de ditadura, facilitada pela origem híbrida e formação mental de ambos os

descritas por Fernandes em rico e emocionado depoimento publicado em 1991 na coletânea “O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos”, pela Editora da Unicamp.

candidatos. Se é que um dos candidatos chegue mesmo a tornar-se presidente, hipótese insegura, face ao descalabro da situação econômico-financeira e por força dos dois blocos eleitorais em presença, ambos de cunho inelutavelmente demagógico. (SACCHETA, 1992, p110).

As prioridades da LSI estavam mais ligadas à conscientização dos trabalhadores através da progressiva ampliação de sua participação política – atividade que a tradição luxemburguista acredita ser primordial para o amadurecimento da consciência revolucionária. Por isso, defendia que as liberdades democráticas deviam ser radicalizadas, elevando ao máximo as potencialidades presentes nas instituições do regime liberal.

Longe estão os socialistas marxistas de “amar” a legalidade burguesa. Mas de modo algum desejam vê-la substituída por uma DITADURA BURGUESA, civil ou militar, que apenas poderá trazer para o proletariado e às massas populares maior miséria e mais dura opressão. Ao contrário, o que reclamam os socialistas marxistas, que não crêem absolutamente na burguesia e menos ainda em um ditador ‘iluminado’ é, antes, a ampliação em seus limites máximos, das atuais instituições democráticas. (Sachetta 1991, p. 106)

Como vanguarda revolucionária dos trabalhadores, os militantes da LSI assumiam a responsabilidade de promover a “conscientização dos espoliados”, levando até eles o acúmulo das formulações teóricas fundamentais produzidas pelos socialistas. De fato, o Programa oficial da Liga dedica boa parte das suas propostas às políticas relativas à educação. É interessante notar que muitas delas são dirigidas ao que a organização chama de “realização imediata”, ou seja: antes mesmo que se concretizasse a meta de “substituir o Estado capitalista pela Sociedade Socialista” (LSI, 1956).

4.2 – Socialismo com Democracia: princípios programáticos para a ação política.

A preocupação com a ampliação dos espaços democráticos e de participação aparece com destaque nos princípios fundamentais que orientam o Programa da LSI. Em sua definição de socialismo, o documento afirma:

O socialismo, quando critica as liberdades formais da democracia burguesa, não pretende destruir a liberdade, mas dar-lhe formas concretas que possam, efetivamente, ser utilizadas por todos. Como já foi afirmado, a questão da forma democrática é uma questão de conteúdo socialista. A luta pelo Socialismo é inseparável da luta pela

Liberdade, do mesmo modo que a luta pela Liberdade é hoje inseparável da luta pelo Socialismo. (LSI. Projeto de Programa e Estatutos. 1956,s/p).

A definição programática em dois momentos distintos - o da “aplicação integral de seu programa” no “regime social em que será totalmente suprimida a exploração do homem pelo homem” e o da progressiva realização das reivindicações imediatas - é um dado importante. A nosso ver, é essa divisão que permite à Liga formular simultaneamente as metas gerais da organização e seus objetivos políticos diretos, o que a tradição leninista denominaria como a necessária combinação de “objetivos táticos” (imediatos) com os “objetivos estratégicos” (de longo prazo).

No que diz respeito aos princípios que orientavam sua organização política, as propostas contidas no programa oferecem um panorama rico para a análise. Elas versam desde a imediata “defesa intransigente e ampliação das liberdades democráticas” até a organização do Estado em um “regime pluri-partidário socialista”. A síntese entre socialização dos meios de produção e democratização política é reafirmada como princípio fundamental da Liga. No seu programa, a democracia é tratada como um *princípio geral* de organização da sociedade, como *um valor* que deve nortear todas as relações humanas. A militância socialista e a organização do Estado são apenas duas das inúmeras dimensões políticas que deveriam ser orientadas pelo mesmo princípio.

Definindo a democracia como o sistema em que o desenvolvimento de cada um é condição do desenvolvimento de todos, e vice-versa, o Socialismo representa a forma mais completa e mais profunda da vida democrática, pois significa a sua aplicação a todos os setores da atividade humana. Para o Socialismo, dentro das possibilidades reais oferecidas pelo desenvolvimento das forças produtivas, liberdade é a possibilidade plena assegurada a todo ser humano de desenvolver e utilizar ao máximo as suas capacidades e virtualidades. Para o Socialismo, igualdade é a posse efetiva da liberdade. É a liberdade tornada concreta. (LSI, 1956)

Em oposição a tais princípios fundamentais, a Liga elege seus maiores inimigos: “no plano econômico, o Capitalismo e, no plano político, o Totalitarismo” (idem). Complementares em uma “mesma realidade alienadora”, os dois se fortalecem mutuamente, sendo o totalitarismo fruto político das necessidades de salvar o sistema capitalista “em nossa época de contradições finais”. A supressão das liberdades políticas realizadas nos diversos regimes totalitários indicam, para a LSI, a impossibilidade absoluta de combiná-lo com o socialismo.

O Totalitarismo quando apresenta-se em sua forma completa, necessita de: a) um sistema ideológico fechado em si mesmo, por

natureza autocrático, que julga ter monopólio da verdade final, e em nome dela separa o homem em amigos e inimigos. Nesse sentido, é oposto do Socialismo, pois este se inspira e guia pelos princípios da Ciência; b) uma estrutura social antidemocrática, que se baseia na exploração do homem pelo homem e consagra a separação entre a elite que comanda e a massa que obedece. Institui o servilismo da consciência como princípio de ordem social e a infalibilidade da vanguarda ou líder como princípio do conhecimento. (...) A luta pelo Socialismo é inseparável da luta pela Liberdade, do mesmo modo que a luta pela Liberdade é hoje inseparável da luta pelo Socialismo. (idem)

E completa:

À medida que centralizam o controle e a dominação da economia e da sociedade nas mãos de um número cada vez menor de pessoas, ou de um chefe único, cria-se uma estrutura de relações sociais propícia à implantação de uma ideologia totalitária. As formas antidemocráticas das relações sociais tanto criam trabalhadores em condições subjetivas de confusão, ignorância e desalento, quanto permitem o monopólio totalitário de informação, de pensamento e de educação. Esse processo é particularmente perigoso e nefasto nos países e povos de fraca ou nenhuma tradição democrática. (...) Dentro da estrutura geral do capitalismo de Estado, a alternativa histórica é, em suas grandes linhas, a seguinte: Totalitarismo ou Socialismo. (ibidem)

Evitar o fomento ao ambiente propício à política totalitária, criar relações sociais orientada pelos princípios democráticos, socializar o poder decisório e promover a participação política são estratégias que os luxemburgistas acreditam fornecer antídotos eficazes às “deformações burocráticas” vividas pelo comunismo soviético. As chamadas “condições subjetivas” ganham destaque no programa da Liga, que subverte uma das principais bases do pensamento pecebista: a afirmação da meta do “desenvolvimento das forças produtivas” como prioridade absoluta para a transformação revolucionária da sociedade.

No que diz respeito à questão democrática, o texto produzido pela LSI, tanto nas propostas de “aplicação imediata”(que contam, como observamos, com uma seção específica do Projeto de Programa da Liga) e em algumas das “propostas gerais” (dispersas por todo documento), se compara, em alguma medida, aos documentos oficiais produzidos pelo PCB no mesmo período, especialmente com o texto aprovado pelo IV Congresso do Partido, em 1954 (PCB, 1954). Reivindicações como ampliação do direito ao voto para analfabetos e setores militares, autonomia administrativa entre os órgãos dos governos em nível municipal, estadual e federal, bem como a possibilidade de revogação dos mandatos por iniciativa popular constam nos programas comunistas,

bem como nos luxemburguistas. No entanto, observamos que as propostas de ampliação da participação direta dos trabalhadores em várias instâncias decisórias, bem como em conselhos gestores de fábricas e empresas são mais frequentes no programa da LSI. Além disso, a defesa de determinados princípios da democracia liberal não acarreta, no texto da Liga, na reivindicação da construção de alianças com os chamados “setores progressistas” da burguesia, ou na sugestão da formação de governos de Frente Ampla, como o que se coloca nos documentos pecebistas – em especial no texto aprovado no V Congresso do Partido (PCB, 1960), realizado depois da sua reorientação política (Segatto, 1995).

O determinismo econômico e o produtivismo característicos do programa comunista não se encontram nas linhas do documento fundador da Liga. As necessidades essencialmente políticas do projeto socialista são salientadas pela LSI, que aponta a importância de manter sobre elas a atenção redobrada, mesmo depois da derrubada do Estado burguês pelo proletariado. A negligência em relação à permanente necessidade de socializar o poder político e aprofundar a democracia através da participação efetiva dos trabalhadores nos processos decisórios – dentro e fora do partido – teria sido uma das causas da derrocada totalitária da Revolução Russa.

A história dos nossos dias também está a mostrar, clamorosamente, que as formas autocráticas do pretense socialismo estaliniano – de inspiração bolchevista – não só submeteram os trabalhadores ao despotismo dos Estados de regime monopartidário como disseminaram uma nefasta confusão na consciência militante das vanguardas operárias, fazendo com que o Socialismo, que é a mais alta expressão da liberdade do homem, seja apresentado como a total alienação dessa mesma liberdade em favor de grupos de chefes que se apossam do poder do proletariado. *Essa crítica ainda é válida mesmo para os partidos comunistas que, após o XX Congresso do PCUS, repudiaram o “culto da personalidade”, mas mantém ainda as formas organizatórias totalitárias que conduzem aos mesmos erros e traições da classe operária.*[Grifo nosso] (LSI, 1956)

Frisemos essa menção às “formas organizatórias totalitárias” atribuídas aos partidos comunistas. Por ora, ela será tratada como mais um indicativo da presença da democracia no programa da Liga como *um valor em si*, e não só como um *regime político* específico, o regime democrático-liberal (embora os luxemburguistas defendessem algumas das suas características, como veremos a seguir). Mas notemos que essa observação será fundamental para, mais adiante, discutirmos o modelo

organizativo que orientou as definições estatutárias do partido e seus traços institucionais.

Feito esse parêntesis, passamos às propostas políticas da LSI para a organização política do Estado socialista. Sem mencionar a abolição das formas representativas de democracia, o programa defende a criação de “conselhos, sindicatos e outras formas de *representação* econômico-política dos produtores diretos” (LSI, 1956, grifo nosso), com representação proporcional de todas as “tendências anticapitalistas” (idem). O caráter anticapitalista, “marxista ou não”, só poderia ser decidido pela Assembléia Nacional, que teria o poder de declarar a legalidade ou ilegalidade dos partidos.

A Assembléia Nacional seria o órgão máximo do poder político do Estado e deveria funcionar como “câmara única nacional dos representantes do povo, parlamento permanente e soberano” (ibidem). As eleições dos representantes para a Assembléia Nacional - bem como para os demais órgãos do Estado - se dariam por “voto secreto, universal e direto para todos os maiores de 18 anos, sem distinção de sexo, nacionalidade, grau de instrução, crença religiosa, convicção filosófica ou atividade profissional” (ibidem). Dela se formaria uma Comissão Executiva Colegiada, subordinada diretamente à mesma Assembléia. Todos os mandatos poderiam ser cassados por determinação dos eleitores.

O poder judiciário deveria contar com autonomia funcional, e os princípios eletivos também se aplicavam a todos os seus graus e formas; o Estado devia ser laico, separando-se completamente das “diferentes igrejas ou crenças religiosas, de modo que nenhuma delas receba do Estado subvenções ou auxílios financeiros, nem mantenha com ele relações de dependência ou aliança” (LSI, 1956).

A organização em União Federativa seria mantida somente enquanto não fossem eliminadas as atuais desigualdades econômico-sociais nas diferentes regiões do país. Em respeito às “conveniências gerais da reorganização socialista da sociedade” (idem), a Liga defendia uma progressiva descentralização administrativa, buscando fortalecer a iniciativa direta das regiões e municípios.

Em todo caso, essa e as demais diretrizes tinham caráter provisório, e se manteriam apenas durante o tempo em que o Estado se fizesse necessário, “sobretudo para conter as tentativas de restabelecimento da ordem capitalista ultrapassada” (ibidem). Sua existência se justificaria apenas para garantir a “administração sobre as coisas e não como forma de opressão e de automatização dos homens” (ibidem). Para que sua função

administrativa não se convertesse em uma deformação dos rumos almejados pelos socialistas, seria necessário “combater toda burocratização tecnicamente excessiva e politicamente reacionária dentro dos órgãos estatais” (ibidem), desencorajando a formação de uma camada de trabalhadores administrativos que se beneficiasse com remuneração superior à dos operários qualificados.

Importante notar que todos os órgãos de poder até aqui citados seriam comandados, segundo o programa da LSI, por mecanismos de *representação* política. Ainda que aumentem significativamente o alcance das esferas de decisão dirigidas por lideranças eleitas diretamente pela vontade popular, os luxemburguistas não chegam a afastar muito sua utopia de Estado Socialista das características básicas do regime democrático-liberal. Demonstra-se aqui que a sua preocupação com a ampliação das instituições democráticas já existentes extrapolava os limites da “radicalização progressiva da democracia burguesa”, se estendendo para a “Sociedade Socialista” que deveria se construir após o período revolucionário.

Em seus “objetivos históricos fundamentais”, a LSI afirma, além da transformação do Estado capitalista em sociedade socialista, os seguintes projetos:

No terreno econômico o objetivo da LSI é tornar propriedade comum e efetiva dos produtores diretos toda riqueza produzida pelo seu trabalho, através da socialização dos meios de produção; No terreno cultural, o objetivo da LSI é a educação da coletividade em bases democrático-socialistas, visando à fraternidade humana através de mais altas formas de desenvolvimento pessoal e social, com a abolição de todos os privilégios de classes ou preconceitos de nacionalidade, sexo e raça; A LSI, embora assente seu esforço principal na libertação do proletariado, não se destina a lutar pelos interesses exclusivos de apenas um setor dos trabalhadores, mas pelos interesses de todos os que vivem do seu próprio trabalho. (LSI, 1956).

Note-se que, além do destaque à “educação da coletividade em bases democrático-socialistas”, os luxemburguistas afirmam não estabelecer hierarquias entre os diferentes setores dos trabalhadores, o que, como veremos, os distingue substancialmente das propostas pecebistas e trotskistas – que viam no proletariado urbano industrial o grande sujeito da luta de classes. Essa alteração, mais do que uma simples divergência tática, assinala a peculiaridade do programa da LSI em relação aos demais.

Essa particularidade se deve, a nosso ver, à análise que a Liga fazia da situação brasileira. Ainda que, como os trotskistas, os luxemburguistas se inspirem em muitas categorias encontradas nos textos de Caio Prado Junior e de Trotsky, as articulações

conceituais que realizavam se desenvolviam de uma forma bastante distinta daquela característica dos textos do POR – que, como vimos, precisava mediar as deliberações do Bureau Latino Americano da IV Internacional com as disputas travadas no interior do PCB.

Para a LSI, o Brasil era um país no qual o capitalismo teria se desenvolvido de maneira retardatária, o que não o teria permitido resolver a questão agrária, nem se libertar da sua sujeição ao Imperialismo. Tal condição imporia uma redobrada exploração sobre seus trabalhadores, que se veriam oprimidos pela burguesia nacional e, através dela, pelo Imperialismo. A burguesia nacional - que para a LSI se dividia internamente em duas frações de classe, a industrial e a latifundiária - contaria com uma “escassa capitalização”, o que a levaria a buscar mais formas de extorsão da mais-valia e a reclamar uma taxa de lucro de alto nível, o que redundaria em “brutal exploração econômica, não apenas da classe operária, mas também da pequena burguesia, na cidade e no campo.” (idem).

A evolução capitalista do país teria sido historicamente deformada pela sujeição imposta pelo capital financeiro, que, contendo a expansão industrial, se apossou direta ou indiretamente dos setores básicos da nossa economia. Os recentes (e altos) investimentos diretos na indústria, no comércio e na agricultura, se motivavam pelas as possibilidades crescentes de nosso mercado interno e pelo baixo preço de nossa mão-de-obra.

Essa corrida de capitais imperialistas para o Brasil encontra, também, sua explicação no pujante movimento operário e de libertação nacional em outras áreas do mundo que está criando sucessivos problemas de expropriação aos magnatas, senhores dos meios de produção. Devemos acrescentar que, pela legislação vigente, o Brasil exporta anualmente, a título de transferência de lucros, muito maior capital que recebe. (idem)

Sobre a exploração da terra, os luxemburguistas ressaltam seu caráter extensivo, baseado no latifúndio. O Brasil conservaria “os traços gerais básicos de uma economia colonial de monocultura latifundiária” (LSI, 1956, s/p) caracterizada por uma mão-de-obra muito barata e pela monopolização da terra, com foco na produção de gêneros tropicais e de matérias-primas para o mercado exterior e pela importação de produtos acabados a preços impostos, na venda e na compra, pelo capital imperialista. A propriedade pequena e média, em termos de área, constituiria “parcela pouco mais que desprezível” (idem) da realidade do meio agrário brasileiro. A estrutura fundiária

brasileira seria, por sua natureza e pelos métodos que adotava para a produção, um dos grandes entraves ao desenvolvimento econômico nacional. Condicionando os “métodos servis de exploração do trabalho” e amparando a penetração imperialista na esfera industrial, ela propiciaria também, em curto prazo, a “destruição de nossos melhores solos e recursos florestais” (ibidem).

No entanto, é preciso ressaltar que esse quadro geral estaria longe de ferir os interesses da chamada “burguesia nacional”. Os luxemburguistas afirmavam que não fazia sentido acreditar que a burguesia industrial seria uma camada muito distante e oposta à dos latifundiários. Suas disputas, na verdade, eram querelas entre frações de uma mesma classe, e não entre uma classe de senhores feudais e outra, emergente, de capitalistas progressistas. Dessa forma:

A solução desses dois problemas - o agrário e a sujeição ao imperialismo – que, historicamente devia ter sido encontrada pela própria burguesia nacional, hoje, dada a fraqueza e a integração desta nos interesses gerais da economia capitalista, constitui missão histórica da classe operária e dos trabalhadores em geral. Essas tarefas históricas, de caráter burguês, ainda não realizadas, serão resolvidas pelos trabalhadores em um processo único e entrelaçado com seus objetivos socialistas. Os passos iniciais deste processo serão dados ao concretizar-se a unidade de ação entre o proletariado urbano e rural. (LSI, 1956, s/p).

A burguesia nacional, portanto, estaria mais interessada em resolver os problemas desse capitalismo retardatário, mas resolver *a seu modo e a seu favor*. Isso significaria que, longe das “aspirações progressistas” atribuídas pelo PCB, essa burguesia, ao reconhecer sua debilidade, se amparava no Estado para ampliar seu poder econômico e social, aumentando a pressão sobre os ombros da classe trabalhadora. Esse movimento seria o distintivo fundamental do processo de industrialização do Brasil.

Mais rapidamente do que nos países altamente desenvolvidos o capitalismo de Estado, em nosso país, faz hoje violenta incursão em todos os âmbitos de nossa estrutura econômico-social. A burguesia nacional, retardatária e já senil, ampara-se diretamente no Estado para a solução dos problemas econômicos e políticos fundamentais. No domínio da energia e da indústria pesada, ao Estado foi atribuída, pela classe dominante, a solução das questões que o capitalismo privado é incapaz de resolver. Mas não se limita apenas a este setor a presença do Estado. Sua interferência se faz sentir, ativamente, nos preços e no amparo direto aos capitalistas e latifundiários, através da fixação de preços mínimos, subsídios, e manipulações cambiais protecionistas, quase sempre em detrimento dos produtores diretos e consumidores em geral. As decorrências políticas dessa estrutura econômica são evidentes. Além de a acumulação capitalista se realizar protegida e estimulada pela máquina estatal, o Estado aprimora gradativamente

seus recursos de coerção sobre a coletividade. Na esfera sindical, através do Ministério do Trabalho, não só vem enfeudando as entidades dos trabalhadores como promove, por todos os meios, a corrupção dos líderes sindicais. (LSI, 1956)

Como solução geral para essa situação, a LSI propunha que o movimento dos trabalhadores urbanos e rurais se unisse em torno da perspectiva de uma sociedade socialista, que reorganizaria a economia e restabeleceria as formas de propriedade no país. Nesse sentido, destacam-se os projetos relativos à socialização das terras e dos meios de produção industrial, bem como a nacionalização dos bancos estrangeiros.

[...] A terra passará a ser propriedade da nação, procedendo-se à sua expropriação sem indenização de seus antigos possuidores, estrangeiros e nacionais. A terra será socializada e, segundo a importância demográfica e econômica das regiões serão organizadas fazendas-nacionais e fazendas-cooperativas, assistidas material e tecnicamente pelo Estado. Dado que a fragmentação da terra, quando produtivamente organizada cria obstáculos ao progresso social, o problema do latifúndio será resolvido pelo sistema de grandes unidades produtoras. [...]. As terras devolutas do Estado serão igualmente entregues aos trabalhadores. Criação de centrais agrícolas, fazendas-piloto, e disseminação de institutos agrônômicos. Dada a diversidade do desenvolvimento econômico e da constituição geofísica das regiões nacionais, onde e quando não for viável a exploração coletiva imediata, será facultado o parcelamento das terras em porções de trabalho e usufruto familiar, a título precário. 3 – *Indústria* - Socialização dos meios de produção industrial, a partir dos setores básicos. Expropriação e nacionalização das empresas estrangeiras e grandes empresas nacionais, sem indenização que passarão à gestão direta dos trabalhadores. Planificação democrático-socialista da produção em benefício dos trabalhadores, realizada pelos próprios trabalhadores. Abolição dos trustes, monopólios ou cartéis de qualquer ordem, imperialistas ou nacionalistas. [...]5 – *Orçamento* – Os gastos públicos serão orçados e autorizados pelos conselhos, sindicatos e outras formas de representação econômico-política dos produtores diretos, através de sua representação nas assembleias regionais e na Assembleia Nacional, de modo a assegurar controle coletivo dos orçamentos e o máximo de bem-estar público. Todos os bancos serão nacionalizados. Cancelamento das dívidas com o Imperialismo, já mais do que pagas. (LSI, 1956)

As menções aos mecanismos de participação política direta se encontram nos projetos destinados aos espaços de atuação da maioria dos militantes da Liga. Elas aparecem como alternativa para a área da educação, na gestão de universidades e escolas e para a produção industrial, que devia substituir a gerência tradicional pelos conselhos de fábrica compostos por trabalhadores.

O conjunto de exigências que os membros da LSI definiram como “reivindicações imediatas” apresentava propostas ainda mais voltadas aos contornos

concretos da política brasileira. Na maioria das vezes, as questões levantadas indicam uma tentativa da Liga de responder aos imensos desafios colocados pelo “caráter autocrático da dominação burguesa” (Fernandes, 2009), mantido nos intervalos democrático-liberais no país. São exigências que objetivavam combater a debilidade das instituições democráticas brasileiras. Entre essas reivindicações, destacamos:

- Direito de funcionamento legal a todos os partidos e organizações operárias anticapitalistas, sem discriminação de doutrina;
- Salário-mínimo vital, assegurado por escala móvel de salários, e capaz de acompanhar as oscilações dos preços e desvalorizações da moeda. A fixação e fiscalização desses salários seriam garantidas pelos órgãos técnicos, constituídos por representação paritária de operários e associações patronais;
- Plena autonomia sindical e direito de greve a todas as categorias profissionais, sem subordinação de nenhuma ordem ao aparelho estatal ou às empresas patronais, considerando-se a unidade sindical dos trabalhadores como objetivo que deve ser realizado pelos próprios trabalhadores;
- Aprimoramento democrático da justiça do trabalho e multiplicação de seus órgãos; Aumento progressivo da participação e fiscalização da justiça do trabalho pelos sindicatos livres;
- Defesa intransigente e ampliação das liberdades democráticas e franquias operárias, especialmente as liberdades de locomoção, reunião, associação e manifestação plena do pensamento por todas as formas de expressão;
- Livre funcionamento de todas as agremiações culturais, políticas e sindicais, especialmente as que objetivassem esclarecer a opinião pública sobre os problemas fundamentais do país;
- Abolição dos monopólios de Imprensa, Rádio e Televisão, com supressão dos favores oficiais concedidos a tais empresas;
- Anulação das leis de direito público e privado que colocassem as mulheres em condição de inferioridade;
- Separação efetiva e completa a entre os diferentes credos religiosos do Estado, assegurada a liberdade de culto, de modo a que nenhum deles tivesse relações de dependência ou aliança com a administração pública; Proibição de quaisquer

espécies de subvenções, auxílios ou doações do governo da União, dos estados ou municípios a igrejas, congregações e organizações filosóficas ou religiosas;

- Direito de voto aos analfabetos e praças-de-pré.

A preocupação com as políticas educacionais se manifesta no lugar reservado a elas no Programa da Liga – que tinha boa parte de seus membros atuando nos quadros das Universidades. As propostas para a ampliação e estruturação do ensino público ganham um espaço comparável ao destinado àquelas relativas à ampliação da participação democrática. Destacamos:

- Progressiva e firme descentralização administrativa do sistema de ensino, respeitadas as diretrizes pedagógicas básicas para todo território nacional;

- Escola primária para todas as crianças do país, sem desdobramento ou tresdobramento do período de ensino;

- Reforma do ensino médio (ginásio e colégio) que objetivasse simplificá-lo e reduzi-lo no seu aspecto quantitativo, buscando também modificar radicalmente a qualidade e os objetivos pedagógicos do ensino. A reforma deveria consagrar uma nova definição de Humanismo, baseado no trabalho, na ciência, nas efetivas necessidades da sociedade urbanizada e industrializada, nas conquistas materiais e espirituais do homem contemporâneo e nas aspirações de uma cultura progressivamente democratizada.

- Criação de uma rede eficiente e flexível de escolas profissionais e técnicas de grau médio, a fim de atender à crescente e irresistível solicitação de numa sociedade que se industrializa e que necessita fundamentalmente de operários qualificados;

- Autonomia administrativa, financeira e didática das universidades, consagrando o princípio de preenchimento efetivo de suas cátedras por especialistas de alto valor. Para tanto, estimular-se-á a vinda de professores estrangeiros eminentes, até que haja especialistas nacionais igualmente qualificados; sem prejuízo dos currículos gerais básicos, liberdade de programa e cátedra ao ensino médio e superior; verbas progressivas para pesquisa, especialmente no nível universitário;

- Gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário. Gratuidade do ensino técnico-profissional, secundário ou superior;

- Subordinação obrigatória do funcionamento das fábricas ou empresas agrícolas de relativa importância à instalação de escolas, creches, ambulatórios e cozinhas centrais junto a elas.

- Correspondência do ensino técnico-profissional, de grau médio ou superior, com as características e necessidades da economia regional;
- Destinação de um mínimo de 20% da receita pública, nos orçamentos federal, estaduais e municipais, para o ensino, com aplicação obrigatória no mesmo ano orçamentário. Esta aplicação deve ser fiscalizada pelas entidades representativas dos professores e alunos, sendo severamente punidos por crime contra a educação popular a não aplicação ou desvio das verbas.

A relação da Liga com o cotidiano da ação política - bem como a articulação dessas proposições programáticas com os desafios concretos que esse cotidiano impunha – fica mais clara quando observamos sua postura diante dos debates travados com os demais partidos de esquerda. Nas linhas do “Ação Socialista”, os princípios esboçados do “Projeto de Programa” ganham novas colorações, permitindo que se notem os termos e os eixos das disputas em torno do “desenvolvimento nacional”.

Em junho de 1958, o jornal traz um artigo no qual expõe, além dos processos que precederam a formação do grupo, as razões que o levaram a se afastar das demais agremiações do campo da esquerda. A principal delas, segundo os luxemburguistas, seria a infidelidade aos princípios do socialismo científico, “únicos capazes de conduzir as massas oprimidas ao regime socialista”. Em suas palavras:

O Partido Comunista do Brasil, que apresenta as deformações dos partidos estalinistas de todo mundo: totalitarismo e subserviência à burocracia soviética, tem seguido, os últimos anos, através de sua direção, uma política de traição aos interesses históricos da classe operária, procurando colocar as massas trabalhadoras a reboque da burguesia nacional. [...]. Além dessas duas organizações, burocratizadas e corrompidas, há que notar a existência de pequenos grupos de militantes denodados, dos quais divergimos não deixando, porém, de reconhecer neles a coerência na ação e a firmeza de princípios que os tornam respeitáveis. Tais consideramos os anarquistas, apegados, para nós, a ideologias utópicas e métodos de ação ineficazes: e os trotskistas, que achamos presos a uma linha política ultrapassada, que o próprio Leon Trotsky, ao que tudo indica, se preparava para rever, na época de seu traíçoeiro assassinato em mãos de agentes de Stálin (“A Razão da LSI”. Ação Socialista, Nº1, junho de 1958. Pág. 3).

Na mesma edição, em um texto que tratava da Passeata contra a Carestia, afirma-se que as direções sindicais ligadas a posturas “conciliacionistas” com a burguesia nacional estariam perdendo espaço nos movimentos de massas. O esgotamento das políticas de desenvolvimento e a radicalização das revoltas populares

tratariam de isolar as lideranças dos partidos ligados ao governo, inclusive os comunistas. A noção de uma aliança com os setores progressistas da burguesia para promover o desenvolvimento, vista como de um “romantismo reformista”, deveria ser substituída pela participação nos movimentos de trabalhadores, unindo-se os militantes socialistas às únicas camadas capazes de levar adiante a resolução dos problemas do país.

Dois fatos importantes destacaram o movimento: de um lado, elementos que exaltavam a "massa ordeira e pacífica": de outro lado, e opondo-se, o povo que revidava apoiando palavras de ordem radicais como "abaixo o patrão burguês" e "viva o proletariado". Acreditamos que esses conciliacionistas, pelegos ou não, fracassem na sua tentativa de conter por muito tempo o avanço das massas: suas balelas no sentido de entoar loas à querida burguesia nacional e apregoar seu divórcio do imperialismo sofrerão o impacto das massas politizadas, no seu caminho histórico da luta de classes: somente a classe operária pode ser conseqüentemente anti-imperialista. [...] Os homens participam ativamente da história, e a LSI pretende-se um movimento classista que atenda às aspirações da massa[...]. Cumpra unir o proletariado à pequena burguesia e não, como pretendem partidos reformistas como o PSB, PTB e PCB, unir toda a sociedade em torno da burguesia nacional. (“Passeata Contra a Carestia”. Ação Socialista, nº1, junho de 1958, Pág. 4)

Essa negação ao posicionamento do PCB, até aqui, aproxima bastante os luxemburguistas dos trotskistas do POR. As diferenças entre eles começam a surgir quando se trata de avaliar as causas das limitações impostas à industrialização do país, principalmente no modelo aplicado por Juscelino Kubitschek. As considerações da Liga trazem alguns elementos até então ausentes das análises trotskistas. Entre eles, uma formulação crítica mais precisa a respeito do Plano de Metas, na qual consideravam questões de política econômica como importantes medidores das características e conseqüências das medidas governamentais na vida dos trabalhadores.

A instrução 113, esse arranjo infame de nossa "burguesia progressista" com o imperialismo internacional continua permitindo que a fina flor da picaretagem capitalista traga sua maquinaria velha ao Brasil, sem qualquer cobertura cambial, auferindo fabulosos lucros à custa do dinheiro pingado da testa suarenta da classe operária. É dessa maneira que se impinge aos ingênuos e aos que se fazem de ingênuos, o conto do vigário da industrialização do país. O famoso "Plano de Metas" ficou agora acrescido de mais uma meta inatingível: a do congelamento. Baixar o custo dos gêneros de consumo, especialmente os artigos alimentícios de primeira necessidade, implica antes resolver a questão agrária. Sabem os mágicos do congelamento que a produtividade do trabalho rural brasileiro é baixíssima: sabem que seus constantes aumentos de tributos oneram a importação de implementos agrícolas necessários para aumentar a produtividade de

agricultura; mas continuam eles, os mágicos do congelamento a aumentar suas taxas e impostos. (“Carestia e Congelamento”. Ação Socialista, n1, junho de 1958 Pág. 4.)

Para fazer frente a essa situação, a Liga propunha a organização popular para que se exigissem as promessas governamentais de congelamento de preços. Outro traço que a distingue dos programas pecebistas e trotskistas, a LSI notava a importância desse movimento ainda que ele se desenvolvesse fora das suas fileiras, reconhecendo a validade de todas as outras formas de organização política, inclusive as extra-partidárias.

O povo deve estar preparado e organizado para qualquer eventualidade, inclusive a sonogação de gêneros e o mercado negro: organizado dentro dos sindicatos, dos centros acadêmicos, das associações populares, nos bairros, em todos os lugares e de todas as maneiras que lhe forem possíveis. Somente os trabalhadores têm interesse no congelamento de preços, somente os trabalhadores organizados poderão levá-lo a cabo. (idem)

As distinções se apresentam também em relação ao Programa para o governo operário e camponês. Não há, nos horizontes da Liga, hierarquias entre operariado urbano e trabalhadores do campo, nem a afirmação – recorrente nos documentos comunistas e trotskistas – sobre as limitações da consciência de classe do campesinato ou sua incapacidade para a resolução das questões mais marcantes das relações de produção no meio rural. Para os luxemburgistas, a união entre os produtores diretos na construção um governo socialista seria o único meio de liquidar os problemas vividos pelo povo. Nesse sentido, a luta contra o imperialismo, contra a carestia e pela reforma agrária e a efetiva ampliação das liberdades democráticas aos trabalhadores seriam tarefas a se cumprir no mesmo movimento que levaria o capitalismo a seu termo.

A função principal dos socialistas deve ser, pois, a de "radicalizar" a luta contra o imperialismo, ligando - à luta contra o "capitalismo em geral", mostrando que nos quadros do regime capitalista não há solução definitiva possível para o problema do imperialismo. É preciso tornar a classe operaria e os trabalhadores em geral conscientes de que as tarefas democráticas (expulsão do imperialismo, solução da questão agrária) serão resolvidas "em conjunto" com as tarefas socialistas, através de uma aliança revolucionária entre o "operariado urbano" e os "trabalhadores do campo", e não através de uma aliança "nacionalista" entre o proletariado e a burguesia. Esta é a primeira grande tarefa dos socialistas no movimento antiimperialista: mostrar às massas que a única solução para o problema do imperialismo é, não o governo da burguesia nacional, mas sim o governo socialista operário e camponês. (“O Socialismo e a Luta Anti-Imperialista”. Ação Socialista, Nº 2, fevereiro de 1959. Matéria de Capa)

Em relação à conjuntura política mais imediata, a LSI sugeria uma avaliação alternativa às hegemônicas. Nesse sentido, a caracterização dos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek como campos de batalha entre as frações agrária e industrial da burguesia nacional e a noção de um “Capitalismo de Estado” à brasileira guiavam a leitura luxemburguista. Para a Liga, o Estado cada vez mais intervencionista, cumpriria a função de amparar a frágil burguesia nacional diante da força do imperialismo, sem ferir os interesses do latifúndio nem romper com os modelos de submissão aos interesses externos.

[...] A burguesia nacional se ampara, então, diretamente no Estado de, com o fito de, por um lado, obter a solução de problemas econômicos fundamentais que se sente incapaz de resolver e, por outro, cobrir os déficits do balanço de pagamentos, decorrentes da insuficiência das exportações ou das quedas dos preços das matérias-primas e produtos tropicais enviados aos mercados estrangeiros. Assim, o Estado não só se incumbe de financiar esses produtos de exportação a preços compensadores como, também, de desenvolver industrialmente o país, avolumando-se desta maneira a INFLAÇÃO [...], sendo que a ele foi entregue, além outros setores de menor importância, particularmente o da indústria pesada. É este caráter intervencionista do Estado brasileiro o principal responsável pelas disputas políticas que se verificam entre as duas alas em que se divide a burguesia brasileira: uma, defendendo a industrialização sob proteção estatal, a ala industrialista, outra, constituída principalmente pelos grandes plantadores de café, a ala agrarista, exigindo dos órgãos governamentais uma política anti-industrialista. [maiúsculas do autor] (BARRETO, A. “A situação brasileira”. *Ação Socialista*, São Paulo, Nº3, junho de 1959. Pág. 2).

A burguesia nacional e suas frações de classe não teriam, portanto, nenhum interesse de questionar a submissão ao imperialismo. Seus lucros e sua posição de classe dominante estavam consolidados, por um lado, nas atividades de exportação de produtos agropecuários e matérias primas e, por outro, favorecidos pela proteção oferecida pelo Estado aos produtos do setor industrial, através das altas tarifas aduaneiras.

Esta contradição entre as duas alas da burguesia e a necessidade de serem os problemas da mesma resolvidos globalmente engendram o caráter bonapartista do nosso governo (desde Getúlio Vargas até Juscelino Kubitschek, representando o "bonapartismo de paletó saco"). Também é interessante notar que, por vezes, setores do capitalismo privado recalcitram à gestão da burocracia estatal, e esta, para defender o seu poder de gestão, procura apoiar-se no operariado, resultando daí certas vantagens para este. [...] Isto sem contar as

vantagens que o Estado burguês obtém especulando com o apoio da classe operária para seus planos “desenvolvimentistas”.(idem)

As classes interessadas em romper esse ciclo seriam justamente aquelas que viveriam, no seu dia-a-dia, as provas concretas de que o desenvolvimentismo não resolveria as mazelas do país. A concessão de créditos aos grandes produtores rurais dedicados à produção para o mercado externo não acompanharia uma necessária política de subsídios à atividade dos pequenos agricultores, que produziam, em sua maioria, gêneros alimentícios de primeira necessidade consumidos no país. A alternativa que lhes restava seria a dos açambarcadores, que manipulavam os preços no mercado sonhando produtos. O resultado seria, além da progressiva concentração dos lucros nas mãos dos latifundiários e atravessadores, a escassez de alimentos para os trabalhadores urbanos.

Se a razão da escassez crônica dos gêneros de alimentação repousa no monopólio da terra pelos latifundiários, regidamente financiados pelo Banco do Brasil, a coisa agora assume aspectos trágicos com o delírio "desenvolvimentista" à base da inflação, dos aventureiros e negociastas que se encontram no poder. O "nacional-reformismo" de JK e quadrilha é feito para o imperialismo, que se "associa" às realizações das metas e à custa de expropriação brutal dos salários reais dos trabalhadores pela inflação. E as metas não prevêm o alimento do povo, mas automóveis, navios, usinas para a Light, cousas que apenas imperialistas e burguesas "progressistas" nacionais podem comer. (“Comida para os Trabalhadores e não automóveis para os ricos.” Ação Socialista, Nº 4. Setembro de 1959. s/p)

A política de JK e seus técnicos estaria presa ao esquema das "metas desenvolvimentistas", estimuladas com inflação e capital estrangeiro - de quem o governo não poderia e nem desejaria fugir. O “plano de metas”, ao se cumprir, enseja um custo social que “esmaga a classe operária [e] traz, sobretudo, mais fome e opressão aos trabalhadores” (Ação Socialista, nº 6, dezembro de 1959, pág. 4). Dessa forma, o projeto desenvolvimentista e a “solução brasileira” defendida pelos seus mais novos adeptos, os “crispinistas” recém expulsos dos quadros do PCB, não teriam grandes vantagens a oferecer aos trabalhadores e às camadas mais exploradas da população. Para a LSI, a idéia geral defendida por estes grupos (pecebistas e “crispinistas”) estaria

[...] assentada sobre um mito, engendrado pelo governo desenvolvimentista de JK e "gulosamente" defendido por estes nacionalistas pequeno burgueses e carreiristas de que as "metas presidenciais" e os "progressos" daí advindos serão benéficos aos

trabalhadores brasileiros. estes benefícios os trabalhadores já estão sentindo sob a forma de carestia e subalimentação e isto porque no capital produtor a parte consagrada às máquinas e às matérias primas cresce mais rapidamente que a parte consagrada ao aprovisionamento em meios de subsistência. (BARRETO, A. “Delírio de um ‘Dühring-caipira’. Ou Zé Maria Crispim, o marxismo e a ciência”. *Ação Socialista*, Nº 5, outubro de 1959. Pág. 3)

A industrialização que vinha se delineando no Brasil teria mais atributos de um agravamento das contradições fundamentais da sociedade do que de um “progresso” que caminha “de modo irrefreável” para a solução dessas contradições. Combater a “ideologia nacional-reformista”, evitar as alianças com partidos que defendessem o ponto de vista da burguesia nacional, reconhecer e fortalecer as formas de luta política dos trabalhadores rurais e urbanos: são algumas das táticas assinaladas pela LSI, que ressaltava a importância da “conscientização das massas” para a sua estratégia. A nosso ver, elas conferem aos luxemburguistas seu caráter distintivo diante das demais organizações marxistas, traduzindo em projetos práticos alguns de seus principais propósitos ideológicos, resumidos no depoimento de Michael Löwy²⁴:

A LSI se construiu em oposição ao nacional-desenvolvimentismo, o estalinismo e o reformismo do PCB. Para os fundadores da LSI - Sachetta, Paulo Singer, Mauricio Tragtenberg - a crítica inclui também o leninismo ou bolchevismo - a principal referência neste terreno era a Rosa Luxemburgo. [...] Em geral, a LSI era uma organização luxemburguista, coisa muito minoritária e “contra a corrente” na esquerda brasileira dos anos 1950. O PCB era denunciado como estalinista, o que incluía o nacionalismo, o reformismo, o autoritarismo interno, a submissão à burocracia soviética, etc. O que não impedia unidade de ação com os militantes do PCB em varias frentes - por exemplo, no movimento estudantil. Não tenho explicação para a originalidade da LSI: coincidiu que num momento determinado, no auge da Guerra Fria, um pequeno grupo de intelectuais, jovens estudantes e alguns sindicalistas brasileiros, encontrou nos escritos de Rosa Luxemburgo uma alternativa atraente ao reformismo, ao nacionalismo, à social-democracia e ao stalinismo. A idéia chave era que não pode existir socialismo revolucionário sem liberdade.

A crítica ao PCB e à sua postura político-ideológica, porém, não se limitava às escolhas feitas pelo partido nos anos 1950. Sua “deformação política” e sua

²⁴ Entrevista concedida em 18 de abril de 2013.

“irresponsabilidade” se deveriam à natureza de sua organização, que desde 1930 vinha se esmerando em “infligir à classe operária terríveis derrotas, emprestando-a, ao mesmo tempo, com os mais repulsivos dogmas oportunistas”²⁵. A explicação para a já longa história de “aventureirismo político” residiria no “prestismo caudilhesco” que já se encontraria enraizado no Partidão, quando a III Internacional se centralizou nas mãos da burocracia stalinista, o que, para a Liga, “levou às últimas conseqüências, no Brasil, o caráter totalitário do bolchevismo”.²⁶

4.3 Características organizativas.

A rejeição aos princípios de organização adotados pelos comunistas e trotskistas foi o ponto de partida do movimento de criação da LSI. Segundo os próprios luxemburguistas, a decisão de fundar a organização foi precedida pela realização de um balanço crítico das atividades socialistas e seus partidos no século XX e de um estudo geral de suas políticas organizatórias. As conclusões a que chegaram relacionam “o abandono absoluto dos princípios do socialismo” com a condenação da “antidemocrática, ultra-centralista e monolítica dos partidos bolcheviques”, o que os fez optar por uma “forma organizatória que conjugue DISCIPLINA com DEMOCRACIA SOCIALISTA. [grifo do autor] (“A Razão da LSI”. Ação Socialista. Nº1, junho de 1958, Pág. 3)

Para os militantes da Liga, os princípios organizativos traduzidos pelas “21 condições”²⁷ para a adesão à Internacional Comunista traduziriam a natureza “antidemocrática e ultimata” do bolchevismo. Em sua opinião, ao contrário do que defendiam os bolcheviques, o partido só poderia “reclamar a condição de parcela mais avançada da classe operária” se não desejasse impor uma “tutela coercitiva” sobre a classe. A elaboração de formas mais democráticas de organização faria parte, portanto, do “conteúdo socialista” do partido que, advertiam, era “diverso da essência “liberal”

²⁵ LSI. “Bolchevismo e Socialismo Democrático. Tese Aprovada na Conferência de Fundação da Liga Socialista Independente” Ação Socialista, Nº2, fevereiro de 1959 Pág 3.

²⁶ Idem.

²⁷ Conjunto de diretivas da III Internacional, aprovada em seu II Congresso, que ocorreu entre os meses de julho e agosto de 1920, para os partidos comunistas do mundo inteiro. O documento ficou conhecido por seu caráter extremamente centralizador e pelo endurecimento da disciplina imposta, a partir dele, aos PC’s em relação à URSS.

que, historicamente, caracterizou a democracia burguesa”. (“Bolchevismo e Socialismo Democrático”, Ação Socialista. Nº2, fevereiro de 1959, Pág 3). A organização ultracentralizada que resultava dos modelos bolchevistas – tanto na versão stalinista quanto no fracassado projeto trotskista, que seria nada mais que “a outra face da moeda bolchevista”, e viveria em função da burocracia soviética – teria provado, portanto, não servir à causa socialista.

Como instrumento de ataque e destruição do Estado capitalista, os bolcheviques, liderados por Lênin e Trotsky, constituíram um partido ultra-centralizado e seus líderes deveriam constituir o Estado maior da revolução. Reduzindo a fórmula suas concepções organizatórias impregnadas, mais que dos princípios de Marx e Engels, das tradições do populismo, do anarquismo e do socialismo revolucionário russos, os líderes da ala esquerda do Partido Operário Social Democrata Russo (bolcheviques) forjaram, de fato, um aparelho autocrático formado, na expressão de Lênin, de poucos mas bons que se sobrepunha a todo movimento operário e, ao mesmo tempo, dentro da rígida moldura partidária, subordinava todos os organismos aos órgão central, seu CC, reclamando dos militantes, ACIMA DA CONSCIÊNCIA SOCIALISTA, subserviência de soldados diante do comando. [grifo do autor] (“Bolchevismo e Socialismo Democrático”, Ação Socialista. Nº2, fevereiro de 1959, Pág. 3)

Em seu estatuto, a Liga Socialista Independente se propunha, então, a constituir uma “organização da classe operária dos trabalhadores em geral”, baseada “no socialismo científico e inspirada no ‘Manifesto Comunista’ de Marx e Engels, e “estruturada pelos princípios de democracia interna”. Seus membros estariam ligados por uma “disciplina consciente e obrigatória para todos sem distinção”. (LSI, 1956. ”Projeto de Programa e Estatutos” s/p)

Entre os direitos conferidos ao membro da LSI - que seria admitido depois da indicação de um membro mais antigo e de um estágio de três meses, passando pela aceitação da organização de base e da Comissão Executiva Nacional – enfatizamos, além do direito de expressão de possíveis divergências com a maioria (com garantia de espaço na imprensa da LSI ou em boletins intrapartidários), o direito à organização política dessa divergência em tendências internas. Tal regra, ausente dos estatutos do PCB e dos textos do POR, é normatizada nos seguintes termos pela Liga:

Art.4 - Cada membro tem direito de: [...] Inc. c) Quando expressando uma tendência com outros companheiros, editar um boletim interno e fazer-se representar, por eleição, em bases rigorosamente proporcionais ao número dos companheiros que têm sua tendência, nos organismos dirigentes. Caracteriza-se como tendência uma

opinião ou conjunto de orgânico de opiniões que não viole o programa e os estatutos. (LSI,1956)

O direito à organização interna em tendências responderia à necessidade de não repetir os vícios apontados pelos luxemburguistas na estrutura básica do partido bolchevique. A garantia do funcionamento do pluripartidarismo, bem como da ampla e concreta representação das discordâncias, além de materializar o princípio da democracia partidária, teria a função de aproveitamento dos quadros militantes do partido, o que teria se perdido na experiência russa. Em suas palavras:

O Partido bolchevique, por meio de seus comitês militarizados, atribuía à classe operária e aos demais setores afins a função de mera massa de manobras numa operação de guerra. O fator "conscientização", isto é, o esclarecimento da consciência proletária imprimindo-lhe uma perspectiva racional dos objetivos socialistas, era praticamente posto de lado. Mesmo dentro da própria organização, o centralismo-democrático, se por ventura alguma vez foi aplicado e respeitado, isto só ocorre nas esferas mais altas do Partido. A série de expurgos nas fileiras bolcheviques, com a eliminação e expulsão em massa de militantes, de modo geral por resistência a imposições autocráticas do vértice, se iniciou logo após a tomada do poder e sucessivamente vem até nossos dias, com flutuações convulsivas e sacrifício de milhões de militantes e operários: o Partido não conseguiu sequer assimilar seus próprios quadros. [...] O EXCLUSIVISMO LENINISTA na luta pelo poder e em sua instauração, destruindo, por todos os meios, as outras tendências socialistas e inaugurando o regime do PARTIDO ÚNICO, evoluiu, a ERA STALINIANA, para o MONOLITISMO TOTALITÁRIO, com a chacina da massa dos próprios bolcheviques. [grifos do original] ("Bolchevismo e Socialismo Democrático", Ação Socialista. Nº2, fevereiro de 1959, Pág 3)

Apesar de elaborar estas críticas e de sugerir, no seu estatuto, algumas modificações na aplicação de seus pressupostos, os luxemburguistas afirmavam que o centralismo democrático criado pelos bolcheviques era uma boa formulação teórica de organização partidária. De fato, encontramos em seus estatutos muitas similaridades com os princípios descritos nos estatutos pecebistas, ainda que sempre acompanhadas das ressalvas sobre a necessidade de respeitar os fóruns de livre debate. Reivindicando o princípio da "democracia interna que implica liberdade como consciência da necessidade de disciplina livremente consentida", a Liga estabelece:

Art.8, inc.b) Os organismos superiores devem obrigatoriamente prestar contas de suas atividades aos organismos pelos quais foram eleitos e podem ser, pelos mesmos a qualquer tempo destituídos.c) A minoria deve submeter-se à decisão da maioria, cumprindo-a obrigatoriamente, resguardados internamente seus direitos de crítica e representação conforme o previsto por estes estatutos. A maioria não

forçará os companheiros a exprimir externamente opiniões das quais não compartilha. Nesse sentido vale o lema: “Liberdade de discussão e unidade na ação”. (Idem)

Em contraposição ao regulamento pecebista, a Liga define que, “no âmbito de sua competência, são autônomos todos os organismos da LSI”. Somado às orientações para a relação com as demais instituições externas à Liga, esse traço remete, em certa medida, a um tipo de organização estruturada sobre o que Duverger chama de “ligações horizontais” entre os organismos de base. Sugere a Liga aos seus militantes:

O aproveitamento da legalidade burguesa, fundamental para a organização da atividade socialista e a organização socialista das massas, deve ser estendido até os limites máximos. A par da estrutura fundamental partidária, órgãos e organismos das mais variadas espécies, e que sirvam de penetração e aglutinação de largas camadas de trabalhadores, devem ser constituídos. Se, para o arcabouço central, isto é, a Liga Socialista Independente, ou que outro nome venha a ter, condições de disciplina necessária são reclamadas, no atinente aos setores colaterais de nossa atividade - escolas de Socialismo - maior flexibilidade e, por assim dizer, tolerância, deve ser adotada. [...] Na medida em que as condições políticas do país permitirem, as eleições dos órgãos dirigentes em todos os graus se processarão em assembleias públicas. (“Crítica ao Reformismo e Novos Rumos”, Ação Socialista. Nº 3, junho de 1959, Pág. 3)

Observemos, no entanto, que a existência dessas ligações horizontais, tanto com as organizações colaterais, quanto nos organismos internos, não suprime a existência dos laços verticais com as instâncias superiores do partido. Tal como afirmado por Duverger, opor os partidos de ligações horizontais aos partidos de ligações verticais é um equívoco:

[...] pode-se apenas opor os partidos a ligações puramente verticais e horizontais, estando entendido que as primeiras geralmente predominam sobre as segundas. Nos partidos de articulação fraca, as ligações horizontais atingem seu máximo: elas desenvolvem-se num plano duplo, o dos dirigentes e dos membros. Uma ligação horizontal resulta com efeito, seja do contato direto entre os membros dos grupos de base do partido, seja de contatos entre os dirigentes de dois comitês locais vizinhos, de duas federações vizinhas, etc. (Duverger, 1987, Pág. 86.) .

Se levarmos em conta o partido desenhado nas definições estatutárias e nos jornais da LSI – bastante diferente, como veremos a seguir, da estrutura que operava na prática - a defesa da manutenção das relações horizontais não chegam, a nosso ver, a colocar em questão sua caracterização como um partido estruturado fundamentalmente

em ligações verticais, por dois motivos: i) porque há previsão de processos de escolha de dirigentes e composição dos cargos por mecanismos de representação que se aproximam do que Duverger chama de “articulação forte”, ou seja: com participação das entidades de base, através de instrumentos hierarquicamente organizados, transformando a estrutura do partido em “uma comunidade organizada, onde todos os elementos de base têm um lugar definido que determina sua importância respectiva” (idem, pág. 79); ii) porque a horizontalidade da ligação com as instituições externas não se aplicaria a todas as organizações com as quais os militantes mantivessem relações, sendo a lógica de ação nos sindicatos, por exemplo, diferente da lógica adotada nas mencionadas escolas de socialismo²⁸.

Dessa forma, os Estatutos definem ainda que a LSI seria organizada, pela base, através da constituição de células de empresas (industriais, comerciais, agrícolas), agrupamentos (culturais, recreativos, de ensino, etc.) e de territórios, observando-se a seguinte estrutura: a) Reunião plenária de base e secretariado de base; b) Conferência distrital e Comissão distrital; c) Conferência de zona e comissão de zona; d) Conferência regional e Comissão regional; e) Congresso e Comissão nacional. Assim como nos partidos comunistas, encontramos o modelo clássico do partido organizado por células, sendo estas o núcleo primordial da ação dos militantes de base.

Os órgãos de direção funcionariam da seguinte forma: a) A Comissão Nacional, que seria, nos intervalos entre dois Congressos, a instância suprema da LSI; b) A Comissão Executiva Nacional, que no intervalo de duas reuniões consecutivas da Comissão Nacional, agiria em seu nome e tomaria os poderes desta; c) Secretariado Nacional, constituído por um primeiro secretário que lhe coordenaria todas as atividades, por um secretário de organização, por um secretário de finanças e, finalmente, por um secretário sindical e de organização de massas. A instância suprema da LSI seria o Congresso, definido como “a assembléia dos delegados eleitos pelas Conferências Regionais” (LSI, 1956)

O Congresso, como instância suprema, tomaria as decisões obrigatórias para todo o partido, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de alteração, até a realização de um novo Congresso. Nesse ponto, encontramos mais uma diferença

²⁸ O “Ação socialista” nº 3, publicado em junho de 1959 afirma que a política sindical da LSI seria tratada, oportunamente, em documento específico, ressaltando que a ação dos militantes nesses espaços seguiria uma lógica diferente da descrita até então.

substancial em relação ao estatuto do PCB: apesar de apresentar uma definição similar, o regulamento comunista abre algumas brechas para que os escalões mais altos da direção partidária alterassem as decisões congressuais, o que, como vimos, foi amplamente utilizado no período de reorientação de sua linha política. Em seu lugar, a LSI indica a possibilidade da convocação de um Congresso extraordinário por iniciativa da própria Comissão Nacional, de organismos que representem dois terços dos membros da LSI ou por metade dos membros da mesma. Em casos de não convocação pela Comissão Nacional, do Congresso Extraordinário, haveria ainda a possibilidade de as organizações reclamarem o direito de formar uma comissão para sua preparação e organização.

4.4 – Considerações sobre os concretos êxitos programáticos e organizativos da Liga.

A adoção crítica de algumas características do centralismo democrático, aliada à rejeição daqueles que seriam seus principais desvios autoritários, formam um conjunto que, a nosso ver, dá à organização descrita nos Estatutos da Liga um desenho que combinaria uma organização bem estruturada com expressivos espaços de participação e representação das bases. Apresentaria, segundo os termos propostos por Duverger (1987), um partido estruturado sobre entidades de base (células) unidas entre si por *articulações fortes*, com predomínio de *ligações verticais* entre os organismos internos, e manutenção de *ligações horizontais* com organizações de base colaterais ao partido, mas com um modelo de repartição do poder interno *relativamente descentralizado*.

Mas, durante a pesquisa, nos deparamos com a ausência de indícios de que tal “Projeto de Programa e Estatutos” teria passado pelo crivo de um fórum decisório oficial, que lhe garantisse o primeiro sopro de legitimação coletiva. Além disso, a liderança de Hermínio Sachetta foi se delineando como um traço fundamental para a definição dos rumos da organização, o que nos levou a interrogar o real alcance das definições acima descritas – principalmente no plano organizativo.

Em relação às definições programáticas, a confirmação das linhas gerais descritas no documento se ilustra, como vimos, nas edições do jornal “Ação Socialista” e nas avaliações que trazia sobre as principais questões daquela conjuntura política. Em

nenhum momento se encontram grandes variações ideológicas nos seus textos, mesmo nos artigos que não eram elaborados por Hermínio Sachetta.

Mas os demais dados obtidos sobre a organização partidária mostraram discrepâncias em relação ao modelo organizativo definido nos estatutos. Em entrevista, o ex-militante da Liga, Michael Löwy, nos afirmou que o documento aqui analisado teria sido aprovado não em Congresso, mas no coletivo de militantes, que não teria ultrapassado o número dos 20 membros. A única divergência, entre Hermínio Sachetta e Paul Singer, teria surgido em torno da caracterização da União Soviética como um “Capitalismo de Estado” (tese que prevaleceu, defendida por Sachetta) ou “coletivismo burocrático” (defendida por Singer).

A estrutura interna e a divisão das funções de direção não eram, portanto, formalizadas. A determinação das tarefas, bem como a ocupação dos cargos, seguia uma lógica mais orientada para as tarefas práticas. Nas palavras de Löwy:

Não havia “cargos de direção” formalizados. Apenas uma divisão do trabalho, com companheiros se encarregando de certas tarefas: agitprop (“agitação e propaganda”), a redação do jornal, o trabalho estudantil (eu), o trabalho sindical, etc. Hermínio Sachetta era redator do jornal da LSI, o “Ação Socialista”; era sua única responsabilidade formal. Mas de fato ele era o “dirigente carismático” da organização. Não se colocava a questão da “alternância” [nos cargos de direção].

Algumas das definições oficiais se mantiveram na prática da organização. No tocante à autonomia organizativa, a LSI dedicou apenas dois artigos do seu corpo de normas para definir as diretivas centrais de sua ação. E eles não poderiam ser mais significativos: no artigo 7, estabeleceu-se que é “vedado aos membros da LSI fazer parte de uma agremiação política sem estar autorizado pelo organismo a que pertence e pelo organismo imediatamente superior, sob pena de ter sua inscrição cancelada”, numa clara alusão à tática do entrismo do POR; e no Artigo 14, a Liga reafirma: “não mantém compromissos com quaisquer entidades políticas nacionais e internacionais”. O que não a impediu de sublinhar: “os problemas dos trabalhadores do Brasil são, fundamentalmente, os mesmos dos trabalhadores do mundo inteiro”. (LSI. 1956).

A autonomia organizativa da Liga foi confirmada por Löwy, bem como sua predisposição ao diálogo com outras organizações. No cenário nacional, os luxemburguistas não se furtavam às alianças pontuais com os demais partidos de esquerda; no cenário internacional, mantinha contatos freqüentes, através de seus

militantes, com outros partidos e movimentos do campo socialista. Löwy descreve essas relações da seguinte forma:

Sem dúvidas a organização era plenamente autônoma do ponto de vista internacional, embora houvesse algumas tentativas de contactos internacionais. Havia afinidades com a LSI norte-americana (Max Schachtman), sobretudo via Paulo Singer, com International Socialists (Tony Cliff) da Inglaterra, e com Silvio Frondizi na Argentina (meu contato). Pessoalmente tive também contactos com o POUM espanhol (Wilebaldo Solano), com a Unione Socialista Independente (Lucio Libertini) da Itália, etc. Obviamente era um ganho em relação à submissão do PCB à linha soviética. Em relação à Quarta Internacional a questão é mais complexa: a seção brasileira, o POR, chegou a se aproximar da LSI durante certa época. Mas ela era ligada com a corrente internacional de Posadas (que rompeu com a direção da Quarta). A autonomia da LSI, em relação ao “posadismo”, acho que também era um ganho. Mas, retrospectivamente, acho que o fato de a LSI não ter afiliação internacional era uma limitação.

Os esforços para a construção e manutenção de uma organização autônoma, como vimos, se devia à profunda repulsa ao modelo bolchevique, caracterizado, em nível internacional, pela subordinação das seções nacionais à liderança soviética e, no plano nacional, pela rígida hierarquia entre os dirigentes e os militantes de base, chegando à conformação de partidos extremamente burocratizados.

No entanto, a proeminência de Sachetta como “líder carismático” poderia nos levar a questionar a efetividade dessa crítica na democracia interna da LSI. A ausência de questionamentos e a recorrência à resolução das questões por consenso, com prevalência da sua opinião se manteriam nos primeiros anos de atividade da Liga, quadro que só viria a se alterar quando se colocou a possibilidade da fusão com outros grupos de esquerda (entre eles, o POR), já no início dos anos 1960. Naquela ocasião, os desacordos se intensificaram e o resultado foi a migração de alguns de seus militantes (entre eles, o próprio Michael Löwy) para um novo partido, a POLOP. O processo é descrito no seu depoimento:

Não havia, como eu disse, uma direção formalizada. Disciplina também era na base do consenso. Havia ampla democracia interna, embora, geralmente, pelo menos nos primeiros anos, prevalecesse a opinião do Sachetta. Desacordos sérios apareceram só no fim, por volta de 1959-60, quando alguns de nós – eu, os irmãos Sader e outros – propusemos que a LSI participasse do processo de reagrupamento da esquerda radical, que veio a dar na fundação da POLOP, em 1960.

Sachetta e outros companheiros se opunham; se bem me lembro, em algum momento houve uma maioria favorável, o que resultou na dissolução da LSI na POLOP. Mas pouco depois Sachetta voltou a reorganizar a LSI com os companheiros que partilhavam sua opção.

De modo geral, no período em que se manteve ativa, a LSI parece ter materializado algumas das experiências mais originais entre as analisadas nesta pesquisa. Obviamente, suas limitações eram muitas e aparecem tanto na efetivação dos princípios organizativos, quanto na tradução, para a complexa conjuntura dos anos 1950, da sua “Declaração de Princípios” - na qual encontramos elaborações grandiloquentes que pintam um vasto horizonte de utopias e aspirações políticas, entre elas a definitiva abolição da exploração do trabalho alienado, a extinção de toda e qualquer forma de opressão e a realização da vida humana em sua plenitude – processo que mostra uma Liga mais fincada ao chão à medida que precisa delinear seu projeto.

No entanto, as inovações também são perceptíveis. Seu programa (assim como as avaliações presentes nos artigos do “Ação Socialista”), além de orientar a militância para agir concretamente em uma realidade peculiar como a brasileira, levava a cabo a independência que a Liga expressava no seu nome. Essa aspiração à independência impunha à organização o duplo desafio de não se afastar das metas ideológicas originais (resumidas na bandeira do socialismo com liberdade), e de se tornar capaz de trazer contribuições políticas distintas daquelas anunciadas pelas organizações a quem não desejava se atrelar. Sua estrutura partidária, ainda que não tenha resolvido plenamente os problemas da necessidade de conjugar uma ação coordenada com o respeito e a manutenção dos espaços democráticos, se distinguiu consideravelmente das demais organizações de esquerda, que padeciam com sucessivas crises de legitimidade causadas por práticas autoritárias e estruturas engessadas pela submissão às instituições patrocinadoras internacionais.

O reduzido número de militantes, a heterogeneidade de sua origem social e o isolamento político são fatores que acarretaram o progressivo esvaziamento da LSI. Em 1960 esse processo se completou com a extinção do “Ação Socialista” e com a migração de seus militantes para a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM - POLOP), partido que teve reconhecida atuação na oposição ao regime militar.

Ainda que sua história tenha se interrompido tão brevemente e que a organização tenha tido poucas chances de submeter seus princípios programáticos ao crivo impiedoso da prática política concreta, acreditamos que sua experiência ofereceu elementos riquíssimos à análise aqui realizada.

Conclusão

Ainda que uma resolução geral e definitiva para a questão das relações de causalidade entre a conformação da identidade ideológica e a configuração dos traços organizativos de um partido seja impossível nos limites deste, acreditamos esse é um debate que precisamos, ao menos, assinalar. Afinal, reconhecer a tensão que é inerente a este tema e que perpassou este como a maioria dos estudos que se dedicam, em Ciência Política, à análise das organizações partidárias é uma necessidade que se impôs em cada etapa desta pesquisa. Nada mais justo que, ao menos, tratássemos de suas implicações e de como ela se apresentou em cada caso analisado. Nesse sentido, nossas conclusões se dirigem aos resultados encontrados, caso a caso, e à comparação deles em um quadro geral, tal como proposto na introdução deste texto.

Entre os partidos aqui estudados, o PCB apresentou *maior proximidade com o programa geral do desenvolvimentismo*, ainda que algumas variações programáticas tenham sido notadas durante o período. Essas variações giravam em torno de certa retórica revolucionária, presente no intervalo compreendido entre a data da cassação de seu registro legal (1948) e a morte de Getúlio Vargas (1954), no qual o partido recusou as alianças que vinha realizando com o governo. Em todo caso, os termos gerais de seu programa não chegaram a se alterar significativamente, reafirmando seus traços mais característicos: a noção do progresso industrial como motor da história, o projeto de revolução dividido por etapas, a afirmação da necessidade de superar a condição agroexportadora e de estabelecer um parque industrial no Brasil como meio para a resolução das questões ligadas à desigualdade social e aos limites do regime democrático-liberal. O período que segue até a reorientação total da linha política do partido, cristalizada no Congresso de 1960, apresenta o gradativo abandono do “tom radicalizado” encontrado nos documentos pré-1954, com maior aproximação às teses nacionalistas e desenvolvimentistas “oficiais”.

Esse intervalo corresponde à composição de alianças eleitorais que culminam no apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência, em 1955, bem como à dissolução do Cominform durante a crise do stalinismo, em 1956. A aliança com o governo do “Plano de Metas” se casou perfeitamente com a nova diretiva soviética, que passou a defender que os partidos comunistas de todo mundo aderissem à tese da

“convivência pacífica” com o pólo capitalista do globo e adotassem, no caso dos países subdesenvolvidos, a estratégia da “revolução democrático-burguesa”. O mesmo período significou, para os comunistas, o *endurecimento da hierarquia interna*, solapada por sucessivas manobras dos núcleos dirigentes para implementar a nova política e sufocar os crescentes movimentos de contestação, com a *diminuição da autonomia* em relação às determinações soviéticas.

É importante observarmos que os movimentos de afastamento e aproximação em relação ao aparato oficial do Estado corresponderam às referidas adaptações relativas do programa à ideologia desenvolvimentista, embora, de modo geral, as correspondências sempre tenham sido grandes. As adaptações de objetivos, portanto, *coincidem* com as mudanças organizativas e com a mudança da localização do PCB no sistema político.

Em resumo, no período analisado, o PCB apresentou: *diminuição da autonomia* em relação à URSS; *diminuição considerável da democracia interna*; *maior aproximação ideológica do desenvolvimentismo*, em um processo que se aprofundou quando havia maiores possibilidades de participar oficialmente do aparato do Estado. Surgiram elementos que permitem questionar a proposição de Panebianco (2005) sobre as maiores probabilidades de *institucionalização forte* dos partidos nascidos e consolidados na oposição: uma vez que duas das variáveis utilizadas pelo autor para medir os níveis de institucionalização são justamente os níveis de autonomia organizativa e de estabilidade dos processos decisórios internos - que foram inúmeras vezes subvertidos pelos dirigentes partidários. Nesse caso, mais do que o modelo originário, a *posição conjuntural* do PCB em relação ao sistema político oficial *coincidiu* com o progressivo processo de decomposição de suas bases institucionais.

Os resultados a que chegamos não nos permitem, nesse caso, estabelecer uma relação de causalidade direta entre traços institucionais e conformação dos objetivos programático-ideológicos do partido. Embora o período analisado indique que as estruturas partidárias foram deliberadamente modificadas para atender aos novos objetivos oficiais da organização, é preciso contextualizá-lo na história geral dos partidos comunistas ligados à tradição stalinista. A extrema burocratização, a centralização do poder de decisão e de formulação política nas mãos dos altos dirigentes, o monolitismo e a imposição de acirrada disciplina aos organismos internos e aos militantes são características que acompanham o stalinismo desde as suas mais

remotas origens. Por outro lado, tais traços do bolchevismo (e em especial a sua “versão stalinista”) também poderiam ser explicados pelas suas definições ideológicas. Afinal, esta é uma corrente que propõe um modelo de estrutura partidária muito próximo às doutrinas de gerenciamento de produção fabril mais em voga no início do séc. XX (taylorismo-fordismo), adequando suas organizações a uma visão de processo histórico que encontra no progresso industrial o grande motor da política.

O POR apresentou *aproximações relativas* ao projeto desenvolvimentista, uma vez que a formulação de suas críticas ao modelo se encontrou bastante limitada pela submissão ao BLA e pela política de entrismo no PCB. *Altamente centralizado* pelo BLA, o partido apresentou os menores índices de *autonomia organizativa*, o que também contribuiu para *esvaziar a sua democracia interna*, já que o poder de decisão e de formulação política dos militantes se transferia para as mãos dos dirigentes do Bureau; Reivindicava o centralismo democrático criticando o autoritarismo do PCB como uma distorção do modelo, mas não conseguiu implementá-lo devido à sua baixíssima institucionalização, chegando a um modelo que mais se assemelhava ao “centralismo autocrático” descrito por Duverger. O entrismo no PCB prejudicou ainda mais a sua institucionalização, já que os limites da organização ficaram mais permeáveis à influência externa.

A formulação programática indica um aumento da pressão dos pecebistas sobre as formulações do POR, mas não alteram a orientação geral que já se notava nos textos antes do entrismo: as colorações desenvolvimentistas aparecem, no máximo, com tons mais fortes, assim como as críticas diretas à ação política comunista. Isso se explica pela sobrecarga de tarefas assumida pelos trotskistas, que deviam, na dupla militância, dedicar energias à desconstrução do PCB na tentativa de ganhar seus quadros para o POR. A hostilidade do meio e a transformação da denúncia minuciosa e implacável de cada passo das direções comunistas em prioridade minaram a capacidade propositiva e de autoconstrução do partido. Entre os analisados, o caso do POR é o que apresenta as definições mais claras das relações de causalidade entre conformação dos traços organizativos e variações programáticas, ainda que ambas as variáveis tenham bastante peso. Assim como o stalinismo pecebista, o trotskismo também reivindicava o centralismo democrático de Lênin como princípio organizativo básico, embora propusesse que os espaços de discussão democrática fossem mais considerados. Ideologicamente, a leitura feita por Trotsky também confere ao “progresso das forças

produtivas” um papel central da “marcha da história”, mas de uma forma menos linear e com mais peso nas “condições subjetivas” do movimento: na Teoria da Revolução Permanente, afirma-se, grosso modo, que dependendo do contexto (como na Rússia) a história “pula etapas”; o movimento rumo ao socialismo é ininterrupto e deve ser capitaneado pelos seus sujeitos mais conseqüentes, o proletariado urbano industrial. No caso específico do POR, essa orientação ideológica geral sequer realizou toda a sua potencialidade crítica, como se verificou, segundo a literatura, nos partidos trotskistas que o antecederam na história do país. A fragilidade institucional do partido foi, a nosso ver, o principal fator explicativo para as definições dos seus objetivos ideológicos. Em suma: o POR era um partido de *baixa autonomia organizativa, baixos índices de democracia interna* (ainda que maiores que as encontradas no PCB) e com *alguma aproximação ideológica do modelo desenvolvimentista*, determinada principalmente pela incapacidade organizativa de formular alternativas programáticas que correspondessem à crítica que propunham ao modelo pecebista.

A LSI apresentou o programa com menor adesão ao desenvolvimentismo, definido nos seguintes termos gerais: concordava com muitas propostas e análises feitas pelo POR, principalmente quando se tratava de criticar o extremo centralismo do PCB e de sua política de revolução democrático burguesa. Além disso, também defendia a necessidade de liquidar o imperialismo e realizar a reforma agrária, afirmando que estas eram as grandes questões do país e fazia uma avaliação parecida à dos trotskistas em relação aos movimentos nacionalistas dos demais países coloniais, afirmando seus limites, mas reconhecendo seu caráter progressista.

Mas, apesar dessas concordâncias, difere do POR em alguns pontos determinantes. Seus textos não apresentam a hierarquia entre operariado urbano e campesinato, largamente encontrada nos documentos trotskistas. Estes chegam a afirmar que os trabalhadores rurais não poderiam dirigir a resolução dos seus próprios problemas, ligando-os à noção de “atraso” e remetendo à dicotomia “agrarismo” x “industrialismo” típica do programa pecebista. A LSI reconhece o papel da organização política das massas fora dos partidos e sindicatos como formas legítimas de luta, afirmando que tais mobilizações também seriam capazes de fazer frente às questões colocadas para o país – inclusive com certa vantagem diante das corrompidas direções sindicais. Isso porque o programa luxemburguista coloca mais peso nas propostas essencialmente políticas, relativas à organização e ampliação dos espaços de

participação democrática como caminho para a solução dos problemas enfrentados pelas massas trabalhadoras, rompendo com a lógica economicista do PCB.

A Liga avaliava que o desenvolvimentismo, além de uma industrialização débil e subserviente aos interesses externos, aprofundou as mazelas da população mais pobre. Adicionava a crítica à política econômica do governo JK às suas análises, rompendo a lógica que creditava todos os problemas vividos no Brasil à “falta de industrialização” – chegando a afirmar, inclusive, que a industrialização, da forma como vinha se realizando, estaria aprofundando e não resolvendo esses problemas.

Em relação aos princípios organizativos, reivindicava um tipo de disciplina interna diferente daquela característica do centralismo democrático, mas repetia algumas de suas fórmulas no Projeto de Estatuto e nas declarações de princípios publicadas em seu jornal, o “Ação Socialista”. Na prática, a militância parecia funcionar de outra forma, com a liderança de Hermínio Sachetta ganhando peso destacado na organização, ainda que o depoimento de um dos seus ex-membros mais destacados Michael Löwy, reafirme a manutenção dos amplos níveis de democracia nas atividades da Liga.

Em resumo: A LSI apresentou um *alto índice de autonomia organizativa*, com certo isolamento das grandes organizações internacionais (III e IV Internacionais), mas com manutenção do diálogo com outros partidos, dentro e fora do país. No geral, também ofereceu um quadro de *altos níveis de democracia interna*, e um acentuado *afastamento das proposições desenvolvimentistas*. O caso aponta para um maior peso das determinações ideológicas na conformação organizativa do partido, já que os princípios luxemburguistas foram, a nosso ver, o principal fator de suas definições organizativas. É preciso ressaltar que as teses de Rosa Luxemburgo (Bogo, 2010) que mais influenciáramos militantes da Liga eram justamente aquelas que se dedicavam às questões de princípios organizativos, sendo as influências programáticas encontradas em textos de Caio Prado Júnior e, principalmente, nos escritos sobre o “desenvolvimento desigual e combinado” de Trotsky e Lênin.

No entanto, nos parece que a conformação de uma organização mais democrática e menos determinada pelas relações com demais instituições partidárias permitiu à Liga que concentrasse os esforços dos seus militantes na elaboração de uma leitura própria da conjuntura nacional e internacional, o que lhe conferiu maiores êxitos na formulação de um programa alternativo e de uma identidade organizativa própria.

Situada na extrema-esquerda, a LSI não encontrou meios de desenvolver seu processo de institucionalização, embora contasse como observamos, com programa e estatutos bem definidos. Seu caso também oferece questionamentos às proposições de Panebianco as maiores chances institucionalização dos partidos originados na oposição.

No quadro geral, podemos afirmar que as nossas hipóteses iniciais se confirmaram. Os partidos analisados nesta pesquisa apresentaram uma significativa correlação (embora nem sempre se apresentasse uma *determinação direta*) entre o grau de afastamento programático em relação ao desenvolvimentismo - no caso dos partidos da Oposição de Esquerda, ao modelo desenvolvimentista em sua versão pecebista - e os níveis de consolidação organizativa que atingiram, de acordo com as variáveis propostas. Validou-se a ligação entre a *identidade ideológica* dos partidos e 1) seus níveis de *autonomia partidária*, e 2) seus níveis de *centralização, disciplina e democracia interna*.

Em termos comparativos, podemos visualizar essas relações nas seguintes representações gráficas. Tal como propusemos na introdução desse trabalho, o Quadro 3 apresenta os resultados as correlações entre a variação programática dos partidos analisados (de um extremo mais desenvolvimentista a outro menos desenvolvimentista) e a sua autonomia organizativa (de um extremo mais autônomo a menos autônomo).

Quadro 3. Resultados: Programa versus Autonomia Organizativa.

		Variação Programática		
		Menos Des.	Centro	Mais Des.
Autonomia Organizativa	Mais Autonomia	LSI		
	Centro			PCB
	Menos Autonomia		POR	

A LSI é o partido mais distante do ideário desenvolvimentista, bem como o mais autônomo em relação às demais organizações. O PCB aparece como a organização mais desenvolvimentista, mas com índices de autonomia intermediários, já que suas relações com a III Internacional e com o aparato oficial do Estado chegaram a alterar alguns dos seus objetivos oficiais, promovendo variações táticas ao longo do período. O POR

apresenta a organização menos autônoma e ocupando uma posição intermediária em relação ao grau de desenvolvimentismo.

No quadro 4 é feita a representação da localização de cada partido de acordo com o cruzamento entre as variáveis “variação programática” e “democracia interna”. Seguindo o mesmo raciocínio do quadro 3, em um eixo temos um extremo mais desenvolvimentista e outro menos desenvolvimentista e em outro, passamos de um extremo mais democrático e outro menos democrático.

Quadro 4. Resultados: Programa versus Democracia Partidária.

		Variação Programática		
		Menos Des.	Centro	Mais Des.
Democracia Interna	Mais Dem	LSI		
	Centro		POR	
	Menos Dem			PCB

Aqui as correlações se apresentaram de forma mais direta. A LSI é, ao mesmo tempo, o partido mais distante do ideário desenvolvimentista, e o mais democrático em suas relações internas. O POR apresenta a ocupando uma posição intermediária, tanto em relação ao grau de desenvolvimentismo quanto em relação à democracia interna. O PCB aparece como a organização mais desenvolvimentista e menores índices de democracia interna – que, como vimos, foram progressivamente reduzindo ao longo do período analisado.

Como afirmamos no início desse trabalho, acreditamos que muitas das questões que levantamos podem ser trazidas, guardadas as especificidades do contexto, para os dias atuais. As contendas entre as correntes da esquerda que continuam empenhadas em “fazer funcionar o capitalismo no Brasil” e as que afirmam a necessidade de apontar outros rumos para resolver os grandes problemas do país e do continente, se acirram e ganham novos contornos nesse início de milênio.

A última década foi marcada pela consolidação de governos que, dedicados à promoção de reformas políticas e econômicas que visavam a desconstrução das orientações neoliberais que caracterizaram as políticas implementadas nos anos 1980-

1990, desenvolveram ações baseadas em princípios nacionalistas e de promoção de maior intervenção do Estado na economia. Com origens que remontam às décadas de 1950 -1970 - ou seja, até o momento em que a chamada reestruturação produtiva demandou uma profunda alteração nos rumos econômicos e políticos dos países de todo o mundo, levando a adoção, em especial na América Latina, de medidas menos protecionistas e mais adeptas aos princípios do livre-mercado e da não intervenção do Estado na economia, levando a uma onda de privatizações de empresas públicas – o neodesenvolvimentismo carrega como traços fundamentais o imperativo do desenvolvimento do setor produtivo, com especial ênfase na atividade industrial e na urbanização do país, promovidas e reguladas pelo Estado.

Como novidade, o atual desenvolvimentismo visa incluir, na pauta do desenvolvimento econômico, ações que dêem conta da redistribuição dos recursos e o enfrentamento das desigualdades sociais. Busca-se o investimento em políticas sociais de inclusão econômica, bem como aumento do reconhecimento, participação e representação políticas (Sicsú apud Amaral et al. 2011).

No Brasil, o marco inicial dessa “nova política” se deu no primeiro governo Lula. Seguindo as diretrizes gerais observadas nos outros países do continente, o objetivo manifesto das ações de governo eram as de combate aos efeitos da globalização neoliberal, ancorado na rejeição popular aos seus resultados. Para Michael Löwy (apud Faria and Soares, 2007), o Brasil se situa no rol de países que, mesmo procurando apresentar uma variante mais social às suas ações, não rompe com o modelo neoliberal (tal combinação é observada também por outros autores, como veremos adiante). Como característica específica dos governos Lula e Dilma no Brasil, observamos que agem menos calcados na força popular que os levou ao poder que nas “relações estabelecidas com o Congresso e com setores organizados da sociedade, preferindo reproduzir uma lógica de alianças e de compromissos mais diversificada e por dentro do sistema político já existente” (Coutinho, 2006).

No campo da extrema-esquerda atual, encontramos pequenos partidos²⁹ que apresentam, grosso modo, os seguintes posicionamentos em relação ao tema: o Partido

²⁹ Citamos aqui apenas aqueles que mantêm um número mais significativo de filiados e que participam regularmente do processo eleitoral. Há ainda um bom número de partidos situados neste campo da extrema esquerda, mas suas atividades se limitam a esferas regionais e muito diminutas.

Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, mantém muitos de seus traços originais – tais como a apologia ao desenvolvimento econômico e tecnológico nacionais como projeto político, mas com algumas divergências importantes em relação às políticas governistas, passando por críticas conjunturais e localizadas em determinados acontecimentos do dia-a-dia; O trotskista Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), fundado em 1994, a partir de uma cisão interna do PT. Aparentemente, produz mais análises conjunturais e críticas localizadas aos projetos do governo, mas se identifica em uma oposição bastante acentuada às propostas petistas. Possui, em seus quadros, intelectuais renomados que se dedicam às análises mais profundas da política e da economia nacionais; Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), também originado de uma cisão com o PT, em 2004. É o único dos citados que mantém em funcionamento diferentes tendências internas, o que problematiza a análise de seus posicionamentos oficiais – em geral bastante inespecífico o que demonstra sua dificuldade em unificar as suas correntes em um projeto estruturado e consistente, sem maiores mutilações à diversidade de pontos de vista que o compõem. Importante ressaltar que, em seu interior, se organizam correntes que mantêm relações internacionais, inclusive com alguns dos demais partidos que trataremos. Em ao menos uma delas (Insurgência), há a orientação que nos parece mais original em relação à política geral de desenvolvimento em marcha, sendo pautada pela proposta programática do ecossocialismo.

Tal mosaico dos partidos de esquerda é composto por tendências que relacionam de forma mais clara as orientações ideológicas e organizativas. Talvez até mais que nos anos 1950, o peso da necessidade de conectar o projeto organizativo com o projeto ideológico se imponha cotidianamente aos militantes de esquerda. Herdeiros dos partidos aqui pesquisados, alguns dos que desejam propor alternativas ao modelo de desenvolvimento têm questionado em sua produção intelectual e programática, bem como na sua prática política, o que os impele a lidar com muitas das questões e problemas trabalhados nesta pesquisa. Os partidos contemporâneos precisam, ainda, dar conta de novos desafios. Estão colocados, além da necessidade de repensar muitos dos tradicionais modos de organização, representação e ação política, novos dilemas para os projetos de desenvolvimento, trazidos à tona por demandas sociais, econômicas e ambientais que ainda não se faziam sentir nos anos 1950.

Parece-nos que o assunto se coloca hoje da seguinte forma: como aproveitar as experiências organizativas e programáticas vindas de movimentos sociais que se desenvolveram depois da segunda metade do século XX e início do século XXI (tais como Comunidades Eclesiais de Base, movimentos indígenas, movimentos camponeses, movimentos negros, movimentos de populações tradicionais, movimentos de atingidos por barragens, movimentos de população de rua e de luta por moradia, etc.) que mobilizam sujeitos historicamente ocultados ou diminuídos nos discursos da “grande marcha do desenvolvimento”, sem abrir mão do acúmulo de organizações partidárias que se debatem com demandas institucionais que não foram resolvidas e se mantêm na ordem do dia desde o início do século XX? O que essas experiências podem agregar, não só em termos programáticos, mas em termos de formas de ação política organizada, à experiência dos partidos que herdaram a história – em toda sua complexidade – das organizações que tratamos nesta pesquisa?

As questões de orientação ideológica e de princípios organizativos continuam caminhando *pari passu* no cotidiano desses partidos e organizações políticas, que, ao questionar o modelo de desenvolvimento que retorna à baila, colocam também no centro do debate as maneiras de organizar a uma ação política capaz de recriar a si mesma e ao contexto onde se insere. Dessa forma, ao discutir as formulações intelectuais e as experiências do passado esperamos, além de contribuir para o diálogo e o debate científico, colaborar para a reflexão daqueles que se lançam na ousada tarefa de reinventar cotidianamente a ação política.

Anexos.

Frente Operária, nº 2. Dezembro de 1952. Capa.

rios crispinistas e a seus líderes, especialmente ao próprio Crispim, fazendo-lhes ver a responsabilidade que têm diante das massas. Amplas massas seguiram Getúlio. Hoje, desiludidas, lançam para a esquadra grande parte de sua vanguarda operária que, nos fatos, coloca-se no terreno da luta anti-imperialista e anti-capitalista. O P. O. R. se dirige a essas operárias de vanguarda que romperam com o getulismo e chama-as a apoiar a luta pela construção do Partido operário revolucionário que lidere as massas nas suas próximas vitórias. O P. O. R. dirige às massas para chamá-las a apoiar esta sua principal tarefa.

ANHEIROS!

organizar a frente das massas das massas pode derrocar o Militar que quer imponha a própria exploração imba pelo seguinte:

salários, é a luta pela sindicalização, é o que mais interessa ao proletariado:

igual salário para o operário rural; igual conquista às operárias da cidade.

o abono de natal de um mês de salário.

luta contra a maior exploração do trabalho; contra a ausência de saúde integral, por condições de salubridade na empresa, por restaurantes baratos e saudáveis, por leis de defesa da mulher e do menor. A luta pelo trabalho, igual salário.

luta contra a carestia: condições sindicais para controle da aplicação e da confecção das tabelas de preços. Salário mínimo e escala móvel de salários fixada por comissões de fábrica, sindicais de empregados e de donas de casa e acordo com as necessidades totais de uma família.

luta contra a especulação: controle dos estoques e de preços pelas comissões de controle dos livros dos custos por essas mesmas comissões; expropriação sem indenização e venda a preço de custo dos artigos sonogados aos especuladores, indo o produto da venda para as organizações operárias.

O operário brasileiro não só explorado, mas também super-explorado como produto de um país semi-colonial. Ele é quem mais sofre a necessidade da expulsão do imperialismo e é o único

“Frente Operária”

Ano I — S. Paulo, 22 de dezembro de 1952 — N.º 2

Carne à \$30,00 Assassinado Lider Operario

NA TUNISIA

O secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores da Tunísia, nacionalista e anti-imperialista, foi covardemente assassinado por agentes do “democrático e “cristão” imperialismo francês. A União Geral dos Trabalhadores declarou a greve geral por 48 horas em sinal de protesto pelo assassinio de seu líder Ferhat Hached. A CGT de Marrocos faz greve de solidariedade e o imperialismo assassina dezenas de trabalhadores.

Mostra-se, assim, o caráter verdadeiro da defesa da “civilização cristã”, da “democracia ocidental”... a defesa dos caméls imperialistas, mediante massacres e assassinios de operários, a defesa da exploração capitalista preparando nova carnificina geral e afastando, a faca e a revolver, a todos os que impedem essa preparação. Todas as organizações operárias devem enviar sua solidariedade à UGTT e à CGMT, fazer protestos na Embaixada francesa, mostrando assim que não se iludem sobre qual é a mão que armou o criminoso, fazer assembleias de repúdio ao imperialismo. O assassinio de Ferhat e o crime dos tecelões cariocas tem, no fundo, a mesma origem e a mesma mão é a inspiradora: a mão sangrenta do capitalismo que abandona o mundo, expulso pelos trabalhadores, na mesma forma em que nasceu: suando sangue e lodo por todos seus poros.

TROTSKISTAS NO CONGRESSO DA PAZ

O Congresso dos Povos da Ásia pela paz, convocado pelo partido comunista chinês, iniciou-se em fins de outubro

Fragmento com descrição de propostas político-programáticas do Partido Operário Revolucionário.

Frente Operária, nº18. Maio de 1956. Capa.



Capa de uma das primeiras edições do “Frente Operária” após a adoção da política de “entrismo” no PCB. O jornal passou por uma série de mudanças, circulando com maior periodicidade e com maior volume de textos programáticos.

Frente Operária, nº31. Setembro de 1959, s/p.



Charge. O texto diz: “JK: como é, velhinho? Quem disse que a indústria nacional não vai pra frente! Já temos até montada uma fábrica de pelegos!”. A senhora, à direita, traz na barra da saia os dizeres: “Burguesia Nacional”.

Frente Operária, nº31. Setembro de 1959, s/p



Charge. “Cacareco, velho amigo, votei em você, mas esta fome agora está demais...”

Ação Socialista. Nº1, dezembro de 1958. Capa.



Primeira edição do Jornal “Ação Socialista”, órgão central da Liga Socialista Independente. Logo na capa, em destaque, encontra-se o debate: “Nacionalismo e Socialismo: Os conceitos de nacionalismo e socialismo chocam-se frontalmente, e toda tentativa de síntese dos conteúdos dos termos assumirá aspectos da mais bárbara mistificação doutrinária de nossos tempos: o nacional-socialismo de Hitler.”

Referências.

Bibliografia.

BOGO, Ademar. **Teoria da Organização Política. Escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa e Mao.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

BRAGA, Sérgio Soares. **A bancada comunista na Assembléia Constituinte de 1946.** Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=147&id_indice=886>. Acesso em: 10 fev. 2013.

CAMPOS, José Roberto. **O que é trotskismo.** Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1981. p. 80

COGGIOLA, Osvaldo. **O trotskismo na América Latina.** 3ª edição ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via “não-clássica” para o capitalismo. *In*: D’INCAO, M. A. (Ed.). **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior.** São Paulo: Editora Unesp, 1989.

COUTINHO, Marcelo. Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, n. 27, p. 107–123, 2006.

DIEESE. **Principais Aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento Principais aspectos do Programa de Aceleração**, 2007.

DUPAS, Gilberto. **O Mito do Progresso.** São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos.** 3ª edição ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica.** 5ª edição ed. São Paulo: Editora Globo, 2009.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964).** Coleção As ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Pedro Roberto. O Brasil dos trotskistas (1930-1960). **Cadernos AEL**, v. 22/23, 2005.

GORENDER, Jacob. **O PCB e sua atuação nos anos 50 – entrevista concedida a Waldir José Rampinelli.** *In* **Revista Brasileira de História.** Vol.23 nº.45 São Paulo, 2003. Print ISSN 0102-0188.

GRABOIS, Maurício. **Duas concepções, duas orientações políticas.** Disponível em www.pcdob.org

KAREPOVS, Dainis; NETO, José Castilho Marques. Os Trotskistas Brasileiros e suas Organizações Políticas (1930-1960). *In*: RIDENTI, M.; REIS, D. A. (Eds.). **História do Marxismo no Brasil, Volume 5: Partidos e Organizações dos anos 1920 aos 1960.** 1ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007. p. 167–196.

KIELLER, Márcio. **PCB – PC do B: A Unidade Comunista no Brasil.** Curitiba: Instituto Brasileiro de Relações de Trabalho, 2002.

KONDER, Leandro. **A Derrota da Dialética.** Rio de Janeiro, Editora Campus, 1988.

LAGOA, Maria Izabel. **O Programa Político do Partido dos Trabalhadores no Contexto de uma Esquerda em Crise.** Dissertação de mestrado apresentada para o exame de defesa do curso de pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista UNESP. Marília, 2004.

LÖWY, Michael. **À procura de um novo socialismo.** entrevista a Glauco Faria e Nicolau Soares, Revista Fórum 11, no. 7, 2007.

LÖWY, Michael; BENSÂID, Daniel. A dialética marxista do progresso. *In*: **Marxismo, Modernidade Utopia.** São Paulo: Editora Xamã, 2000

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: Aviso de Incêndio. Uma leitura das teses ‘Sobre o conceito de história’.** São Paulo, Editora Boitempo. 2005.

LÊNIN, Vladimir Ilitch e LUXEMBURGO, Rosa. **Partido de Massas ou Partido de Vanguarda? Polêmica Rosa/Lênin.** São Paulo, Editora Ched. 1981.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira.** Petrópolis: Editora Vozes e Editora Polis, 1984.

MAZZEO, Antônio Carlos.; LAGOA, Maria Izabel. **Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX.** 1ª Edição ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2008. p. 300

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos.** Coleção Pe ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

NETO, Murilo Leal Pereira. **À esquerda da Esquerda. Trotskistas, Comunistas e Populistas no Brasil Contemporâneo (1952-1966).** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

NETO, Murilo Leal Pereira.. Idéias políticas e organização partidária do POR (1952-1964). **Cadernos AEL,** 2005.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. **Polop: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP – Araraquara. 2008.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partidos: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PCB. **PCB: vinte anos de política (1958- 1979). Documentos**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1980.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo, Editora Brasiliense, Publifolha. 2000.

REIS, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. *In*: RIDENTI, Marcelo.; REIS, Daniel Aarão. (Eds.). **História do Marxismo no Brasil: Volume 5**. Campinas: Editora Unicamp, 2002. .

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, M. **História do Marxismo no Brasil, Volume 4**. 1ª Edição ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. Tese apresentada para o exame de defesa de Doutorado em Ciência Política da UFSCar. São Carlos, 2008.

SACHETTA, Hermínio. **O caldeirão das Bruxas e Outros Escritos Políticos**. Campinas: Editora Unicamp e Pontes editores, 1992.

SÁEZ, Manuel Alcántara **¿Instituciones o máquinas ideológicas? Origen, programa y organización de los partidos políticos latinoamericanos**. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials, 2004.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, p. 672–688, dez. 2012.

SEGATTO, José Antônio. **Breve história do PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SEGATTO, José Antônio. **Reforma e Revolução: vicissitudes políticas do PCB (1954- 1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Documentos Partidários.

LIGA SOCIALISTA INDEPENDENTE. **Projeto de Programa e Estatutos da Liga Socialista Independente**. São Paulo, 1956. Disponível no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp.

PCB. **Declaração Sobre a Política do PCB**, 1958. Disponível em: http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=5:declaracao-sobre-a-politica-do-pcb-marco-de-1958&catid=3:temas-em-debate

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Resolução política do V Congresso do PCB**. In **PCB: Vinte anos de política. 1958-1979. Documentos**. Coleção Questão Social no Brasil. Livraria Editora Ciências Humanas LTDA. São Paulo, 1980.

_____. **Resolução política do IV Congresso do PCB**. Disponível em http://www.marxists.org/portugues/tematica/1954/congresso_pcb

_____. **Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil**. In **PCB: Vinte anos de política. 1958-1979. Documentos**. Coleção Questão Social no Brasil. Livraria Editora Ciências Humanas LTDA. São Paulo, 1980.

Depoimentos.

Michael Löwy. 18 de abril de 2013.

Ruy Fausto. 17 e 18 de abril de 2013.

Tullo Vigevani. 19 de abril de 2013.

Todas as entrevistas foram realizadas por meio eletrônico.

Periódicos.

Ação Socialista, Nº1, São Paulo, junho de 1958.

Ação Socialista, Nº 2, São Paulo, fevereiro de 1959.

Ação Socialista, Nº 4. São Paulo, Setembro de 1959.

Ação Socialista, Nº 5. São Paulo, Outubro de 1959.

Ação Socialista, Nº 6. São Paulo, Dezembro de 1959.

Ação Socialista, Nº 7. São Paulo, abril de 1960.

Ação Socialista, Nº 8. São Paulo, Agosto de 1960.

Ação Socialista, Nº 9, Edição Extra Eleitoral. São Paulo, 1960.

Frente Operária, nº 2. São Paulo, dezembro de 1952

Frente Operária, nº 4. São Paulo, 23 de abril de 1953.

Frente Operária, nº 5. São Paulo, junho de 1953.

Frente Operária, nº 6. São Paulo, julho de 1953.

Frente Operária, nº 7. São Paulo, agosto de 1953.

Frente Operária, nº 8. São Paulo, setembro de 1953.

Frente Operária, nº 9. São Paulo, outubro de 1953.

Frente Operária, nº 10. São Paulo, novembro de 1953.

Frente Operária, nº 14. São Paulo, Fevereiro de 1955.

Frente Operária, nº 15. São Paulo, maio de 1955.

Frente Operária, nº 16. São Paulo, Agosto de 1955.

Frente Operária, nº 17. São Paulo, setembro de 1955.

Frente Operária, nº 18. São Paulo, Maio de 1956.

Frente Operária, s/n. São Paulo, outubro de 1957.

Frente Operária, nº 31. São Paulo, setembro de 1959.

Frente Operária, nº 31. São Paulo, outubro de 1959.

Frente Operária, nº 33. São Paulo, dezembro de 1959.

Frente Operária, nº 35. São Paulo, janeiro de 1960